

Ação de antecipação conduzida a nível local

Guia e Kit de Ferramentas

Como as organizações da sociedade civil podem trabalhar com as comunidades e colaborar com as agências mandatadas, técnicas e doadoras para localizar e aumentar a escala dos alertas precoces e das ações precoces

Autoria:

Diakonie 
Katastrophenhilfe

Implementação:



Global Network of
Civil Society Organisations
for Disaster Reduction

Financiamento:



[Glossário](#)

[Introdução](#)

[Ação de
antecipação](#)

[Ação de
antecipação
conduzida a
nível local](#)

[Visão geral
do kit de
ferramentas](#)

[Fase 1](#)

[Fase 2](#)

[Fase 3a](#)

[Fase 3b](#)

[Fase 3c](#)

[Fase 4](#)

[Fase 5](#)

Índice

Glossário										
Introdução										
	05	Capítulo 1	23	Capítulo 5	81	Capítulo 9	145			
	11	Ação de antecipação		Fase 2: Avaliação participativa e planeamento de contingência comunitário intensificado		Fase 4: Monitorização, avaliação, feedback e advocacy coordenados				
		Capítulo 2	43	Capítulo 6	93	Capítulo 10	159			
		Ação de antecipação conduzida a nível local		Fase 3a: Ação precoce liderada pela comunidade		Fase 5: Desenvolvimento colaborativo de Protocolos de Ação Precoce				
		Capítulo 3	51	Capítulo 7	109					
		Visão geral do kit de ferramentas		Fase 3b: Ação precoce conduzida pelos intervenientes locais						
		Capítulo 4	67	Capítulo 8	121					
		Fase 1: Envolvimento, avaliação da viabilidade e conceção		Fase 3c: Planeamento de contingência participativo intensificado						

Glossário

Materiais informativos

Um conjunto de produtos de informação sobre o risco destinados ao público com explicações daquilo que irá acontecer; quando irá acontecer; qual será a gravidade e onde; e quais as ações que podem ser empreendidas pelas comunidades/ pessoas. Os materiais informativos podem incluir materiais específicos do setor, com detalhes técnicos sobre os fenómenos e impactos previstos.¹

Ação de antecipação (AA)²

Entende-se por ação de antecipação agir antes de fenómenos perigosos previstos para evitar ou reduzir os impactos humanitários graves antes que estes se manifestem plenamente.

¹ ACT Alliance EU (2023) *Localisation: The vision and practice of ACT Alliance EU*.

² Cruz Vermelha/Crescente Vermelho (2023) «Glossário de Termos sobre o Financiamento com base em Previsões», *FbF Practitioners Manual*.

³ REAP (2022) *Finance for Early Action: Tracking Commitments, Trends, Challenges and Opportunities*.

Os intervenientes locais são encorajados a pensar na AA em termos de «mecanismos que incorporam financiamento previsível pré-acordado para planos pré-acordados, financiamento este que é desembolsado quando é atingido um indicador de ativação acordado, e de abordagens mais informais em que – embora um mecanismo que incorpora indicadores de ativação, financiamento e atividades não tenha sido [totalmente] estabelecido previamente – são tomadas medidas em antecipação de uma crise ou catástrofe com base numa *previsão*[ou análise preditiva]».

Financiamento de «base»

Dinheiro para iniciativas que criam e reforçam os sistemas subjacentes e as capacidades necessárias para a ação precoce.³

Planeamento de contingência

Um processo de gestão que analisa os riscos de catástrofe e estabelece mecanismos antecipadamente para permitir respostas oportunas, eficazes e adequadas.⁴

Financiamento do risco de catástrofes (FRD)

Um termo que abrange mecanismos financeiros, acordados antes da ocorrência das catástrofes, para serem utilizados em atividades de gestão do risco de catástrofes (incluindo a diminuição dos riscos de catástrofe e o reforço da resiliência) muito antes da ocorrência de qualquer fenómeno perigoso para fins de preparação, ação de antecipação, resposta e recuperação após a ocorrência da catástrofe.²

Ação precoce⁵

Um conjunto de ações destinadas a prevenir ou reduzir os impactos de um fenómeno perigoso antes deste se manifestar plenamente, com base numa previsão ou análise de risco credível de quando e onde poderá ocorrer um fenómeno perigoso.

Os intervenientes locais são encorajados a pensar em ações precoces em termos de «ações utilizadas para descrever as ações empreendidas antes do impacto de um fenómeno perigoso, com base numa previsão, que [foram ou não] planeadas ou financiadas previamente».

Protocolo de Ação Precoce (PAP)

Um documento que contém informações sobre os indicadores de ativação e as ações precoces, que, além disso, descreve passo a passo o processo para a implementação das ações precoces assim que é atingido um indicador de ativação. Dá orientações sobre quem faz o quê, quando, onde e com que fundos. A ativação do protocolo é desencadeada quando uma determinada previsão atinge um determinado nível que indica que poderá haver impactos negativos graves.² As agências da ONU referem-se a estes protocolos como protocolos de ação de antecipação (AA).

⁴ UNDRR (2016) «Terminologia», *Terminologia do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes*.

⁵ REAP (2022) *Glossário de Termos sobre Ação Precoce*

Alerta precoce

Informação fornecida antes de um fenómeno perigoso específico, catástrofe ou conflito de maneira a que as partes interessadas possam agir oportunamente a fim de reduzir os riscos de catástrofes.²

Alerta Precoce, Ação Precoce (APAP)

Um conceito geral que significa tomar ações precoces com base num alerta. O APAP baseia-se no conceito de Sistemas de Alerta Precoce, que sublinha que um dos principais resultados do sistema de alerta deverá ser o reforço das ações.²

Planeamento de contingência participativo intensificado (PCPI)

Um processo de interpretação coletiva de informações de planeamento de ações baseadas em previsões. Através deste processo, os representantes da comunidade, os intervenientes locais e os peritos técnicos partilham conhecimentos sobre o impacto dos fenómenos perigosos e analisam as informações sobre previsões a fim de elaborar planos de preparação e de ação precoce relevantes a nível local e determinar os níveis para a ativação desses

planos. São ainda elaborados materiais informativos e planos de comunicação para fornecer às comunidades informações sobre previsões atempadas, compreensíveis e práticas.⁶

Previsões

Uma declaração definitiva ou uma estimativa estatística sobre a provável ocorrência futura de um fenómeno ou de determinadas condições.²

Ação com base em previsões (AbP)²

Ações de gestão do risco de catástrofe que são despoletadas com base numa previsão.

Os intervenientes locais são encorajados a pensar na AbP como uma abordagem de ação de antecipação, que está mais fortemente associada a um financiamento pré-acordado.

Financiamento com base em previsões (FbP)

Uma abordagem de ação de antecipação que liberta fundos pré-acordados para atividades pré-acordadas com o objetivo de prevenir ou atenuar o impacto de um fenómeno perigoso iminente ou choque, quando são atingidos

os indicadores de ativação. Os termos «financiamento com base em previsões» e «ações com base em previsões» são, muitas vezes, utilizados indistintamente.²

Financiamento «combustível»

Fundos para pagar ações precoces.⁴

Previsões baseadas no impacto

As previsões baseadas no impacto são uma abordagem que prevê as potenciais consequências negativas de um fenómeno perigoso.²

Nível de impacto

O grau de perdas e danos previstos (humanos, meios de subsistência, infraestruturas, ambiente, etc.), ou o grau de impacto humanitário de um fenómeno extremo que desencadearia uma ação.⁶

Intervalo de tempo

O período de tempo desde a emissão da previsão até à ocorrência do fenómeno previsto. Por exemplo, uma previsão emitida numa segunda-feira para uma tempestade que deverá atingir uma localidade na sexta-feira tem um intervalo de tempo de 4 dias.⁶

Intervenientes locais

Diversos intervenientes locais, formais e não formais, da sociedade civil. Incluem, entre outros, ONG nacionais e locais, redes de base comunitária, comités locais, movimentos sociais e organizações de mulheres e de jovens. Incluem ainda intervenientes e redes religiosas, seculares e inter-religiosas. As autoridades, os mercados e os prestadores de serviços locais são também importantes intervenientes locais.¹

Ação de antecipação conduzida a nível local

Um processo conduzido e liderado por comunidades e intervenientes, a nível local, para criar um ambiente propício à ação de antecipação por via: da capacitação das comunidades e dos intervenientes locais a fim de implementarem as suas próprias ações precoces; da identificação e comunicação das lacunas e debilidades dos sistemas de alerta precoce e dos mecanismos de planeamento e coordenação; e da defesa de um financiamento flexível ou pré-acordado para uma

⁶ Definição desenvolvida no âmbito do projeto *Liderança Local para um Impacto Global*.

ação precoce autónoma conduzida a nível local antes do pico do impacto de fenómenos perigosos ou choques previstos ou previsíveis, com vista a reduzir o seu impacto.⁷ *Ver também o Capítulo 1: O que é a ação de antecipação?*

Micro-donativos/transferências monetárias para grupos (TMG)

Fundos concedidos às comunidades para que estas implementem o seu planeamento liderado pela comunidade, incluindo para empreenderem ações precoces ou responderem rapidamente a novos problemas que possam surgir durante uma crise.¹

Sem lamentações/poucas lamentações

Ações de gestão do risco de catástrofe empreendidas antes da ocorrência de um fenómeno perigoso, que proporcionam benefícios à população beneficiária, independentemente da ocorrência ou não de uma catástrofe e dos moldes da mesma.²

⁷ Definição desenvolvida no âmbito do projeto *Liderança Local para um Impacto Global*, aplicando uma ação de antecipação baseada nos elementos e princípios estabelecidos nos *Princípios Orientadores da Local to Global Protection (2021)*.

Financiamento pré-acordado

Uma forma específica de financiamento do risco de catástrofe que foi aprovada antes de uma crise e que assegura que os fundos serão desembolsados para um implementador específico quando é atingido um indicador de ativação específico.²

Simulacro

Tem como objetivo testar a viabilidade e prontidão das ações precoces em tempo real. O simulacro consiste, sobretudo, em ações práticas realizadas pelos participantes que desempenharão as suas funções e responsabilidades conforme definidas no PAP. À medida que o simulacro decorre, é criado um ambiente tão semelhante quanto possível ao que existiria numa situação real nos dias que antecedem um fenómeno extremo.⁶

Resposta liderada pelos sobreviventes e pela comunidade (SCLR)

Uma abordagem que visa apoiar comunidades afetadas por crises, ajudando-as a conduzir e a gerir a sua própria resposta holística e coordenada a emergências, de forma a melhorar a sobrevivência imediata, a proteção e o bem-estar, reforçando a resiliência a longo prazo e promovendo uma maior coesão social.⁸

Indicador de ativação

Um critério pré-determinado que, quando atingido, desencadeia determinadas ações. Um indicador de ativação pode ser um valor pré-determinado para um indicador específico, um conjunto de indicadores ou um índice que se prevê que ocorra (como a velocidade do vento dentro de 48 horas) ou que tenha sido medido como tendo ocorrido (como a quantidade de precipitação num período de tempo específico). Pode ainda ser uma avaliação das perdas (como a proporção dos danos materiais) ou uma apreciação mais geral da gravidade. Para alguns utilizadores,

⁸ Local to Global Protection (2021) *SCLR*.

o termo «indicador de ativação» implica que, quando o critério pré-determinado é cumprido, as ações são iniciadas automaticamente. Outros distinguem entre indicadores de ativação «duros» (automáticos) e «suaves», sendo que estes últimos iniciam os processos de tomada de decisão que podem conduzir à ação, em vez de iniciarem as próprias ações.²

Os intervenientes locais são encorajados a determinar e a utilizar tanto os indicadores de ativação «duros» como os «suaves».



Introdução



A ação de antecipação (AA) conduzida a nível local é essencial para o reforço das abordagens baseadas nos riscos conduzidas a nível local e contribui para uma maior coerência nos processos de planeamento e preparação para catástrofes e crises a nível local e a nível superior⁹, que concretiza na prática o compromisso de agir «tão local quanto possível, tão internacional quanto necessário».¹⁰

O presente guia foi elaborado com organizações da sociedade civil (OSC) envolvidas em ações de antecipação conduzidas a nível local na África Austral¹¹ e baseia-se nos ensinamentos obtidos com a aplicação de ações de antecipação em colaboração com intervenientes locais para ciclones tropicais e cheias entre 2021 e 2023. Baseia-se igualmente nos

⁹ GNDR (2022) *Guia de Desenvolvimento baseado no Conhecimento dos Riscos*.

¹⁰ ODI (2018) *As local as possible, as international as necessary*.

¹¹ Comité Ecuménico para o Desenvolvimento Social (CEDES), Moçambique; Churches Action in Relief and Development (CARD), Malawi; e SAF/FKJM, Madagáscar.

¹² HPN (2021) *Learning from survivor- and community-led response in Haiti*.

ensinamentos do Quênia sobre as ações de antecipação para a violência eleitoral¹²

As orientações são apresentadas de modo a serem aplicáveis a uma vasta gama de fenómenos perigosos. Um dos pressupostos é que, se as abordagens de AA estabelecidas a nível local demonstraram que é possível empreender ações precoces no caso de ciclones tropicais num período de tempo de apenas três a cinco dias, então essas abordagens também deverão funcionar no caso de fenómenos perigosos com períodos de tempo mais longos (semanas ou meses) como as secas.

O guia destina-se a ajudar as OSC: a trabalharem com as comunidades e outros intervenientes e estruturas a nível local; a desempenharem um papel central no planeamento e na criação de mecanismos locais para a ação de antecipação; e a conduzirem o processo de expansão das ações de antecipação.

Através da partilha das evidências e das aprendizagens, este guia contribui para:

- Determinar a capacidade das comunidades e dos intervenientes locais para atuarem antes da ocorrência de fenómenos perigosos, contribuindo para a formulação de sistemas de alerta precoce e processos de ação de antecipação e a implementação de ações precoces
- Melhorar a compreensão coletiva de três abordagens de AA fundamentais conduzidas a nível local: ação precoce liderada pela comunidade (Fase 3a); ação precoce liderada pelos intervenientes locais (Fase 3b); e planeamento de contingência participativo intensificado (Fase 3c)
- Apresentar as vantagens e o valor acrescentado da aplicação destas três abordagens complementares em termos de aumento da cobertura, eficiência e impacto
- Reforçar e alargar as parcerias através de esforços de aplicação, aprendizagem e *advocacy* colaborativos
- Apresentar processos que possibilitam que as comunidades e os intervenientes locais participem em ações de antecipação conduzidas a nível local, mesmo sem a existência de mecanismos de financiamento previamente acordados
- Reforçar a necessidade de providenciar financiamento para ações de antecipação, a fim de reduzir o impacto de fenómenos perigosos (financiamento «combustível») a nível local
- Criar um ambiente mais propício à integração da experiência e das capacidades locais nos mecanismos de reforço – incluindo o desenvolvimento colaborativo dos necessários protocolos de ação precoce baseados nas práticas estabelecidas

O presente guia cobre abordagens de ação antecipada conduzida a nível local que contemplam:

- O planeamento de ações ao longo da «janela de antecipação mais ampla» entre o alerta precoce ou o ponto de ativação e a resposta humanitária convencional, que começa quando se verifica o impacto de um perigo
- Ações planeadas pré-definidas e o planeamento de ações em tempo real, antes da ocorrência de um fenómeno perigoso previsto
- A utilização tanto de métodos de elaboração de previsões como de análise preditiva
- Tanto os indicadores de ativação «duros» pré-definidos como os indicadores de ativação «suaves» ou de ativação consensual

O guia descreve um processo geral e as três abordagens principais aplicadas na ação de antecipação conduzida a nível local.

Ação precoce liderada pela comunidade (Fase 3a)

Capacitação das estruturas locais e grupos comunitários para planearem e implementarem as suas próprias ações precoces (usando mecanismos de gestão de micro-donativos, providenciando recursos e melhorando as competências rapidamente). Esta abordagem é inspirada na *resposta a crises liderada pelos sobreviventes e pela comunidade (SCLR)* da *Local to Global Protection*.

Ação precoce conduzida a nível local (Fase 3b)

O planeamento de ações precoces (sob a forma de Notas de Alerta e Propostas para Ação Precoce) por parte dos intervenientes locais, utilizando as previsões ou as análises preditivas disponíveis e recorrendo à tomada de decisões a nível local. Esta abordagem baseia-se na iniciativa *FOREWARN* da *Start Network*.

Planeamento de contingência participativo intensificado (Fase 3c)

Envolvimento na integração do planeamento de ações com base em previsões (AbP) no planeamento de contingência de diversas partes interessadas desde o nível local até ao nacional. Esta abordagem baseia-se na abordagem do *FbF Practitioners Manual* da Cruz Vermelha/ Crescente Vermelho e nas abordagens aplicadas pelas agências das Nações Unidas (ONU), incluindo o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA), a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Programa Alimentar Mundial (PAM).

Limitações do presente guia

A utilização da abordagem de resposta a crises liderada pelos sobreviventes e pela comunidade (SCLR) e de micro-donativos comunitários, bem como de transferências monetárias para grupos, está em rápida expansão. As aprendizagens apresentadas baseiam-se na experiência limitada desta ação de antecipação conduzida a nível local. Trata-se de um dos primeiros pilotos documentados em matéria de aplicação dos aspetos da SCLR e dos micro-donativos à ação de antecipação.

A tónica é colocada, por um lado, na utilização de sistemas locais de alerta precoce melhorados e nas previsões disponíveis para fundamentar a tomada de decisões, a fim de desencadear uma ação precoce e, por outro, na forma como os ensinamentos daí extraídos podem ser utilizados para fundamentar o desenvolvimento de indicadores de ativação. Reconhece-se que as orientações

providenciadas em matéria de planeamento de contingência participativo intensificado (PCPI; ver fase 3c) são simplistas. Além disso, a utilização de modelos de risco técnico ou previsões podem estar fora do mandato ou da capacidade de algumas OSC; tal poderá exigir o acompanhamento por parte de agências técnicas.

Alguns termos e conceitos continuam a ser complexos. Os responsáveis pela elaboração do guia apelam à colaboração para resolver este problema, de modo a que as ações de antecipação sejam mais acessíveis a todos.

São enunciadas algumas potenciais fontes de financiamento do risco de catástrofe (FRC), mas reconhece-se que, atualmente, o FRC continua a representar uma limitação significativa para as OSC.

Quem deve utilizar este guia?

Os principais destinatários deste guia são as OSC com uma presença permanente a nível local. No presente guia, por organizações da sociedade civil entendem-se ONG locais e nacionais, organizações de base comunitária (OBC) e, porventura, estruturas comunitárias, incluindo comités de gestão do risco de catástrofes ou comités de proteção civil.

O guia precisa de ser aplicado em colaboração com estruturas, comunidades e outros intervenientes locais para ajudá-los a desempenhar um papel central em termos de planeamento e estabelecimento de mecanismos locais para as ações de antecipação. Algumas das orientações e ferramentas específicas destinam-se a ser utilizadas diretamente pelos líderes, representantes e grupos comunitários e voluntários baseados na comunidade. Mais especificamente, as orientações e as ferramentas para as comunidades elaborarem as suas próprias propostas de micro-donativos

para a ação precoce liderada pela comunidade (ver Fase 3a).

O guia também pode ser utilizado como referência para os intervenientes mandatados, incluindo as autoridades governamentais a diferentes níveis e as agências técnicas, a fim de reforçar a colaboração com os intervenientes e as estruturas locais e de facilitar a criação de um ambiente mais propício à generalização e à expansão da AA conduzida a nível local.

Na ausência de estruturas locais ou processos de planeamento formais, o principal utilizador do presente guia é um interveniente facilitador, como organizações não governamentais (ONG) locais ou nacionais. Também se pressupõe que intervenientes como as sociedades nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (CVCV), ONG internacionais e até autoridades de gestão de catástrofes possam assumir este papel. Logo, incentiva-se estes intervenientes a ponderarem a relevância para o seu próprio trabalho das abordagens, métodos e ferramentas aqui apresentadas.

O guia dá ao utilizador a possibilidade de:

- Compreender onde a ação de antecipação se situa na linha cronológica da gestão do risco de catástrofes
- Compreender os principais conceitos e as diferentes abordagens de ação de antecipação
- Aprender com as evidências da eficácia da AA conduzida a nível local e tomar conhecimento da importância essencial dos intervenientes locais
- Estabelecer parcerias com intervenientes principais para, em conjunto, desenvolverem mecanismos de ação de antecipação
- Identificar lacunas nos sistemas de alerta precoce, planeamento de contingência, mecanismos de financiamento local e mecanismos de coordenação de resposta de emergência aos níveis local e nacional
- Avaliar e antecipar fenómenos perigosos significativos, crises ou choques e os respetivos impactos

- Determinar ações de preparação e ações precoces que devem ser implementadas quando são atingidos os indicadores de indicadores de ativação
- Estabelecer mecanismos de gestão de micro-donativos geridos a nível local para estruturas ou grupos comunitários, garantindo, ao mesmo tempo, a transparência e a responsabilização em contextos de crise
- Reforçar as capacidades de captura e comunicação de dados e aprendizagens, bem como de promoção de um ambiente mais propício à expansão de AA bem-sucedidas conduzidas a nível local

Como utilizar este guia?

Os Capítulos 1 e 2 do guia podem ser utilizados para melhorar a compreensão sobre a ação de antecipação e a AA conduzida a nível local, juntamente com as oportunidades de financiamento ou as limitações. Os recursos apresentados no guia podem ser

utilizados para reforçar as capacidades para iniciar o processo, por exemplo, o [Curso de Curta Duração sobre SCLR](#) da [Local to Global Protection](#), os vídeos [Start Ready Training](#) da [Start Network](#), o curso de formação [Antecipação e Ação perante Crises](#) e o curso de e-learning [Desenvolvimento de um Sistema de Ação de Antecipação](#) da FAO.

A partir do Capítulo 3, o utilizador pode explorar a Fase 1 do processo de envolvimento e sensibilização para a AA conduzida a nível local com os intervenientes relevantes a fim de avaliar a viabilidade da aplicação de diferentes abordagens de AA conduzidas a nível local.

Após a seleção das abordagens de AA conduzidas a nível local, são apresentadas orientações e ferramentas para as outras fases (Fases 2 a 5) para desenhar os processos. Cada uma das fases do processo inclui uma explicação da finalidade; os níveis de planeamento e coordenação; os líderes e os participantes envolvidos; os principais resultados; e os métodos aplicados.

Os passos dentro de cada fase descrevem as ações a empreender, apresentam as questões de orientação que devem ser tidas em conta para alcançar objetivos específicos, assim como as ferramentas a aplicar e outros recursos de referência.

São também apresentados exemplos para cada fase, realçando os principais ensinamentos partilhados pelos técnicos que aplicaram na prática a AA conduzida a nível local.

Agradecimentos

Autor: Chris Ball, Diretor da [Bounce Back Resilience Ltd](#) e Conselheiro Humanitário em matéria de RRC e Alterações Climáticas da [Diakonie Katastrophenhilfe \(DKH\)](#).

O presente guia e kit de ferramentas foram desenvolvidos com base nas aprendizagens obtidas com as abordagens piloto de AA conduzidas a nível local no projeto [Liderança Local para um Impacto Global](#) de 2021-23 em Madagáscar, Malawi e Moçambique pela [Diakonie Katastrophenhilfe](#) em colaboração com [CARD](#),

[CEDES](#), [SAF/FJKM](#) e [GNDR](#). Nunca é por demais reconhecer a forte colaboração entre as partes interessadas ao longo deste processo, incluindo as autoridades de gestão de catástrofes BNGRC, DoDMA, e INGD; autoridades locais; e as comunidades do distrito de Nsanje no Malawi, distrito de Nhamatanda em Moçambique, e Ampanefy em Madagáscar.

O projeto foi apoiado por fundos da República Federal da Alemanha através do [Ministério Federal para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento](#) (BMZ) e fundos da [Diakonie Katastrophenhilfe](#).

O autor agradece o trabalho de outras organizações, que deram um contributo significativo para a elaboração do guia, fornecendo as ferramentas a serem aplicadas ou adaptadas para a AA conduzida a nível local. Agradecemos aos seguintes intervenientes pelo seu inestimável apoio, contributo e orientação:

- [Membros da *Act Alliance*](#)
- [Anticipation Hub](#)
- [CALP Network e o grupo de trabalho sobre as transferências monetárias para grupos](#)
- [Ministério das Relações Externas da Alemanha \(GFFO\)](#)
- [Local to Global Protection](#)
- [Malteser International](#)
- [Risk Informed Early Action Partnership \(REAP\)](#)
- [Start Network](#)
- [Save the Children International](#)
- [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura \(FAO\)](#)
- [Welthungerhilfe \(WHH\)](#)

Recursos de referência

CALP Network (2021) [Orientações e ferramentas sobre transferências monetárias para grupos](#)

CARE International (2018) [Practical Guide to Participatory Scenario Planning](#)

CGIAR (2018) [Guide to Participatory Scenario Planning \(PSP\)](#)

FAO (2023) [Developing an Anticipatory Action System](#). A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) está a compilar um compêndio, um manual e módulos de aprendizagem associados (módulos de e-learning e presenciais) sobre o envolvimento da comunidade na AA

FAO (2020) [Applying an inclusive and equitable approach to anticipatory action](#)

GNDR (2022) [Guia e Kit de Ferramentas para a Localização das Projeções Climáticas](#)

FICV e Iniciativa sobre Sistemas de Alerta e Riscos Climáticos (2020) [People Centred Early Warning Systems](#)

Local to Global Protection (2018) [Materiais de formação](#)

Local to Global Protection (2021) [SCLR](#)

Cruz Vermelha/Crescente Vermelho (2023) [FbF Practitioners Manual](#)

Start Network (2018-2023) [Materiais de Antecipação de Crises](#) (trata-se de um conjunto de recursos para o desenvolvimento de um mecanismo de ação precoce)

Gabinete de Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas (sem data) [Kit de Ferramentas de Ação Antecipada](#)

Welthungerhilfe (sem data) [Welthungerhilfe's approach for a localised EAP development – Step-by-Step Guidance](#)

WISER (2019) [A manual for co-production in African weather and climate services](#)

WISER (2020) [Building blocks for co-producing climate services](#)

Programa Alimentar Mundial (2019) [Getting ahead of crises: A thesaurus for anticipatory humanitarian action](#)

1 Ação de antecipação



Por que motivos precisamos de mudar a forma como nos preparamos para crises previstas ou previsíveis e atuamos perante as mesmas?

Crise climática e ambiental e risco composto¹³

Os vetores de risco, incluindo as alterações climáticas, estão a afetar a natureza global do risco, sendo que os riscos e as ameaças são hoje mais frequentes, intensos e complexos. Em todo o mundo, estamos a debater-nos para resolver a natureza sistémica do risco e observamos o efeito multiplicador dos choques e das tensões. Em todo o mundo, vemos cada vez mais os riscos compostos e os respetivos impactos.

¹³ IPCC (2022) *6.º Relatório de Avaliação*.

¹⁴ Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros da Alemanha (2022) *Declaração dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do G7 sobre o reforço da ação de antecipação na assistência humanitária*.

¹⁵ Anticipation Hub (sem data) *What is anticipatory action?*.

Desafios que o atual sistema humanitário enfrenta¹⁴

As necessidades humanitárias estão em máximos históricos. As crises e os conflitos, os impactos das alterações climáticas e as catástrofes estão cada vez mais a ameaçar as vidas e os meios de subsistência de milhões de pessoas – tendências exacerbadas pelos impactos da Covid-19, pela instabilidade, pelos conflitos e pela crise do custo de vida que afeta os grupos marginalizados em todo o lado. Para que o sistema humanitário continue a proteger as populações afetadas, para colmatar o crescente défice de financiamento e para proteger as difíceis conquistas alcançadas em termos de desenvolvimento, é necessária uma mudança de paradigma com vista a uma assistência humanitária mais eficiente, eficaz e prospetiva.

O que é a ação de antecipação?¹⁵

A ação de antecipação refere-se às ações adotadas para reduzir [prevenir ou mitigar] os impactos de um perigo específico, iminente, previsto antes da ocorrência do mesmo ou antes que sejam sentidos os impactos mais agudos do mesmo. As ações são realizadas antes dos impactos previstos de um perigo e com base numa previsão (ou alerta precoce) de quando, onde e como o fenómeno se irá desenrolar. A ação de antecipação assume diferentes formas e ocorre numa série de escalas em função das organizações envolvidas, do contexto no qual as pessoas vivem, do tipo de perigo ou fenómeno perigoso e das previsões disponíveis (e intervalos de tempo) para esse perigo ou fenómeno perigoso.



As ações são levadas a cabo antes dos impactos previstos de um perigo e com base numa previsão

Linha cronológica da gestão do risco de catástrofes e janela de antecipação

O desfazamento entre as atividades de redução do risco a longo prazo e a resposta humanitária convencional, muitas vezes implementada por partes interessadas com diferentes conjuntos de competências, tem constituído um entrave significativo à gestão eficaz do risco de catástrofes. A ação de antecipação suprime esta lacuna para garantir a articulação entre medidas de RRC direcionadas, preparação para emergências, ação de antecipação e ação precoce, resposta humanitária e desenvolvimento a longo prazo, dentro da linha cronológica da gestão do risco de catástrofes. O resultado é um processo mais fluído.

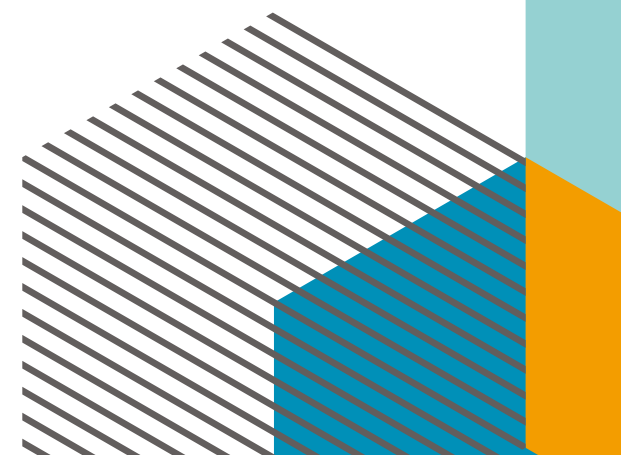


Diagrama 1:

A ação de antecipação como uma ponte entre a redução direcionada do risco de catástrofes, a preparação e a resposta a crises¹⁶

**As finalidades e os objetivos da ação de antecipação¹²**

A ação de antecipação consiste numa abordagem que preconiza uma mudança de uma postura reativa para uma proativa, associando sistematicamente os alertas precoces às ações precoces. A ação de antecipação apresenta vantagens em termos de melhoria dos mecanismos e sistemas institucionais. Agir antes do início de um perigo previsto ajuda a proteger as vidas e os meios de subsistência de pessoas vulneráveis em todo o mundo. Agir antes que um perigo se torne numa catástrofe também ajuda a aumentar a resiliência das pessoas a choques futuros e alivia a pressão sobre os escassos recursos humanitários.



Agir antes que um perigo se torne numa catástrofe ajuda a aumentar a resiliência das pessoas a choques futuros e alivia a pressão sobre os escassos recursos humanitários

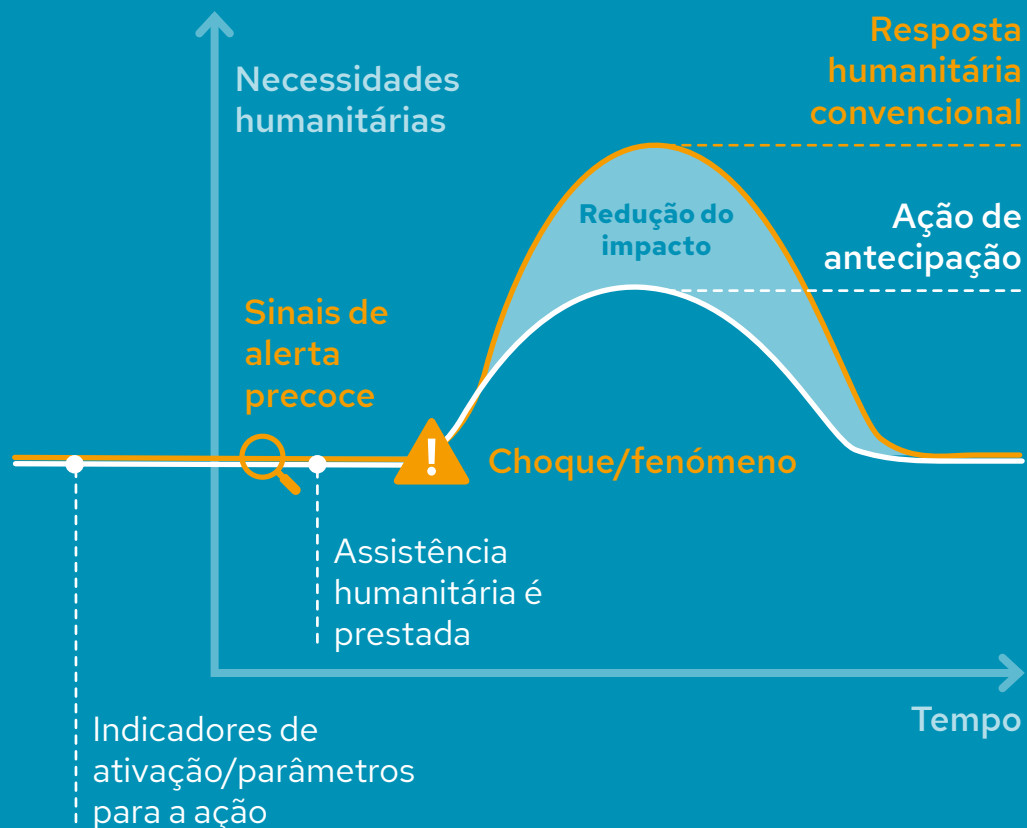
Afirmações sobre o objetivo da ação de antecipação:

- Reduzir os potenciais impactos de perigos previstos (Anticipation Hub)
- Permitir que os [intervenientes] tomem medidas de antecipação antes de se produzirem os impactos das crises, prevenindo ou reduzindo o seu impacto humanitário (Start Network)
- Atuar antes dos perigos previstos para prevenir ou reduzir os impactos humanitários graves antes que estes se manifestem plenamente (Declaração dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do G7 sobre o reforço da ação de antecipação na assistência humanitária)

¹⁶ Adaptado do Quadro de Ação de Antecipação da Save the Children (2022).

Diagrama 2:

Menor impacto dos perigos quando se aplica a ação de antecipação¹⁷



Resultados esperados da ação de antecipação¹⁸

Sistemas humanitários / nível institucional	Nível individual e familiar
Aumento da capacidade operacional para atuar com base em previsões, alertas precoces e análises rápidas de riscos	Vidas protegidas
Menores custos e tempo de resposta	Dignidade mantida
Diminuição ou transformação da escala das necessidades humanitárias posteriores	Meios de subsistência protegidos
Mudança na cultura e na política em matéria humanitária, de gestão de catástrofes e/ou de desenvolvimento	Perdas evitadas
Maior eficiência e/ou redução dos custos	Recuperação mais rápida
	Sofrimento físico e psicológico evitado ou atenuado
	Segurança alimentar e nutrição protegidas
	Maior resiliência

¹⁷ Centre for Humdata (sem data) *Anticipatory Action*.

¹⁸ Adaptado de WFP (2020) *The Evidence Base on Anticipatory Action*.

A janela de antecipação ou janela de oportunidade¹⁹

A janela de antecipação é o período de tempo entre a emissão de uma previsão e a ocorrência do fenómeno previsto. Existem diferentes opiniões sobre a antecedência com que uma ação deve ser realizada antes de uma catástrofe ou crise para ser considerada «precoce» ou «de antecipação». Alguns intervenientes utilizam os termos relacionados com a ação de antecipação ou ação precoce para fazerem referencia apenas a atividades realizadas antes da ocorrência de um fenómeno perigoso, por exemplo, antes do início de uma seca ou chuvas fortes.

Outros aceitam que as atividades que têm lugar após a ocorrência do fenómeno perigoso também podem ser consideradas precoces ou de antecipação se forem realizadas antes de o fenómeno perigoso se ter tornado numa catástrofe, por exemplo, antes de qualquer quebra de colheitas ou perda de gado associada a uma seca ter tido um impacto na saúde, na nutrição ou nos meios de subsistência; ou antes de as águas das cheias terem atingido aglomerados humanos. Outros ainda consideram que qualquer ação que ocorra antes de uma resposta convencional, reativa e centrada na assistência à catástrofe pode ser descrita como precoce, argumentando que essas ações, baseadas no alerta precoce, são mais precoces do que teriam sido se não tivesse sido dado qualquer alerta.

Diferentes abordagens à ação de antecipação

Os intervenientes envolvidos na ação de antecipação dependem do grau de ação de antecipação e ação precoce que é necessário planear e estruturar antecipadamente. Para alguns intervenientes, as atividades que foram planeadas e acordadas antecipadamente – que são iniciadas quando indicadores pré-determinados atingem valores de ativação acordados e para as quais o financiamento foi previamente acordado – contam como ação precoce ou de antecipação (por exemplo, o financiamento baseado em previsões da Cruz Vermelha/ Crescente Vermelho). Outros intervenientes (por exemplo, o fundo para a antecipação de crises da Start Network) aceitam igualmente que um leque mais vasto de atividades com um menor grau de pré-planeamento, sejam definidas como precoces ou de antecipação.²⁰

A contribuição e o valor imprescindível dos intervenientes locais na ação de antecipação

As abordagens conduzidas a nível local são necessárias para aumentar a escala da ação de antecipação. A utilização dos conhecimentos das comunidades e dos intervenientes locais na linha da frente das catástrofes e das crises, assim como das populações mais vulneráveis aos impactos das mesmas, é fundamental para assegurar que o alerta precoce e ação precoce se tornam na regra em todas as partes da sociedade. A eficácia da AA conduzida a nível local, juntamente com o rápido desembolso de fundos para o nível local é cada vez mais evidente, nomeadamente em termos de uma mobilização proativa das estruturas locais e numa maior apropriação das intervenções por parte das comunidades.

¹⁹ ODI (2020) *Anticipatory action for livelihood protection*.

²⁰ REAP (2022) *Glossário de Termos sobre Ação Precoce*.

O investimento em estruturas locais e a concessão de apoio técnico e financeiro essencial para a ação de antecipação a nível local irão possibilitar que sejam tomadas ações adequadas antes da ocorrência de catástrofes e crises, salvar vidas, proteger meios de subsistência e reforçar a resiliência das comunidades. Este investimento contribuirá para uma ação colaborativa e coerente com vista à consecução do Quadro de Sendai,²¹ Acordo de Paris,²² Agenda 2030,²³ e acordos internacionais sobre alertas precoces para todos.²⁴ A participação ativa das comunidades e a capacitação das mesmas também desempenham um papel importante no debate sobre a localização humanitária.²⁵

Os intervenientes locais que trabalham com as comunidades dão um contributo inestimável para a mudança efetiva do sistema para a ação de antecipação.²⁶ Em primeiro lugar, têm uma presença permanente nas comunidades, um conhecimento profundo do contexto local e relações com estruturas e grupos locais. O estabelecimento de parcerias relevantes e colaborações reforçadas com os intervenientes locais – e as respetivas redes da sociedade civil – constituem uma oportunidade para garantir que os intervenientes locais estão efetivamente capacitados para participar nas ações de antecipação.

Em segundo lugar, fornecem conhecimentos autóctones sobre os sistemas de alerta precoce e acesso a dados locais, assim possibilitando uma maior granularidade dos riscos e das vulnerabilidades (dados mais localizados). Conseguem dar *feedback* sobre fatores locais que afetam a fiabilidade dos modelos de previsões e a eficácia dos mecanismos e das intervenções existentes.

Os intervenientes locais estão em melhor posição para colaborar com os sistemas de alerta precoce baseados na comunidade, em zonas que não estão cobertas pelos modelos de previsão (por exemplo, para cheias).

Em terceiro lugar, estão em melhor posição para tomar decisões sobre quem deve fazer o quê e quando, em caso de materialização de um risco ou ativação de um indicador de ativação.

Em quarto lugar, conseguem mobilizar rapidamente as estruturas locais.

E, por fim, as decisões sobre a utilização do financiamento disponível devem ter em conta os conhecimentos e a experiência local em termos de vulnerabilidade, riscos e capacidades existentes. A participação dos intervenientes locais na definição da afetação dos fundos e dos recursos contribui para mecanismos de transparência e responsabilização mais sólidos.



21 Especialmente a Prioridade 4 do *Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030*.

22 UNFCCC (2015) *O Acordo de Paris*.

23 Sobretudo o *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 13*.

24 Por exemplo, *Early Warnings for All* e as metas da *Risk-informed Early Action Partnership*.

25 Charter4Change, NEAR, A4EP recomendações para a fase seguinte da Grand Bargain (2023-2026); *Grand Bargain Intermediaries Caucus, Towards Co-Ownership: The Role of Intermediaries in Supporting Locally-Led Humanitarian Action*, 2022

26 GNDR (2023) *Ampliação da ação de antecipação conduzida a nível local, para que ninguém fique para trás*.

De que forma é financiada a ação de antecipação? E quais são as limitações das organizações da sociedade civil?

Atualmente, parece que os doadores estão mais à vontade com o financiamento de iniciativas que visam o reforço do sistema do que com a concessão de financiamento direto para a implementação de ações precoces. O primeiro é, muitas vezes, referido como financiamento de «base» para iniciativas que criam e reforçam os sistemas e as capacidades subjacentes necessárias para a ação precoce e, o último, como financiamento «combustível» que direciona fundos destinados a pagar as ações precoces.²⁷

As opções de financiamento para as ações precoces variam. Os financiamentos pré-acordados são definidos antecipadamente e são pagos quando determinados

²⁷ REAP (2022) *Finance for Early Action: Tracking Commitments, Trends, Challenges and Opportunities*.

²⁸ Anticipation Hub (sem data) *Financing mechanisms for anticipatory action*.

indicadores de ativação são atingidos. O financiamento rápido e flexível é previamente atribuído a uma atividade específica, mas não é automaticamente ativado. Um exemplo de financiamento rápido e flexível são os modificadores de crise, mediante os quais um programa tem uma rubrica orçamental associada.² A existência de um financiamento baseado em previsões constitui um dos pilares da ação de antecipação – juntamente com os indicadores de ativação e o planeamento – que garante a prestação de assistência humanitária no curto espaço de tempo que decorre entre uma previsão e o impacto de um fenómeno extremo. Tendo acesso a mecanismos de financiamento que garantem recursos, os intervenientes podem elaborar planos robustos para agir, com rapidez e confiança, para cumprirem o seu papel de prevenção do sofrimento humano antes da ocorrência de uma catástrofe. As opções de financiamento, a respetiva cobertura e incidência variam em função do mandato, da estrutura e da abordagem à ação de antecipação das diferentes organizações.²⁸

Entre as organizações que dispõem de um mecanismo de financiamento próprio para as ações de antecipação/precoce contam-se o Fundo de Emergência de Resposta a Catástrofes (DREF) da Federação Internacional da Cruz Vermelha (FICV), o Fundo Central de Resposta a Emergências (CERF) e os fundos conjuntos por país (CBPF) das agências das Nações Unidas.

Tal significa que, atualmente, a maioria das OSC depende da obtenção de fontes de financiamento pontuais para a ação precoce:

- Desenvolvendo propostas de projetos específicos, ou de componentes de uma proposta de projeto, para a AA conduzida a nível local, incluindo elementos de financiamento de «base» e «combustível».
- Incluindo um modificador de crise nas propostas de projetos e concebendo-as especificamente tendo em vista ações precoces.
- Atribuindo quaisquer fundos disponíveis localmente para a ação precoce.

Tal significa igualmente que é necessário desenvolver esforços de *advocacy* junto dos doadores para o estabelecimento de mecanismos de financiamento do risco de catástrofes, e junto das agências governamentais para os fundos geridos localmente, que fornecem financiamento pré-acordado para uma ação precoce, sempre que o mecanismo precisa de ser ativado.

Os exemplos incluem:

- Start Network: *Global Start Fund* e *Start Ready*
- Organizações como a Trócaire, que estão a criar modelos de financiamento do risco de catástrofes para o *financiamento pré-posicionado* como uma abordagem para promover a localização e a ação humanitária conduzida a nível local; no âmbito do projeto Liderança Local para um Impacto Global, a Diakonie Katastrophenhilfe adaptou o seu pequeno fundo de emergência para criar um mecanismo de financiamento para a ação precoce destinado às ONG parceiras locais.

- A Welthungerhilfe criou um Mecanismo de Ação Humanitária de Antecipação (WAHAFA) apoiado pelo Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, através do qual as ONG alemãs e locais podem receber apoio financeiro e concetual para desenvolver e aplicar protocolos de ação precoce (PAP) quando estes são ativados; embora se trate de um mecanismo de financiamento piloto disponível apenas durante o ciclo de vida do projeto, é apenas o segundo exemplo de um doador governamental nacional que financia um mecanismo de financiamento agregado deste tipo (o outro caso é o dos mecanismos de financiamento criados pela Start Network)
- Fundos de contingência criados e geridos localmente, nomeadamente o fundo criado pelas Filipinas ao abrigo do Programa Global de Redução e Gestão do Risco de Catástrofes (CDRRMP), instituído em 2011 ao abrigo da Lei da República n.º 10121; os governos da Indonésia e da Índia também criaram fundos semelhantes.

Ponto da situação e evolução dos sistemas de previsão e de alerta precoce

Os sistemas de alerta precoce (EWS) – e mais especificamente os sistemas de alerta precoce multi-riscos (MHEWS) – permitem que as comunidades atuem antes do pico do impacto dos perigos para atenuar este impacto e proteger as pessoas mais ameaçadas pelas alterações climáticas. Contudo, os alertas precoces não estão, muitas vezes, devidamente associados a uma ação precoce ou de antecipação, o que decorre e é exacerbado por desfasamentos no financiamento que não complementa toda a cadeia de valor do EWS até à ação precoce a nível local.

A *Risk-informed Early Action Partnership* (REAP) definiu quatro objetivos internacionais em 2019 para associar melhor os alertas precoces às ações precoces de início e fim de linha e o Alerta Precoce para Todos (EW4All) do Secretário-Geral das Nações Unidas, lançado em março de 2022. Tem como objetivo incutir um novo dinamismo político no que toca à necessidade de previsões de qualidade conducentes com a preparação antes da materialização dos impactos.

Os elementos dos sistemas de alerta precoce multi-riscos (MHEWS) são normalmente definidos por autoridades nacionais mandatadas, designadamente os serviços nacionais de meteorologia e hidrologia que têm a responsabilidade de proteger as populações civis de fenómenos meteorológicos extremos.

Embora se tenham registado progressos em matéria de monitorização e previsão dos perigos, as infra-estruturas de alerta precoce e os serviços de divulgação, alerta e apoio à tomada de decisões precisam de chegar às comunidades e apoiá-las de forma mais atempada. Os MHEWS precisam de ser mais orientados para as pessoas, com especial incidência nas comunidades de primeira e última linha, com uma mudança de enfoque da divulgação de alertas precoces para a comunicação através de previsões e alertas baseados no impacto. O indicador G4 do Quadro de Sendai mede a disponibilidade de planos para agir face a alertas precoces a nível local.

Os países com MHEWS assinalam poucos progressos neste elemento do MHEWS – apenas 46% destes países indicaram que possuem tais planos para agir face a alertas precoce.²⁹

A *Early Warnings For All Initiative (EW4All)* foi lançada oficialmente pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, em novembro de 2022, na COP 27 em Sharm El-Sheikh. A iniciativa apela a que todo o mundo esteja abrangido por um sistema de alerta precoce até ao final de 2027.

No âmbito do Pilar 4 da iniciativa EW4All, os mecanismos de consulta nacional devem permitir uma maior inclusão dos parceiros locais e nacionais envolvidos nos mecanismos de preparação e de ação de antecipação, juntamente com o líder deste pilar (FICV) e as agências relevantes da ONU presentes no país (como o PAM, a FAO, o OCHA ou outras). Esta iniciativa constitui uma base sólida para a concretização dos objetivos do REAP, que visam aumentar significativamente a escala das ações de antecipação de início e fim de linha até 2025.



Os MHEWS têm de ser mais orientados para as pessoas, com incidência nas comunidades de primeira e última linha, com uma mudança de enfoque da divulgação de alertas precoces para a comunicação através de previsões e alertas baseados no impacto.



Colaboração necessária para permitir a ação de antecipação

A ação de antecipação tem sido aplicada principalmente por intervenientes do domínio humanitário, incluindo agências da ONU, as sociedades da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho e ONGI com vista a planear e levar a cabo intervenções de ação precoce.

A criação dos mecanismos de ação de antecipação necessários para que seja possível comunicar, compreender e, mais importante ainda, agir bem face às previsões e aos alertas precoce exige uma maior ênfase em abordagens centradas nas pessoas e conduzidas a nível local. É necessária colaboração entre os intervenientes em matéria humanitária, de desenvolvimento e de alterações climáticas, que coloque os intervenientes da sociedade civil mais alargada com uma presença permanente a nível local no âmago da ação, assim como uma participação relevante e ativa das comunidades na linha da frente das catástrofes.

Para que as ações de antecipação se tornem sustentáveis e realizem todo o seu potencial, é necessário que, por um lado, sejam integradas nos sistemas de gestão de catástrofes e que, por outro lado, utilizem plenamente os conhecimentos e as capacidades das comunidades e dos intervenientes locais. Neste sentido, importa, por um lado, assinalar que as autoridades oficialmente mandatadas são, em última análise, responsáveis pela concretização do alerta precoce e da ação precoce e, por outro lado, reconhecer o papel das OSC para complementar, facilitar, colmatar lacunas e contribuir para a expansão do alerta precoce e da ação precoce.

Evidências e valor do investimento em ações de antecipação

Os dados quantitativos que se seguem foram retirados dos testemunhos de vários intervenientes registados na base de dados de evidências do Anticipation Hub. Incluem evidências relativas a ciclones,

cheias e chuvas fortes, para uma ação precoce que abranja o alerta precoce, o abrigo, a água e o saneamento, a segurança alimentar e a saúde.

- As famílias que receberam transferências monetárias eram 12% mais suscetíveis de evacuar os membros do agregado familiar e 17% mais suscetíveis de evacuar os seus animais
- 15% dos beneficiários indicaram que sofreram problemas de saúde e lesões físicas (como cortes e fraturas) após e devido ao ciclone por comparação com 27% das famílias não beneficiárias, o que representa uma redução de 12%.
- 51% dos beneficiários indicaram que alguns dos seus equipamentos de trabalho (tais como ferramentas, equipamento de pesca, bombas, etc.) foram danificados ou perdidos, por comparação com 72% das famílias do grupo de controlo (uma redução de 21%)



É necessária a colaboração entre os intervenientes humanitários, do desenvolvimento e das alterações climáticas

- Os beneficiários terão recebido um nível mais elevado de assistência nos abrigos, tido uma experiência globalmente melhor, com menos problemas e acesso a mais serviços; os beneficiários indicaram uma melhor experiência global com os abrigos, com uma pontuação média de 6,2 (em 10) face a 5,3 para o grupo de controlo (ou seja, um aumento médio de 0,9 pontos)
- Em média, as famílias que receberam transferências de dinheiro pediram menos 7\$ emprestados, e a taxas de juro mais baixas, do que as famílias do grupo de controlo nos dois meses após o início das cheias

2 Ação de antecipação conduzida a nível local



O que é a ação de antecipação conduzida a nível local?

A AA conduzida a nível local muitas vezes produz melhores resultados quando os intervenientes acordam, previamente, as seguintes componentes essenciais:

1. As ações a realizar e os papéis específicos de cada parte interessada (incluindo os papéis dos intervenientes e estruturas locais envolvidos através de mecanismos locais relevantes e inclusivos)
2. As previsões para o perigo e os limiares utilizados para desencadear as ações
3. O financiamento (tanto o montante como a fonte dos fundos disponíveis para permitir a execução das ações a implementar uma vez atingidos os indicadores de ativação)

30 Comité Ecuménico para o Desenvolvimento Social (CEDES), Moçambique; Churches Action in Relief and Development (CARD), Malawi; SAF/FKJM, Madagáscar; todos participaram no projeto Liderança Local para um Impacto Global e refletiram sobre os ensinamentos colhidos.

As ONG locais e nacionais³⁰ que implementaram AA conduzidas a nível local consideram que os elementos principais são os seguintes:

- Começar pela comunidade: envolver voluntários de base, associações locais e outros grupos comunitários; assegurar a inclusão relevante de todos os grupos; promover parcerias entre um vasto leque de intervenientes – que devem ser os donos da iniciativa – desde a génese do processo
- Facilitação por intervenientes locais que fornecem orientação e formação sobre o processo e apoiam a criação dos mecanismos de coordenação necessários
- Intercâmbio entre as comunidades e as agências, incluindo as agências técnicas e os representantes das autoridades de gestão de catástrofes, para discutir os sistemas de previsão e de alerta precoce e para determinar, coletivamente, os indicadores de ativação e os limiares relevantes a nível local

- Permitir que as comunidades elaborem os seus próprios planos para atividades de preparação e de ação precoce
- Capacitação das comunidades locais para definirem os contornos do financiamento da ação precoce com base nos orçamentos que determinam como necessários para intervenções eficazes de ação precoce e para serem responsáveis pela tomada de decisões sobre a forma de utilização dos fundos, por exemplo, os micro-donativos comunitários

A definição de ação conduzida a nível local da Start Network inclui, «quando grupos de membros liderados a nível local têm acesso aos seus próprios recursos e tomam decisões sobre a forma como estes são utilizados».

A Welthungerhilfe³¹ descreve a participação comunitária na ação de antecipação em termos de organizações de base e comunidades locais que lideram o planeamento de emergência baseado em cenários, assegurando que os planos são inclusivos e adequados ao contexto local. Tal prevê um conjunto de planos de contingência pré-financiados para responder a diferentes perigos. As ONG locais podem então recorrer a uma fonte recém-criada de financiamento flexível e facilmente acessível para conceber e implementar ações precoces destinadas a minimizar os riscos futuros.

31 Welthungerhilfe (2022) *Aisha Jamshed: Shifting to an anticipatory mindset – locally led early action in Pakistan.*

Os princípios para a AA conduzida a nível local baseiam-se nos princípios do World Resources Institute ³² e são aqui apresentados com aditamentos ao texto (em itálico) para os tornar especificamente aplicáveis à ação de antecipação.

1. Transferir a tomada de decisões para o nível comunitário mais adequado
2. Resolver as desigualdades estruturais que afetam as mulheres, os jovens, as crianças, os idosos, as pessoas com deficiência, os deslocados, os povos indígenas e os grupos étnicos marginalizados, *assim como a discriminação com origem no estatuto socioeconómico, orientação sexual e identidade de género*

3. Providenciar financiamento paciente e previsível, *pré-acordado ou flexível*, que possa ser acedido mais facilmente (*com base numa previsão*)
4. Investir nas capacidades *técnicas e operacionais* à escala local para deixar um legado institucional
5. Desenvolver uma compreensão sólida sobre os riscos climáticos e *outros riscos e incertezas previstas e previsíveis*
6. Programar de forma flexível (*planos predefinidos ou um mecanismo de análise preditiva e aprovação*) e aprendizagem
7. Garantir a transparência e a responsabilização
8. Ação colaborativa e investimento

32 World Resources Institute (sem data) *Locally Led Adaptation*.

33 GNDR (2020) *Relatório de Visão da Primeira Linha: Porque é que as pessoas continuam a perder vidas e os meios de subsistência devido a catástrofes?* A GNDR inquiriu mais de 100.000 intervenientes locais sobre as suas perspetivas em relação ao risco e à resiliência em 44 países.

34 FAO (2020) *Applying an inclusive and equitable approach to anticipatory action*.

35 GNDR (2023) *Ampliação da ação de antecipação conduzida a nível local, para que ninguém fique para trás*.

Fatores incapacitantes e capacitantes para a participação dos intervenientes locais na ação antecipada

O planeamento conduzido a nível local pelos governos e organizações locais, o acesso a dados financeiros e de risco e a prontidão operacional dos intervenientes locais são condições prévias essenciais para garantir a implementação eficaz de ações de antecipação a nível local. Apesar do papel fundamental das organizações da sociedade civil, do governo local e dos líderes comunitários na gestão das catástrofes, 84% dos intervenientes locais afirmam não ser tidos em conta na avaliação das ameaças, na preparação de políticas e planos e na tomada de medidas para reduzir as ameaças³³.

Há grupos e indivíduos que estão em maior risco em tempos de crise. São frequentemente aqueles que enfrentam as maiores desigualdades na vida quotidiana, incluindo as pessoas que vivem em zonas rurais, os povos indígenas, as mulheres, as crianças, os grupos étnicos e linguísticos, as pessoas

com deficiência, os migrantes e as populações deslocadas, as minorias sexuais e de género, os jovens e os idosos³⁴. No entanto, os grupos marginalizados podem ter, e têm, os conhecimentos e as competências necessárias para planear ações adequadas a empreender antes da ocorrência dos perigos.

Para que a AA conduzida a nível local seja uma realidade em larga escala, é necessário que as agências mandatadas, técnicas e doadoras desempenhem um papel mais ativo no lançamento e no reforço dos processos de ação de antecipação. É igualmente necessária uma melhor articulação entre o nível internacional/nacional e o nível local. Para tal é necessário que estes intervenientes:³⁵

1. Reforcem as parcerias e a colaboração com intervenientes e estruturas locais
2. Invistam recursos e financiamentos flexíveis e previamente acordados para uma ação precoce a nível local
3. Assegurem uma coordenação inclusiva a nível local



4. Invistam na consolidação dos intervenientes, estruturas e capacidades técnicas locais existentes e na aprendizagem coletiva
5. Incluam os intervenientes locais em todas as decisões políticas de ação de antecipação

Ação conduzida a nível local, resposta a crises liderada pelos sobreviventes e pelas comunidades, micro-donativos e transferências monetárias para grupos

A integração dos princípios e das componentes da resposta a crises liderada pelos sobreviventes e pela comunidade (SCLR)³⁶, incluindo a utilização de micro-donativos ou transferências monetárias para grupos, conforme aplicado na Fase 3a, salvaguarda a participação da comunidade. Produz resultados tangíveis para que as comunidades reforcem a sua preparação ou mitiguem os riscos que as poderiam impedir de implementar eficazmente uma ação precoce em caso de ocorrência de um fenómeno perigoso previsto ou previsível.

A experiência demonstra o seu valor. As ações conduzidas a nível local podem ser muito mais rápidas e rentáveis do que a ajuda convencional ou as intervenções humanitárias. Também aproveitam melhor os conhecimentos, as competências e as percepções das comunidades para responder às crises, identificar soluções inovadoras e aprender.³⁷ As abordagens SCLR funcionam automaticamente no âmbito donexo entre ajuda humanitária e desenvolvimento e promovem iniciativas que não se enquadram nos atuais conceitos de programação humanitária.³⁷

A concessão de micro-donativos para atividades de preparação reforça a capacidade das comunidades para gerir micro-donativos quando estes são concedidos para uma ação precoce conduzida a nível local. Esta experiência é particularmente importante no caso de uma ação precoce à luz de eventos de início rápido, uma vez que as comunidades devem ser capazes de gerir micro-donativos, independentemente da facilitação dos intervenientes locais.

Princípios orientadores da abordagem da resposta a crises liderada pelos sobreviventes e pela comunidade da Local to Global Protection:

- Adotar uma nova mentalidade que reconheça as pessoas afetadas por crises como primeiros e últimos intervenientes
- Adotar avaliações participativas baseadas nos pontos fortes e métodos de investigação apreciativa
- Questionar as narrativas de género: as mulheres como líderes e não como vítimas
- Reforçar (não enfraquecer) a ação coletiva, a coesão social e o sentido de comunidade
- Apoiar vários grupos diferentes para refletir a heterogeneidade das pessoas afetadas pela crise
- Transferir explicitamente poder (através de micro-donativos) para grupos comunitários
- Promover um bem-estar mais amplo e abordagens psicossocialmente informadas

- Reconhecer que a tendência natural das populações afetadas por uma crise é responder de forma holística
- Desenvolver novos sistemas de gestão e novas culturas organizacionais que incentivem o pessoal a abdicar do poder e permitam uma maior partilha de poder
- Dar mais ênfase ao apoio às agências governamentais locais para que adotem e financiem abordagens conduzidas pela comunidade
- Redefinir as relações entre os doadores e as agências nacionais e internacionais
- Apoiar uma mudança de «todo o sistema» que motive todos os departamentos de ajuda a questionarem os pressupostos e as normas aceites que limitam as oportunidades de ajuda humanitária para permitir a ação local

³⁶ Local to Global Protection (2021) *Sclr*.

³⁷ Humanitarian Practice Network (2021) *Survivor- and community-led crisis response: Practical experience and learning*.

3 Visão geral do kit de ferramentas

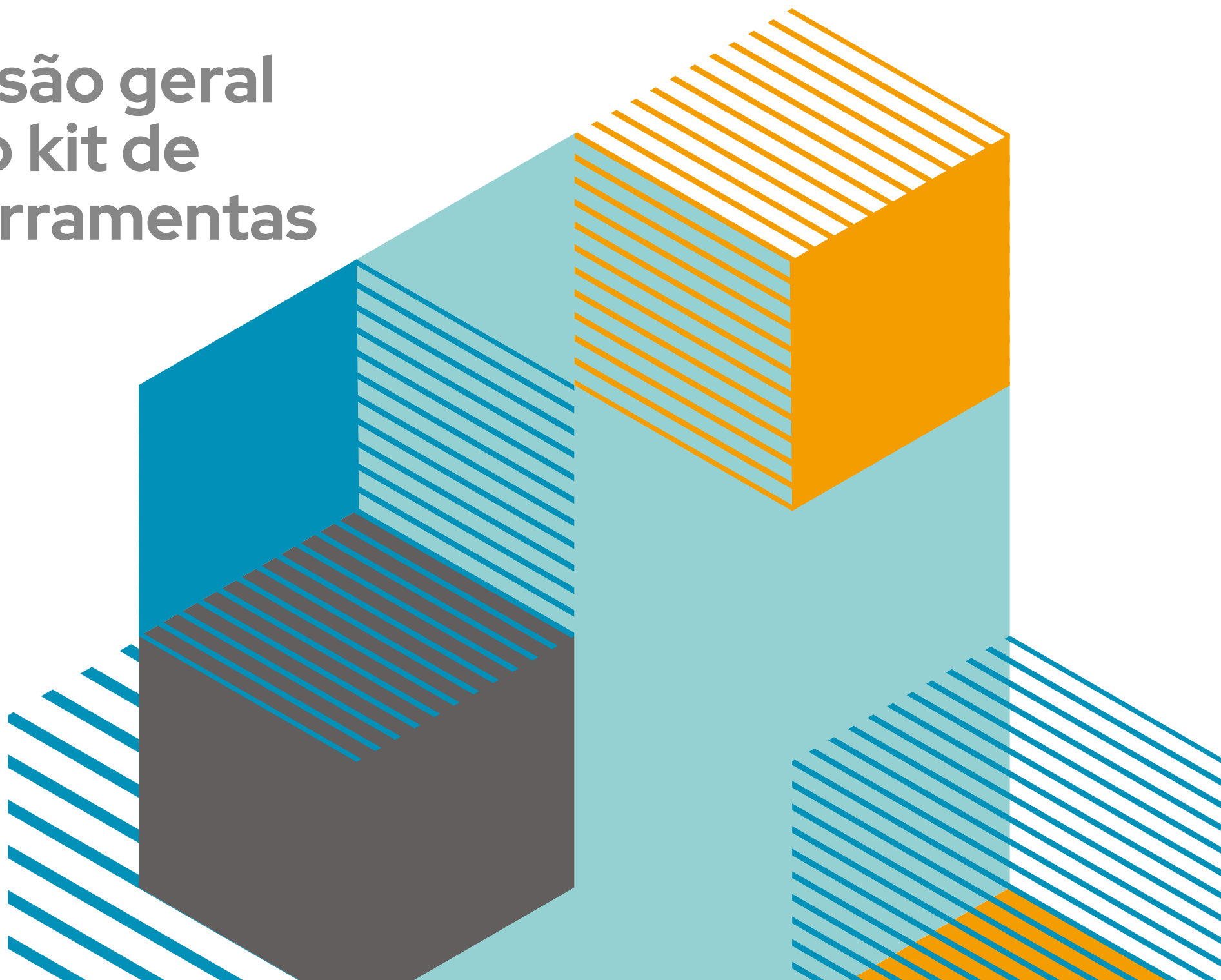


Diagrama 3:

As fases e três abordagens complementares à AA conduzida a nível local.



Três abordagens à ação de antecipação conduzida a nível local

As três abordagens fundamentalmente diferentes da AA conduzida a nível local são complementares e o desenvolvimento da capacidade de implementação de cada uma delas contribui para aumentar o âmbito de aplicação da ação de antecipação. Para cada uma destas abordagens, o quadro seguinte indica os tipos de fenómenos perigosos para os quais são mais relevantes, os principais pontos fortes de cada abordagem, o nível de investimento necessário no planeamento prévio e os mecanismos que devem ser criados.

Abordagem:	(3a) Ação precoce liderada pela comunidade	(3b) Ação precoce liderada pelos intervenientes locais	(3c) Planeamento de contingência participativo intensificado (PCPI)
Tipos de fenómenos perigosos para os quais a abordagem é mais indicada	Todos os tipos, embora o desembolso rápido de micro-donativos para fenómenos de início rápido possa ser mais difícil e deva ser prestada atenção à sensibilidade aos conflitos (princípio de «não prejudicar»)	Fenómenos previsíveis com um grau de incerteza mais elevado, nomeadamente no que se refere ao início de crises complexas, fenómenos causados por riscos complementares e <i>crises de pequena a média dimensão que passam despercebidas</i>	Fenómenos perigosos de início rápido e previsíveis com uma frequência de ocorrência regular (pelo menos, a cada 5-10 anos)
Pontos fortes de cada abordagem	Elevada relevância porque as ações precoces são determinadas pelas comunidades. Contribui para um maior envolvimento e coerência entre as ações conduzidas pela comunidade e as ações dos intervenientes externos. Maior eficiência em termos de custos.	Altamente adaptável a fenómenos que mudam rapidamente à medida que se desenvolvem antes e durante o início de um fenómeno perigoso	Reforça a ação coordenada e colaborativa precoce entre as partes interessadas locais que trabalham para prevenir ou mitigar os impactos previstos de um fenómeno em vários domínios de intervenção

Continuação

Abordagem:	(3a) Ação precoce liderada pela comunidade	(3b) Ação precoce conduzida pelos intervenientes locais	(3c) Planeamento de contingência participativo intensificado(PCPI)
Grau de investimento no planeamento e na preparação prévias	Baixo ou nenhum: Processo de planeamento rápido e autónomo liderado pela comunidade	Baixo a médio: Análises ou previsões locais ou risco acrescido – efetuadas antecipadamente ou à medida que decorre o fenómeno perigoso	Alto: Contribui para o reforço dos planos de contingência e para o desenvolvimento de PAP
Mecanismos que devem ser pré-estabelecidos	Mecanismo de gestão de micro-donativos ou transferências monetárias para grupos a nível local	Fonte de financiamento única ou mecanismo ou fundo de financiamento do risco de catástrofes – detido a nível local, regional ou internacional	Mecanismo ou fundo de financiamento do risco de catástrofes – detido a nível local ou regional
Fonte dos métodos e ferramentas aplicadas	<i>Abordagem da resposta a crises lideradas pelos sobreviventes e pela comunidade (SCLR) e orientações sobre as transferências monetárias para grupos</i>	<i>Alerta, análise e resposta com base em previsões</i>	<i>Ação com base em previsões (AbP), financiamento com base em previsões (FbP) e previsões com base no impacto (Pbl).</i>

Como aplicar a ação de antecipação conduzida a nível local

Fase 1: Envolvimento, avaliação da viabilidade e conceção

Avalia a viabilidade da aplicação do processo de AA conduzido a nível local e as três diferentes abordagens de AA. Isto inclui a avaliação das opções de financiamento disponíveis e a determinação da colaboração necessária entre as partes interessadas, bem como a definição de funções e responsabilidades acordadas para conceber e planear o processo global de forma coletiva. Esta fase liga os processos de planeamento a nível local e a nível nacional.

Fase 2: Avaliação participativa e planeamento de contingência comunitário intensificado

Os representantes dos grupos comunitários e das estruturas locais fazem o levantamento dos grupos mais vulneráveis e em risco, da forma como estes grupos lidam com as crises e avaliam as necessidades não satisfeitas. Em seguida, as comunidades avaliam o EWS e identificam ações prioritárias que devem ser incorporadas nos planos de contingência comunitários. As informações do planeamento local de ações com base em previsões (AbP) são identificadas e recolhidas junto de agências e peritos técnicos a diferentes níveis, incluindo informações sobre modelos de risco relevantes, sistemas de previsão, indicadores de ativação e limiares já em uso. Esta fase envolve atividades centradas na comunidade e consultas com agências técnicas.

Fase 3: Planeamento coordenado para ações de antecipação e preparação

A fase 3 aplica as três abordagens complementares à AA conduzida a nível local.

Fase 3a: Ação precoce liderada pela comunidade

As estruturas e os grupos comunitários planeiam e executam autonomamente as suas próprias ações de preparação e ação precoce a nível comunitário, candidatando-se a micro-donativos comunitários ou a transferências monetárias para grupos. Esta fase incide nas atividades centradas na comunidade.

Fase 3b: Ação precoce liderada pelos intervenientes locais

Os intervenientes locais utilizam as notas de alerta e elaboram propostas de preparação e de ação precoce utilizando previsões melhoradas, sistemas de alerta precoce ou métodos de análise preditiva.

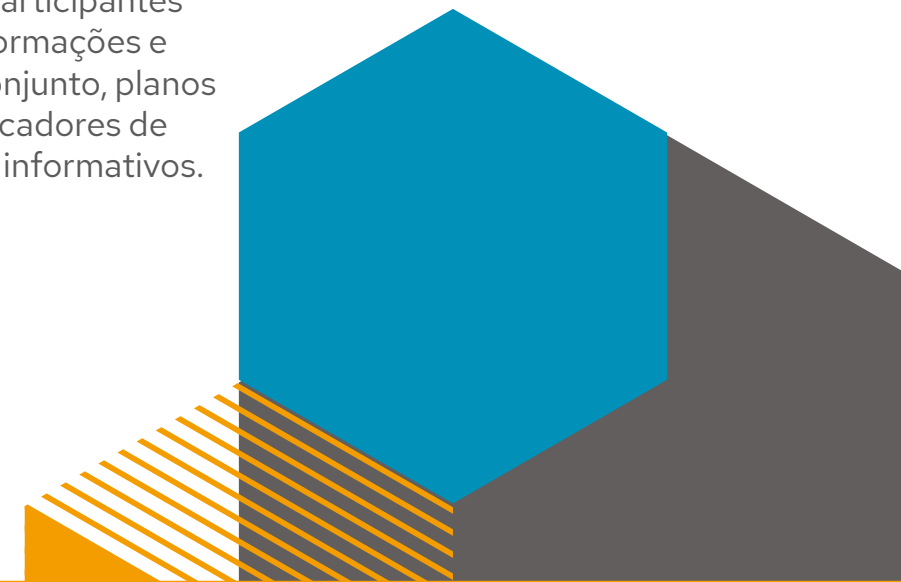
São propostas atividades para aumentar o grau de preparação para uma ação precoce e para as ações precoces a tomar para reduzir o impacto dos fenómenos perigosos a nível individual, familiar e comunitário. Esta fase incide nas ações empreendidas pelos intervenientes locais.

Fase 3c: Planeamento de contingência participativo intensificado (PCPI)

O PCPI baseia-se nos planos de contingência locais existentes – e reforça os mesmos – utilizando ferramentas de planeamento de ações com base em previsões (PAbP). São realizadas oficinas a nível local (ou seja, a nível distrital), que contam com a participação de intervenientes locais e peritos técnicos. Todos os participantes contribuem com informações e desenvolvem, em conjunto, planos de colaboração, indicadores de ativação e materiais informativos.

São igualmente elaborados planos para reforçar os mecanismos locais de divulgação de informações de alerta precoce, incluindo sobre a preparação e a ação precoce junto das populações em risco e dos grupos e estruturas comunitárias, utilizando uma linguagem simples e não técnica.

O PCPI liga o planeamento a nível local ao nacional através do envolvimento de representantes da comunidade (tendo em atenção o género, o sexo, a idade, o estatuto socioeconómico, a orientação sexual, a identidade de género e as capacidades físicas) e de intervenientes locais no planeamento de contingência a nível provincial e superior.



Fase 4: Monitorização, avaliação, feedback e advocacy coordenados

A monitorização de todas as ativações de ações precoces é realizada através da recolha de informações sobre o mecanismo de financiamento implementado (transferência de fundos) e a implementação de ações precoces. A eficácia dos indicadores de ativação ou de quaisquer mecanismos de tomada de decisão é avaliada e o impacto das ações precoces implementadas é avaliado. Há uma partilha de aprendizagens entre todos os intervenientes envolvidos no processo. Em seguida, são envidados esforços de *advocacy* junto dos decisores sobre qualquer ação necessária para criar um ambiente mais propício à expansão de ações precoces bem-sucedidas.

Esta fase envolve representantes da comunidade (tendo em atenção o género, o sexo, a idade, o estatuto socioeconómico, a orientação sexual, a identidade de género e as capacidades físicas) e partes interessadas locais, sendo que liga a aprendizagem a nível local à política local e nacional.

Fase 5: Desenvolvimento colaborativo de PAP

Os PAP são desenvolvidos através da consolidação dos pormenores de planeamento e da experiência adquirida com quaisquer ativações que utilizem fontes «únicas» de financiamento de ações precoces («combustível»). O desenvolvimento dos PAP é realizado de forma colaborativa através da troca de ideias e contributos entre os intervenientes e as estruturas locais, as agências técnicas e o titular do fundo de financiamento do risco.

Esta fase liga os mecanismos a nível local aos intervenientes externos necessários para que estes protocolos sejam ativados.

Tempo necessário para implementar cada fase e as três abordagens

O tempo necessário para implementar a AA conduzida a nível local pode ser influenciado pelos seguintes fatores:

- A dimensão da zona-alvo da intervenção
- Em que medida já foram criados processos de planeamento de contingência a nível comunitário e local e estruturas comunitárias
- Os protocolos ou quadros de ação de antecipação já estabelecidos por outras agências
- O acesso aos dados dos sistemas de previsão e de alerta precoce, bem como aos dados disponíveis sobre as vulnerabilidades e as capacidades
- O grau de vontade de colaboração das partes interessadas relevantes

- As plataformas de ação de antecipação existentes no país e na região
- A necessidade de traduzir os recursos apresentados neste guia para a(s) língua(s) local(ais)

Parte-se do princípio de que o interveniente facilitador (ver definição abaixo) já utilizou este guia para melhorar os seus conhecimentos sobre a ação de antecipação e os conceitos, abordagens e ferramentas da AA conduzida a nível local, assim como sobre o financiamento da ação de antecipação. Terá de ter assegurado pelo menos uma fonte única de financiamento e levado a cabo o desenvolvimento de capacidades necessário para poder facilitar o processo.



O tempo indicativo necessário para reforçar as capacidades locais, estabelecer os mecanismos necessários, elaborar ou desenvolver os planos necessários (Fases 1-3) e estar pronto para ativar a ação precoce é de 3 a 9 meses. As ativações de ações precoces, quando desencadeadas, são implementadas ao longo de períodos de dias ou semanas, em função do intervalo de tempo para o fenómeno perigoso. A monitorização, a avaliação e o *feedback* coordenados (Fase 4) decorrem em paralelo com as ativações e prosseguem durante 1 a 2 meses após a conclusão das intervenções de ação precoce, sendo que os esforços de *advocacy* são realizados durante um período mínimo de 1 mês (embora a *advocacy* possa também ser um processo contínuo).

Se os mecanismos de AA conduzida a nível local e as ações precoces forem considerados um sucesso, o processo de desenvolvimento colaborativo do PAP (Fase 5), utilizando a experiência adquirida, pode demorar entre 1 a 2 meses. No entanto, se o *feedback* e os resultados da avaliação indicarem que ainda existem lacunas significativas nos mecanismos ou na capacidade de aplicar a ação precoce, será necessário reforçar os mecanismos para as abordagens de AA conduzida a nível local.

Caso em destaque

Os membros locais do ACT Alliance Kenya Forum, dos Serviços Anglicanos para o Desenvolvimento (ADS) e do Conselho Nacional das Igrejas do Quênia (NCCK) elaboraram propostas de ação precoce na antecâmara das eleições nacionais no Quênia em 2022, devido à violência eleitoral prevista.

Este processo foi conduzido em colaboração com a FICV e a Sociedade da Cruz Vermelha do Quênia, através de uma oficina destinada a aumentar a sensibilização dos intervenientes locais e muni-los da capacidade de desenvolverem as suas próprias propostas de ação precoce. Foi estabelecido um protocolo de ação precoce (PAP) e um mecanismo de financiamento pré-acordado com a Diakonie Katastrophenhilfe. Foi disponibilizado financiamento para ações de preparação antes das eleições, mas não foram ativadas ações precoces, de acordo com a monitorização baseada nos cenários de surto de violência definidos. Todo este processo foi realizado em três meses.

Papéis e responsabilidades dos diferentes intervenientes

Os intervenientes facilitadores são os principais responsáveis por iniciar processos de AA conduzida a nível local, mas importa reconhecer plenamente as capacidades de ação de antecipação já existentes nas comunidades e nas agências técnicas. À medida que as capacidades, as relações e os mecanismos de coordenação vão sendo reforçados, as estruturas e os intervenientes locais poderão assumir um papel de maior liderança diretamente em colaboração com as agências mandatadas e técnicas. Neste processo, qualquer organização de acompanhamento, tal como uma ONGI de implementação não direta, tem um papel a desempenhar na resposta às necessidades manifestadas pelo interveniente local facilitador. Isto pode incluir aspectos como suprir lacunas no apoio de agências técnicas, facilitar a gestão do conhecimento, permitir a participação em plataformas de *advocacy* relevantes (até a nível internacional) ou a alteração das modalidades de financiamento.

Intervenientes facilitadores (OSC, ONG locais e nacionais, OBC):

- Facilitar a participação inclusiva de «toda a sociedade» e permitir que as comunidades e as estruturas locais liderem ou participem na AA conduzida a nível local
- Incentivar a troca de conhecimentos e permitir que as comunidades identifiquem e partilhem as suas próprias experiências
- Recolher e facilitar a análise participativa das informações e disponibilizá-las para o planeamento de contingência participativo intensificado (PCPI), incluindo incentivar a partilha de contributos para o desenvolvimento de indicadores de ativação e materiais informativos
- Assegurar que a documentação dos resultados desenvolvidos no processo é captada e registada em colaboração com os intervenientes, incluindo o governo local

- Incentivar os diálogos entre as agências que comunicam informações sobre os riscos e os alertas precoces e os representantes da comunidade (tendo em conta o género, o sexo, a idade, o estatuto socioeconómico, a orientação sexual, a identidade de género e as capacidades físicas) para contribuir para a criação de relações e promover a confiança
- Facilitar a comunicação e a partilha de aprendizagens e a participação em atividades de *advocacy*, a fim de criar um ambiente mais propício à AA conduzida a nível local

Estruturas e intervenientes locais (líderes comunitários, comités, voluntários e representantes de diferentes grupos comunitários):

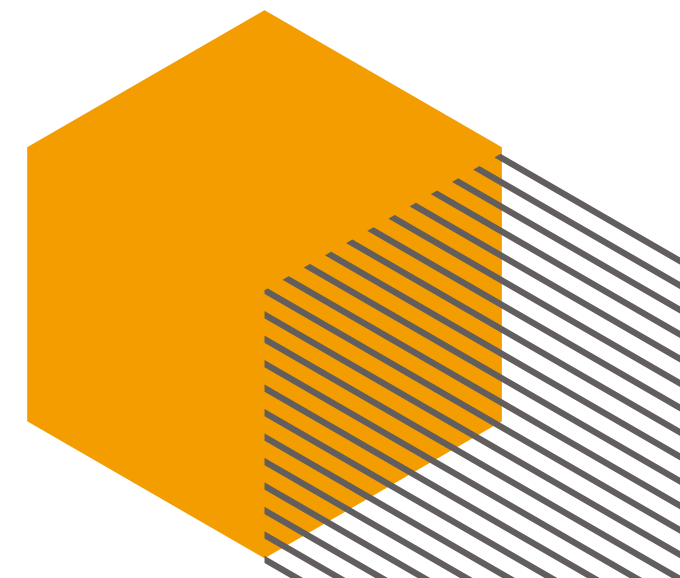
- Sensibilizar a comunidade para a AA conduzida a nível local
- Mobilizar a participação da comunidade e as capacidades locais disponíveis
- Facilitar a integração dos conhecimentos e das aprendizagens locais nos processos de AA conduzida a nível local

- Identificar e apoiar os «embaixadores» da comunidade, especialmente as mulheres líderes, que podem assumir a responsabilidade de assegurar a sustentabilidade e o desenvolvimento da AA conduzida a nível local
- Contribuir para o reforço dos mecanismos locais de transparência e de responsabilização

Agências governamentais e técnicas locais e nacionais:

- Colaborar na facilitação de oficinas sobre AA conduzida a nível local e PCPI e registar informações e resultados
- Participar na partilha de conhecimentos e aprendizagens a nível local
- Acompanhar a informação de planeamento relevante recolhida durante o processo

- Contribuir para a finalização dos planos de contingência colaborativos para uma ação precoce, determinar os indicadores de ativação, elaborar melhores materiais informativos e protocolos de ação precoce
- Contribuir para determinar ou suprir as lacunas identificadas, a fim de assegurar que os mecanismos locais de planeamento e coordenação para o planeamento de contingência e a AA conduzida a nível local estão ligados do nível local ao nacional



4 Fase 1: Envolvimento, avaliação da viabilidade e conceção



Finalidade

Identificar zonas-alvo adequadas e conceber uma abordagem para a AA conduzida a nível local que seja relevante para o(s) fenómeno(s) perigoso(s) que as comunidades locais enfrentam, incluindo a resolução de lacunas para reforçar o planeamento de contingência participativo (PCP). Para tal, é necessário criar parcerias com as principais partes interessadas e compreender o contexto local e as necessidades da comunidade relacionadas com os perigos prioritários. As partes interessadas são igualmente informadas e sensibilizadas para a AA conduzida a nível local, para que possam ter uma participação relevante no processo.

Níveis de planeamento e coordenação, liderança e participantes envolvidos

Esta fase articula os processos de planeamento a nível local com os processos de planeamento a nível nacional. Os participantes envolvidos incluem:

- Membros da autoridade de gestão de catástrofes, peritos em planeamento de contingência, alerta precoce, ação precoce e ação de antecipação
- Peritos em sistemas de alerta precoce e de previsão, ou seja, agência de meteorologia, peritos em análise de riscos
- Representantes das autoridades locais
- Partes interessadas e peritos em programação monetária (com especial incidência em micro-donativos comunitários/transferências monetárias para grupos)
- Organizações da sociedade civil e organizações não governamentais

- Representantes da comunidade (tendo em conta o género, o sexo, a idade, o estatuto socioeconómico, a orientação sexual, a identidade de género e as capacidades físicas), incluindo os comités comunitários de gestão dos riscos de catástrofes, os socorristas e os voluntários
- Agências doadoras ou titulares de fundos

Resultados principais

Acordo coletivo e planos para o processo

Métodos

Entrevistas, reuniões de grupos de trabalho ou de grupos de trabalho técnicos, oficinas e debates em grupos de discussão.

Passos

1. Avaliar a viabilidade, estabelecer parcerias e obter o compromisso para com o processo
2. Planear e iniciar um envolvimento inclusivo de «toda a sociedade»
3. Cocriar o processo

Recursos de referência

Para todos os passos:

- UNDRR (sem data) *Anticipatory action*
- FAO (2020) *Applying an inclusive and equitable approach to anticipatory action*. Ver Passo 1: Priorização dos riscos de catástrofes e Passo 4: Planeamento da implementação
- Welthungerhilfe (2022) *FbA manual: Early action identification and EAP development – step-by-step guidance*. Ver: Planeamento do passo 1 – Atividades do plano de trabalho: Reunião inicial, oficinas das partes interessadas, reuniões de sensibilização comunitária (reuniões dos detentores do PAP, caso os PAP sejam desenvolvidos em conjunto ou através da organização parceira local)

- Start Network (2023) *Pre-Alert Guidance Notes*. Fornece pormenores sobre fontes e tipos de informações de previsão que podem ser utilizadas para a análise de fenómenos perigosos previstos ou previsíveis, assim como pormenores sobre ações precoces consideradas eficazes.

Para o passo 1:

- Para informações sobre o estado de quadros de ação de antecipação em diferentes países, ver o *Mapa Global para a Ação de Antecipação do Anticipation Hub*
- Cruz Vermelha/Crescente Vermelho (2023) «1. Commit to FbF and assess feasibility», *FbF Practitioners Manual*. Tal é particularmente útil para a Fase 3c: PCPI

Para o passo 2:

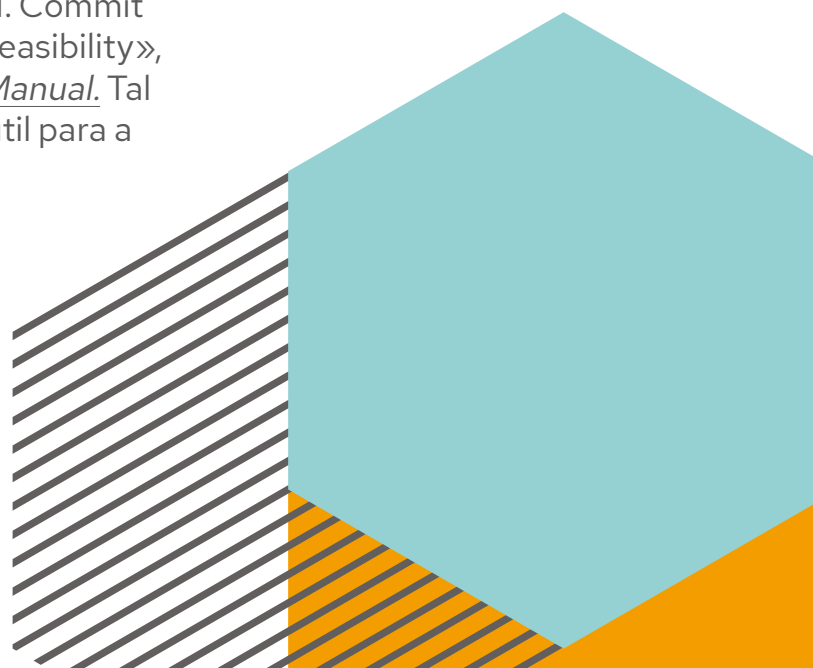
- Knowledge for Recovery Series: Info Kit #7 Disaster Risk Reduction: Gender Assessment
- Welthungerhilfe (2022) *FbA manual: Early action identification and EAP development – step-by-step guidance*. Ver: Planeamento do passo 1 – Atividades do plano de trabalho: Reunião inicial, oficinas das partes interessadas, reuniões de sensibilização comunitária (reuniões dos detentores do PAP, caso os PAP sejam desenvolvidos em conjunto ou através da organização parceira local)

Para o Passo 3:

- AO (2023) Guidance Note: Community engagement in Anticipatory Action.
- Recursos de aprendizagem do Anticipation Hub. Aqui encontra recursos de formação, incluindo kits de ferramentas de formação de formadores, materiais de ensino, apresentações, podcasts, webinars, etc. Estes recursos podem ser utilizados para ministrar sessões de sensibilização, formações, eventos, etc. sobre ação de antecipação.
- Welthungerhilfe (2022) A streamlined NGO approach to drought-induced food insecurity in Zimbabwe: voices from EAP custodians and stakeholders. A possibilidade de se verificar a fadiga comunitária e uma sensação de investigação em excesso levou a WHH a rever quais as etapas/atividades que podem ser combinadas, resultando numa fusão de reuniões de sensibilização da comunidade com algumas reuniões consultivas.

Dicas úteis

1. Embora as atividades tenham sido aqui apresentadas em três etapas, na prática algumas das etapas decorrem em paralelo.
2. Desde o início do processo, os intervenientes facilitadores devem trabalhar com todas as partes interessadas para estabelecer um entendimento comum sobre os novos termos, tal como descritos no glossário. Estes termos têm de ser traduzidos para a língua local utilizada pelas comunidades.
3. Uma análise de lacunas e políticas, apresentada na etapa 1, tem como objetivo identificar as lacunas, os pontos fracos e os fatores incapacitantes mais significativos nos principais sistemas (componentes) a nível local e nacional. A análise de políticas tem de considerar se as políticas (em matéria de inclusão de género, etc.) estão em vigor e se estão a ser postas em prática. A colaboração com as redes nacionais da sociedade civil pode ser uma forma eficaz de comunicar estas conclusões às agências nacionais pertinentes.



4. É importante envolver todas as partes interessadas desde o início do processo e garantir que as partes interessadas com responsabilidade por estes mecanismos são envolvidas na fase de cocriação. Estas partes interessadas precisam de receber orientações sobre os processos e ferramentas que serão aplicados.
5. As questões linguísticas e de literacia podem constituir um obstáculo à participação efetiva de toda a sociedade. Importa garantir que todos os recursos são traduzidos para a língua local no início do processo, utilizando, tanto quanto possível, termos simples e compreensíveis.

Particularmente para a abordagem 3a: Ação precoce liderada pela comunidade:

1. Pode ser potencialmente aplicada na maioria dos contextos por OSC ou outros intervenientes, centradas na capacitação das comunidades
2. Fornece uma abordagem prática para capacitar os representantes da comunidade (tendo em atenção o género, o sexo, a idade, o estatuto socioeconómico, a orientação sexual, a identidade de género e/ou a capacidade) para participarem de forma significativa na abordagem 3c: PCPI
3. Pode ser testada com poucos fundos, mas certifique-se de que existe financiamento suficiente para que os projetos-piloto produzam impacto, experiência e aprendizagem suficientes. Considere a possibilidade de delimitar bem a zona-alvo, de modo a não dispersar demasiado os fundos disponíveis.

Particularmente para a abordagem 3b: Ação precoce liderada pelos intervenientes locais:

1. Requer a disponibilidade de financiamento flexível (ou seja, através de um fundo de resposta a emergências adaptado ou utilizando financiamento flexível de projetos para um fenómeno perigoso previsto ou previsível)
2. É necessária uma coordenação estreita com todas as redes existentes, tais como as Start Network Hubs, as agências das Nações Unidas, as Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e as ONG internacionais que trabalham no domínio da ação de antecipação, a fim de partilhar experiências técnicas e assegurar a coerência dos mecanismos e dos planos que estão a ser desenvolvidos durante o processo.

Particularmente para a abordagem 3c: PCPI e desenvolvimento colaborativo de protocolos de ação precoce:

- Requer a disponibilidade de financiamento pré-acordado para o risco de catástrofes, que é disponibilizado a longo prazo (ou seja, vários anos)
- É necessária uma coordenação estreita com os intervenientes e as plataformas de coordenação que trabalham em quadros de ação de antecipação, incluindo os governos nacionais, a FICV e as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, as agências da ONU, a Start Network e as ONGI que trabalham no domínio da ação de antecipação, a fim de partilhar experiências técnicas e garantir a coerência dos mecanismos e planos que estão a ser desenvolvidos durante o processo.
- Os memorandos de entendimento (MdE) com as agências responsáveis são essenciais para reforçar a parceria e o compromisso necessários para o sucesso do processo e para garantir o acesso aos dados de previsão e de vulnerabilidade necessários.



- Aquando da conceção do processo, importa identificar e utilizar ou adaptar, conforme necessário, os instrumentos existentes e os processos já estabelecidos, tais como as orientações e os formatos de planeamento de contingência aprovados pelo governo, os processos de planeamento de cenários participativo, etc.
- Um grupo de trabalho técnico é muito benéfico para o processo e deve ser estabelecido com base num acordo de parceria formal ou num MdE. Tal é necessário para assegurar uma colaboração, coordenação e envolvimento eficazes ao longo do processo.

Passo 1: Avaliar a viabilidade, estabelecer parcerias e obter o compromisso para com o processo

Ações

- Analisar as partes interessadas: Identificar as partes interessadas nas ações de antecipação que prestam serviços de previsão e de informação sobre os riscos, incluindo previsões baseadas no impacto, indicadores de ativação e materiais informativos, e que implementam ou apoiam a implementação de ações precoces.
- Selecionar representantes de potenciais partes interessadas para participar nas entrevistas, reuniões ou oficinas.
- Conceber e efetuar a análise das lacunas e das políticas a nível nacional para recolher informações iniciais sobre as lacunas, os pontos fracos e as barreiras em termos de:
 - Sistemas de alerta precoce e previsões
 - Planeamento de contingência participativo

- Mecanismos de financiamento (incluindo micro-donativos) para a ação de antecipação
- Mecanismos de coordenação da ação de antecipação (plataformas)

- Avaliar os fenómenos perigosos para os quais é viável a aplicação de AA conduzida a nível local e aos quais é necessário dar prioridade, tendo especialmente em conta a disponibilidade de qualquer apoio necessário por parte de agências técnicas.
- Envolver os representantes dos organismos técnicos necessários para apoiar o processo.
- Se for caso disso, estabelecer memorandos de entendimento (MdE) com agências de gestão de catástrofes, serviços meteorológicos ou outras instituições de previsão de riscos.

Perguntas principais

Estas destinam-se a avaliar a viabilidade da aplicação de diferentes abordagens de AA conduzida a nível local, incluindo para quais fenómenos perigosos e onde.

- Qual é a situação dos quadros nacionais relativos à ação de antecipação?
- Quais os intervenientes que já estão a trabalhar na ação de antecipação, para quais fenómenos perigosos e onde?
- Há margem para colaborar com as agências nacionais de gestão de catástrofes?
- Há margem para colaborar com as agências técnicas, incluindo serviços hidro-meteorológicos nacionais, ou outras agências de previsão e análise de riscos?
- É possível aceder aos dados necessários sobre a vulnerabilidade da população em risco, aos dados sobre o impacto de fenómenos perigosos históricos e aos dados sobre riscos e previsões?
- Qual poderá ser o contributo das diferentes partes interessadas?

Ferramentas

- Glossário de termos
- Ferramenta 4: Análise de Lacunas e Políticas – nível nacional

Passo 2: Planear e iniciar um envolvimento inclusivo de «toda a sociedade»

Ações

- Criar um grupo de trabalho com várias partes interessadas ou um grupo de trabalho técnico – é necessário um grupo de trabalho técnico especificamente para a Fase 3c
- Rever as conclusões da análise das lacunas e das políticas a nível nacional realizada no passo 1 e planear ações baseadas nessas conclusões para eliminar os obstáculos a uma participação relevante das comunidades e das partes interessadas locais no processo de AA conduzida a nível local
- Identificar e planear a forma de responder às necessidades de reforço das capacidades das partes interessadas para participarem de modo relevante nos processos de AA conduzida a nível local

- Fornecer orientações aos participantes, incluindo a utilização de jogos, para garantir a inclusão de todos os grupos (tendo em conta o género, a idade e as pessoas com deficiência) e a apropriação do processo através do desenvolvimento de recursos de orientação

Perguntas principais

Para assegurar o envolvimento das principais partes interessadas no processo e para estabelecer mecanismos de coordenação com funções e responsabilidades claramente definidas.

- Quem participará no grupo de trabalho ou no grupo de trabalho técnico para conceber e supervisionar a implementação do processo?
- Quais os obstáculos que existem à participação de alguns grupos no processo, tendo em conta especificamente o género, a idade e as pessoas com deficiência? O que deverá ser feito para ultrapassar esses obstáculos?

- Há obstáculos que impedem as mulheres e outros grupos de assumirem funções de liderança e de tomada de decisões? Como é que se pode superar estes obstáculos?
- Quais os representantes do setor privado que devem ser envolvidos no processo?
- Qual poderá ser o contributo das diferentes partes interessadas?

Ferramentas

- Termos de referência (TdR) do grupo de trabalho
- Glossário de termos
- Inovação e ferramentas do Centro para o Clima

Termos de referência do grupo de trabalho

Tarefas:

- Criação colaborativa do processo, revisão das ferramentas e dos recursos
- Envolvimento de peritos que contribuam para o aumento dos conhecimentos e das competências

- Planeamento colaborativo e desenvolvimento de procedimentos, planos e ações de *advocacy*
- Acompanhamento para garantir o registo e o armazenamento dos dados relativos aos perigos, riscos e vulnerabilidades, bem como dos resultados do planeamento, de modo a que estejam acessíveis e sejam devidamente mantidos
- Captura e divulgação de aprendizagens
- Comunicação das aprendizagens através de redes e plataformas relevantes

Passo 3: Cocriar o processo

Ações

- Selecionar representantes de potenciais partes interessadas para participar nas entrevistas/reuniões/oficinas.
- Fornecer orientações aos participantes para que comuniquem e analisem os resultados da análise das lacunas e das políticas a nível nacional e assegurem a inclusão e a apropriação do processo através do desenvolvimento e da realização de orientações sobre a AA conduzida a nível local. Analisar o contexto local (perfil da zona-alvo): Fenómeno(s) perigoso(s) prioritário(s) identificado(s), bem como as principais vulnerabilidades das pessoas, dos meios de subsistência e das infra-estruturas
- Selecionar qual das abordagens AA conduzidas a nível local deve ser aplicada:
 - 3a: Ação precoce liderada pela comunidade
 - 3b: Ação precoce liderada pelos intervenientes locais
- 3c: PCPI e desenvolvimento colaborativo de protocolos de ação precoce
- Conceber as atividades de planeamento participativo da vulnerabilidade e da capacidade (APVC) e/ou de PAbP e de planeamento de contingência comunitário e adaptar, ou desenvolver, as ferramentas a aplicar
- Planear o calendário e a frequência das oficinas, bem como o local da sua realização, tendo em conta os processos locais de planeamento de contingência existentes
- Elaborar o orçamento para a realização das reuniões e oficinas, assim como para o desenvolvimento dos produtos.
- Elaborar uma agenda e chegar a acordo sobre a distribuição de tarefas para as oficinas com as partes interessadas: tratar da logística, conduzir a oficina, resumir os resultados e os produtos da oficina, comunicar os produtos da oficina, monitorizar e avaliar o processo.

- Preparar a logística: data, cartas de convite, local e materiais, entre outras coisas.

Perguntas principais

Para assegurar um envolvimento mais amplo das partes interessadas no processo e para definir claramente as funções e responsabilidades.

- Que grupos, comités e outras estruturas comunitárias existem na comunidade?
- Quem estará envolvido na oficina e de que forma (facilitador, grupo de trabalho técnico, líderes locais e representantes de grupos comunitários, que asseguram a representação de género e de grupos vulneráveis)? – Quem é responsável por registar informações no processo do PCP e criar os planos, indicadores de ativação e materiais informativos?
- Quem deve estar envolvido na monitorização e avaliação do processo?
- Que preparativos logísticos são necessários para as oficinas? Quem será responsável pelos preparativos?

- De que capacidade as partes interessadas precisam para cumprir as suas tarefas?
- Quando, com que frequência e onde é que as oficinas terão lugar?
- Quais são os custos de implementação do processo?

Ferramentas

- Planos APVC e PAbP – orientações e modelos de relatório. Apresentados como um exemplo que é adaptado ou reformulado neste passo de acordo com o(s) fenómeno(s) perigoso(s) selecionado(s).
- Consultar os outros instrumentos a aplicar no âmbito do processo, que também poderão ter de ser adaptados ou revistos, nomeadamente as ferramentas e a conceção do processo de planeamento de contingência participativo intensificado (PCPI, abordagem 3c.)

5 Fase 2: Avaliação participativa e planeamento de contingência comunitário intensificado



Finalidade

Facilitar um processo participativo de determinação e documentação de informações de planeamento APVC e PAbP a serem utilizadas pelas comunidades no sentido de criarem ou reforçarem os seus planos de contingência que integram a ação precoce. Se for relevante, também são recolhidas informações sobre as AbP, que devem ser comunicadas e analisadas no âmbito do planeamento de contingência participativo intensificado (PCPI) – Fase 3c.

Níveis de planeamento e coordenação, liderança e participantes envolvidos

O APVC e o planeamento de contingência comunitário incidem em atividades centradas na comunidade, através das quais os intervenientes locais analisam o contexto local. Isto inclui representantes da comunidade da zona visada (tendo em conta o género, sexo, idade, estatuto socioeconómico, orientação sexual, identidade de género e

capacidades físicas), incluindo comités/voluntários de gestão do risco de catástrofes, grupos de risco específicos, representantes de grupos de pessoas com deficiência, organizações de mulheres, grupos de jovens, grupos de meios de subsistência, pequenas empresas, etc.

A recolha de informações sobre AbP envolve as partes interessadas a nível da comunidade e também pode envolver as partes interessadas a nível local e nacional, tais como outros intervenientes da sociedade civil, representantes das autoridades de gestão de catástrofes a diferentes níveis, peritos em previsões e análises de riscos, agências das Nações Unidas (por exemplo, OCHA, FAO e PAM), a FICV e as sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, Centros da Start Network e ONGI.

Resultados principais

Relatórios APVC, relatórios de AbP, planos de contingência comunitários atualizados ou recentemente desenvolvidos que integrem ações precoces.

Métodos

Avaliação participativa, debates em grupos de discussão, entrevistas com informadores-chave, oficinas, reuniões de grupos de trabalho ou de grupos de trabalho técnicos.

Passos

1. Informações sobre o planeamento da Avaliação Participativa das Vulnerabilidades e das Capacidades (APVC) e Plano de Ação baseado em Previsões (PAbP)
2. Planeamento de contingência comunitário – integração de ações precoces alinhadas com um melhor alerta precoce

Recursos de referência

Para o passo 1

- Start Network (2023) *Pre-Alert Guidance Notes*. Fornece pormenores sobre fontes e tipos de informações de previsão que podem ser utilizadas para a análise de fenómenos perigosos previstos ou previsíveis, assim como pormenores sobre ações precoces consideradas eficazes.
- Start Network (2019) *Disaster risk and forecast-based financing – a guide to using household economy analysis*.
- GNDR (2022) *Guia e Kit de Ferramentas para a Localização das Projeções Climáticas*.

Dicas úteis

1. Utilizar os relatórios de avaliação e análise existentes e as informações já efetuadas por outras agências. Estes instrumentos e relatórios podem muitas vezes ser identificados em coordenação com grupos de trabalho sobre ações de antecipação a nível nacional
2. Desenvolver instrumentos simplificados de avaliação e inquérito para facilitar a recolha dos dados necessários em função do fenómeno perigoso para o qual está a ser planeada uma ação precoce
3. Os planos de contingência comunitários (desenvolvidos no passo 2) devem ser reforçados através do fornecimento de *feedback* às comunidades sobre os resultados desenvolvidos a partir do PCPI (Fase 3c, passo 1), se realizado o Passo 1: Informações sobre o planeamento da Avaliação Participativa das Vulnerabilidades e das Capacidades (APVC) e Plano de Ação baseado em Previsões (PAbP)

Passo 1: Informações sobre o planeamento da Avaliação Participativa das Vulnerabilidades e das Capacidades (APVC) e Plano de Ação baseado em Previsões (PAbP)

Ações

- Efetuar uma análise das lacunas e das políticas a nível local para recolher informações sobre as lacunas, os pontos fracos e os obstáculos existentes:
 1. Sistemas de alerta precoce e previsões
 2. Planeamento de contingência participativo
 3. Mecanismos de financiamento (incluindo micro-donativos) para a ação de antecipação
 4. Mecanismos de coordenação da ação de antecipação (plataformas)
- Fornecer apoio às comunidades que o requeiram para mobilizar/organizar e recolher informações sobre as APVC, incluindo o levantamento das zonas expostas ou das

vulnerabilidades (por exemplo, mapas de exposição aos riscos e mapas de vulnerabilidade)

- Recolher informações de planeamento de ações baseadas em previsões com as comunidades
- Se for relevante, recolher informações sobre a AbP junto das agências de gestão de catástrofes, agências de meteorologia ou outras sobre os sistemas de previsões e os indicadores de ativação

Caso em destaque

Tendo realizado uma análise das lacunas e das políticas a nível local, o CEDES em Moçambique identificou uma disparidade na representação de género, na medida em que não existia uma representação equitativa. Foi identificado que quase todos os CLGRD (Comités Locais de Gestão do Risco de Desastres) tinham menos de duas ou três mulheres representantes, resultando na sub-representação das mulheres na tomada de decisões, considerando as preocupações específicas de planeamento de emergência das mulheres e raparigas. Após esta

conclusão, o CEDES apresentou os resultados em reuniões de coordenação a nível distrital que contaram com a participação do INGD (Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres) a nível provincial. Estas reuniões serviram para se chegar a um acordo com vista a assegurar a participação equitativa das mulheres através da revitalização dos CLGRD. As mulheres assumiram diversas posições, incluindo como coordenadoras, vice-coordenadoras, monitoras de rádio, evacuação (uma posição anteriormente atribuída apenas a homens) e alerta precoce. Nas reuniões a nível distrital dos CLGRD, as mulheres ganharam voz. A participação das mulheres em todos os aspectos ajudou a reduzir o número de mulheres que desconhecem as informações sobre os alertas precoces. As mulheres passaram a fazer parte de todos os processos de tomada de decisão, incluindo no que toca a gestão dos micro-donativos comunitários. Num período de 5 meses, 5 dos 12 CLGRD atingiram uma representação de género de 50:50.

Perguntas principais

As perguntas que se seguem podem ajudar a determinar ou validar as comunidades-alvo, o perfil das comunidades e os fatores locais que podem capacitar ou incapacitar os processos de AA conduzida a nível local.

- Quais os locais e comunidades específicas que são mais frequentemente e mais gravemente afetados pelo(s) fenómeno(s) perigoso(s)?
- Que grupos, comités e outras estruturas comunitárias existem na comunidade?
- Que tipo de alerta precoce, informações sobre previsões e riscos estão disponíveis na zona-alvo?

- Qual é a situação do planeamento de contingência a nível local e comunitário e em que medida é que estes processos são inclusivos?
- Que fundos ou recursos locais são alocados ou estão acessíveis para permitir a preparação e resposta da comunidade?
- Quais os mecanismos de coordenação da resposta local existentes? São inclusivos?

Estas perguntas adicionais podem assegurar a recolha de informações fundamentais sobre a vulnerabilidade da comunidade e o impacto dos perigos:

- Quando e como é que o fenómeno perigoso afeta grupos vulneráveis, meios de subsistência e infraestruturas comunitárias?
- Quais são os principais indicadores/fatores de vulnerabilidade relacionados com o fenómeno perigoso objeto deste processo de AA conduzida a nível local?

- Existem fatores que estão a conduzir a um aumento da vulnerabilidade de grupos, meios de subsistência ou infra-estruturas específicas?

Por último, estas perguntas podem garantir a recolha de informações sobre previsões, alertas precoces ou análises de risco:

- Quais as informações sobre previsões que estão disponíveis a nível local, incluindo de agências nacionais e sistemas internacionais?
- Qual é a qualidade das previsões?
- Estão a uma escala geográfica suficiente para serem úteis para a tomada de decisões?
- Com que frequência são divulgadas e atualizadas as previsões ou os alertas?

Ferramentas

- Análise de Lacunas e Políticas – nível local
- Planos APVC e AbP – orientações e modelos de relatório.

Passo 2: Planeamento de contingência comunitário – integração de ações precoces alinhadas com um melhor alerta precoce

Ações

- Facilitar o reforço ou o estabelecimento das capacidades das comunidades para se mobilizarem/organizarem com vista ao desenvolvimento de planos de contingência comunitários
- Facilitar a reflexão sobre as principais conclusões da APVC
- Fornecer contributos a partir das informações do planeamento de ações baseadas em previsões recolhidas para servir de base ao desenvolvimento de planos comunitários e à utilização melhorada de serviços de previsão, sistemas de alerta precoce e indicadores de ativação

- Apoiar a elaboração de planos de contingência comunitários intensificados e, se for caso disso, a elaboração de planos de contingência consolidados abrangendo várias comunidades
- Garantir que os planos de contingência intensificados são disponibilizados à comunidade mais vasta e registados juntos das autoridades locais

Perguntas principais

Servem para avaliar a adequação dos formatos de planeamento de contingência local existentes:

- Os planos de contingência abrangem e desagregam as etapas das ações planeadas antes, durante e após a ocorrência de um fenómeno perigoso?
- As etapas das ações planeadas estão alinhadas com os serviços de informação de alerta precoce ou de previsão disponíveis, que podem e devem ser disponibilizados a nível local, especialmente no que se refere à «janela de antecipação» para uma ação precoce?

Ferramentas

À direita encontra-se um exemplo de diretrizes e formatos de planos de contingência governamentais adaptados.

Dica útil

Alguns fenómenos perigosos podem ocorrer de forma rápida ou lenta e muitas ações precoces podem aplicar-se a ambos. Neste caso, a expressão «de início lento» não inclui fenómenos que evoluem gradualmente a partir de alterações incrementais (por exemplo, desertificação ou subida do nível do mar). A *base de dados de ação precoce* do Anticipation Hub inclui outros exemplos.

Quadro 1: Quadro simplificado de fenómenos perigosos de início rápido e lento

Início rápido	Início lento	
Ciclones tropicais Chuvas intensas Cheias repentinas Ondas de frio ou de calor	Secas Pragas	Doenças Conflitos Cheias
Exemplos de ações precoces para fenómenos perigosos de início rápido	Exemplos de ações precoces para fenómenos perigosos de início lento	
Mensagens de alerta precoce Proteção de bens Limpeza de sistemas de drenagem Colheita antecipada das culturas Evacuação e serviços nos abrigos Produtos alimentares e não alimentares Equipamento para socorristas Apoio psicossocial Kits de higiene Reforço de kits de habitação ou abrigo Equipamento de purificação de água	Venda/redução do stock de animais Conservação da água Plantação de culturas de semente de ciclo curto Reabilitação de furos Instalações de arrefecimento ou aquecimento Equipamento de proteção sanitária Opções de realocização proativa	

Quadro 2: Exemplo de diretrizes e formatos de planos de contingência governamentais adaptados.

Matriz de reação rápida		Ciclone Cheia		Zona/local abrangendo (ano)	
N.º	Objetivos	Atividades	Métodos/ferramentas/materiais	Coordenação	Responsável
O mais tardar, a partir do início da época de risco elevado para ... (Data)					
1					
2					
Logo que seja anunciado um ciclone ou uma depressão, de acordo com a vigilância meteorológica					
1					
2					

Preparação para a ação de antecipação

Matriz de reação rápida		Ciclone Cheia		Zona/local abrangendo (ano)	
N.º	Objetivos	Atividades	Métodos/ferramentas/materiais	Coordenação	Responsável
Aviso de alerta verde: Aviso 5 a 2 dias antes					
1					
2					
Aviso de alerta amarelo: Aviso de ameaça 48 a 24 horas antes					
1					
2					
Aviso de alerta vermelho: Aviso de perigo 12 horas antes do impacto					
1					
2					
Aviso de alerta azul: aviso de vigilância					
Primeiras 24 a 48 horas					
1					
2					
Semanas					
1					
2					
Semanas e meses durante a implementação das respostas – com vista ao reforço da resiliência e à redução do risco de catástrofes (RRC)					
1					
2					

Janela de antecipação para a ação precoce

Exemplo de modelo: (SAF/FJKM) Plano de contingência intensificado – modelo de matriz de reação rápida
É utilizada uma matriz de reação rápida para definir um plano de contingência para todos os períodos do ciclo da gestão do risco de catástrofes. É indicado o período de preparação para a ação de antecipação e a janela de antecipação para a ação precoce.

6 Fase 3a: Ação precoce liderada pela comunidade



Finalidade

A ação precoce liderada pela comunidade capacita as estruturas locais e grupos comunitários para planearem e implementarem as suas próprias ações precoces, através da utilização de mecanismos de gestão de micro-donativos, do fornecimento de recursos e da melhoria rápida das competências. Esta abordagem da AA conduzida a nível local inspira-se na abordagem da *resposta a crises liderada pelos sobreviventes e pela comunidade (SCLR)* da Local to Global Protection.

Dicas úteis

A ação precoce liderada pela comunidade pode ser aplicada por si só para ajudar grupos comunitários e estruturas locais (por exemplo, comités comunitários) a tomarem medidas autónomas antes da ocorrência de um fenómeno perigoso previsível ou de um novo pico numa crise. O planeamento de contingência comunitário intensificado – tal

como descrito na Fase 2 – pode reforçar o planeamento das ações precoces por parte das comunidades, em especial no caso de fenómenos de início rápido, mas não é um pré-requisito obrigatório.

A concessão de micro-donativos para a ação precoce liderada pela comunidade pode ser integrada no desenvolvimento de propostas para a ação precoce liderada pelos intervenientes locais (abordagem 3b), a fim de utilizar esse mecanismo para disponibilizar também financiamento para grupos comunitários. A participação de grupos comunitários e estruturas locais no PCPI (Fase 3b) reforça o planeamento coordenado da ação de antecipação e preparação através da partilha de conhecimentos e do reforço dos mecanismos locais.

Níveis de planeamento e coordenação, liderança e participantes envolvidos

Esta fase liga a ação liderada pela comunidade ao planeamento conduzido a nível local:

- Comitês e grupos comunitários identificados na Fase 2 diretamente envolvidos no planeamento e na implementação das ações precoces
- Os voluntários locais facilitam o processo e estão envolvidos em mecanismos de responsabilização e de *feedback* relevantes a nível local para os micro-donativos
- As partes interessadas locais contribuem com recursos, incluindo em matéria de desenvolvimento de competências e apoio técnico
- Liderança local envolvida em painéis de avaliação de propostas para micro-donativos

Resultados principais

Mecanismo de financiamento local: reforço da capacidade, da transparência e da responsabilização na gestão dos fundos com vista à implementação de ações precoces conduzidas a nível local.



Métodos

Podem ser usados diferentes canais de coordenação, dependendo do contexto da zona específica: reuniões do governo local (por exemplo, plataformas locais de planeamento de contingência), grupos ou comités comunitários de voluntários, reuniões de grupos comunitários de subsistência, reuniões de associações, reuniões comunitárias.

Abordagem	Tipos de fenómenos perigosos para os quais a abordagem é mais indicada	Grau de investimento no planeamento e na preparação prévias	Mecanismos que devem ser pré-estabelecidos	Mecanismos de financiamento
Ação precoce liderada pela comunidade	Todos os tipos, embora o desembolso rápido de micro-donativos para fenómenos de início rápido possa ser mais difícil e deva ser prestada atenção à sensibilidade aos conflitos (princípio de «não prejudicar»)	Baixo ou nenhum: Processo de planeamento rápido e autónomo liderado pela comunidade	Mecanismo de gestão de micro-donativos ou transferências monetárias para grupos a nível local	Até cerca de 5000 euros por micro-donativo (ou transferência monetária para grupos), rapidamente aprovado por um painel de intervenientes locais

Passos

1. Estabelecimento de mecanismos de gestão de micro-donativos
2. Planeamento, mobilização de recursos e financiamento de ações conduzidas a nível local
3. Projetos financiados por micro-donativos para ações de preparação e ações precoces – quando ativadas

Recursos de referência

- *Recursos introdutórios* da Local to Global Protection para a abordagem de resposta a crises liderada pelos sobreviventes e pela comunidade (SCLR)
- CALP Network (2021) *Orientações e ferramentas sobre transferências monetárias para grupos*
- Practical Action (2010) *Practitioners handbook for establishing community based early warning systems.*

Outros recursos

- Anticipation Hub (2021) *Accountability to at-risk communities in Disaster Risk Financing (DRF) systems.*
- Start Network (2021) *Gender Inclusive Disaster Risk Financing.*

Dicas úteis

As comunidades que não estão familiarizadas com a utilização de micro-donativos (ou transferências monetárias para grupos) podem ter dificuldade em aplicá-los para uma ação precoce no caso de perigos de início rápido, com apenas alguns dias de antecedência. Por conseguinte, é necessário estabelecer primeiro o mecanismo de micro-donativos e testar o mecanismo através da concessão de micro-donativos para ações de preparação.

É fornecido um conjunto simplificado de ferramentas para a gestão de micro-donativos (tal como aplicado na SCLR), bem como outras ferramentas que os intervenientes podem considerar úteis (tal como descrito nas orientações das transferências monetárias para grupos). Recomenda-se a aplicação inicial do conjunto simplificado de ferramentas, sobretudo para donativos mais pequenos e com grupos comunitários menos estabelecidos. As ferramentas adicionais das transferências monetárias para grupos podem ser aplicadas se forem consideradas necessárias.

As comunidades locais e as OSC devem ser capacitadas para definir os contornos do financiamento da ação precoce, por via de um processo conduzido a nível local. Logo, os orçamentos necessários para intervenções eficazes de AA e de ação precoce conduzidas a nível local têm de ser, em primeiro lugar, determinados pelas comunidades e, em seguida, tem de ser assegurado o financiamento adequado. Para tal, será necessário envidar esforços de *advocacy* para a obtenção de financiamento adequado, flexível, pré-acordado ou pré-posicionado.

Passo 1: Estabelecer mecanismos de gestão de micro-donativos

Ações

Estabelecer mecanismos de coordenação, transparência, responsabilização e *feedback* sobre micro-donativos em coordenação com as partes interessadas responsáveis (painel de avaliação de propostas e comité de supervisão e *feedback*). As ações empreendidas para a gestão dos micro-donativos (transferências monetárias para grupos) incluem:

- Divulgação de informações sobre o apoio sob a forma de micro-donativos (MG#1) e critérios para grupos candidatos (MG#2). Identificação dos melhores sistemas em termos de transparência e responsabilização relativas a micro-donativos.
- Recolha de dados sobre os grupos que se candidatam a micro-donativos (MG#3).
- Avaliação (MG#5 e #6) das propostas de projetos de micro-donativos (MG#4).

- Emissão de contratos de projetos (MG#7); formação de grupos sobre compras e contabilidade (MG#8).
- Atribuição de micro-donativos e assegurar que os pormenores do projeto são comunicados publicamente (MG#9).
- Transferência de micro-donativos para os grupos (MG#10). Fornecimento de atividades de desenvolvimento de capacidades (formação) a pedido, coordenação com as partes interessadas e monitorização (MG#11) dos projetos financiados com micro-donativos (transparência, responsabilização, inclusão, conflitos, etc.).
- Recolha de relatórios e recibos de projetos e despesas (MG#12).
- Participação na avaliação de projetos concluídos financiados por micro-donativos (MG#13).
- Exploração de opções para uma maior coordenação e mobilização de recursos locais, com vista à preparação e a ações precoces lideradas pela comunidade.

Perguntas principais

Para determinar que capacidades e mecanismos devem ser instituídos a fim de garantir a implementação atempada e relevante de ações de micro-donativos:

- Qual é o nível de capacidade das estruturas, grupos ou comités comunitários? Estes serão os destinatários do apoio sob a forma de micro-donativos? Isto será sob a forma de um donativo em dinheiro (transferência monetária para grupos) ou sob a forma de melhoria de competências ou de fornecimento de equipamento ou materiais para a realização das suas atividades? (Esta pergunta destina-se a determinar os tipos de apoio ao reforço das capacidades de que estas estruturas necessitam)
- Estão previstos fundos de micro-donativos para a implementação de ações atempadas tendo em conta os períodos de alto risco?
- Existem acordos de financiamento plurianuais flexíveis com o doador para permitir flexibilidade na calendarização do fornecimento de micro-donativos com base em previsões de vários perigos e sistemas de alerta precoce?

Ferramentas

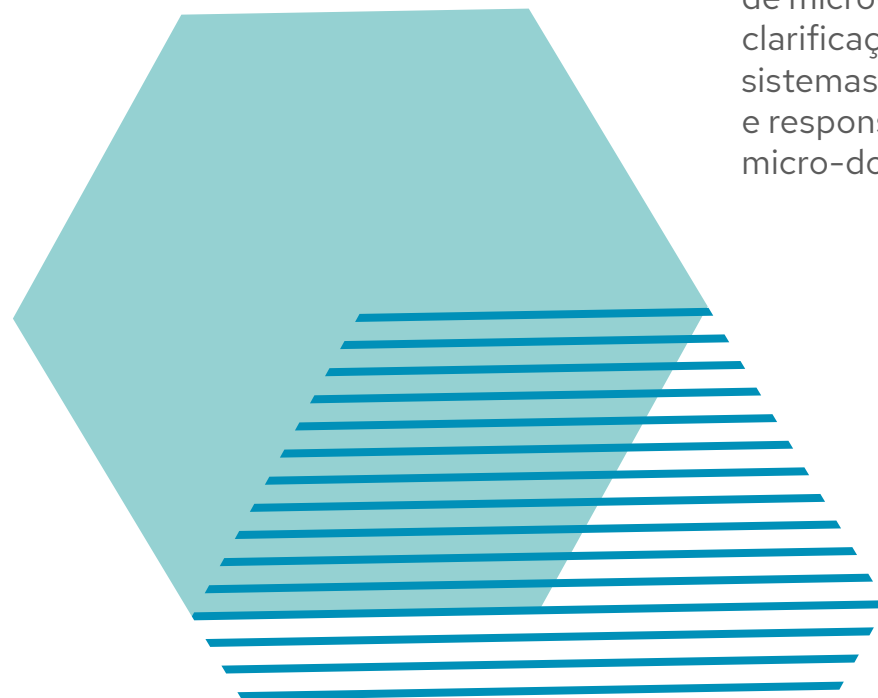
Ferramentas de gestão de micro-donativos para estabelecer o mecanismo

Versão simplificada (aplicada na SCLR):

- MG#1: Folheto para Anunciar os Micro-Donativos – exemplos
- MG#2: Critérios Detalhados para os Grupos Candidatos a Micro-Donativos
- MG#3: Formulário de Detalhes do Requerente
- MG#4: Formulário de Proposta de Projeto de Micro-donativos
- MG#5: Lista de Controlo para Avaliação das Candidaturas a Micro-Donativos
- MG#6: Formulário de Registo das Decisões do Painel de Avaliação
- MG#7: Modelo de contrato
- MG#8: Orientações sobre Compras e Registos Contabilísticos
- MG#12: Formulários do Relatório de Projeto e Relatório de Despesas

Outras ferramentas que os intervenientes poderão considerar úteis (conforme descrito nas Orientações de Transferências Monetárias para Grupos):

- MG#9: Lista de Controlo relativa à Transparência e Prestação de Contas dos Micro-Donativos
- MG#10: Formulário de Avaliação das Opções de Transferência do Micro-Donativo
- MG#11: Formulário de Monitorização entre Pares
- MG#13: Formulário de Monitorização Pós-Distribuição

**Passo 2: Planeamento da ação conduzida a nível local****Ações**

- Sessão de orientação (e formação) para mobilizar os voluntários para: apoiar a utilização de informações e planos da Fase 2 para o processo de planeamento da ação comunitária e micro-donativos; e para definir o modo de comunicação, recolha e partilha de informações.
- Divulgação de informações sobre o apoio sob a forma de micro-donativos; clarificação dos melhores sistemas de transparência e responsabilização para micro-donativos

- Reuniões comunitárias para partilha de informações sobre micro-donativos, planos de contingência intensificados (ações precoces planeadas) e informações sobre o planeamento de ações baseadas em previsões (PAbP) (informações sobre o planeamento de cenários, informações sobre impactos, previsões e indicadores de ativação, conforme relevante); as comunidades discutem as opções propostas para projetos de micro-donativos (ver ponto 6 abaixo). São recolhidos pormenores sobre os grupos ou comités que se candidatariam a micro-donativos (MG#3)
- Os grupos desenvolvem e apresentam propostas de projetos de micro-donativos (MG#4) para avaliação; com base no *feedback* dos painéis de avaliação, os grupos reveem as suas propostas e orçamentos
- Os micro-donativos são concedidos, os contratos são assinados (MG#7), os grupos recebem formação sobre compras e registos contabilísticos (MG#8) e os detalhes do projeto são comunicados publicamente.

Caso em destaque

«Através do meu envolvimento como representante de uma aldeia em ações de antecipação conduzidas a nível local, vi o nosso comité de proteção civil da aldeia (VCPC) melhorar as capacidades de planeamento o que nos permitiu atualizar os nossos planos de ação da aldeia. Além disso, devido ao desenvolvimento de capacidades sobre a utilização de micro-donativos, podemos gerar as nossas próprias ideias para chegar às pessoas mais vulneráveis da nossa sociedade antes da ocorrência de uma catástrofe. A principal lição que aprendemos enquanto comité que trabalha em conjunto com o CARD, uma OSC local, é que temos de estar preparados para implementar ações precoces nos três a quatro dias que antecedem o impacto dos ciclones. O nosso comité gosta da abordagem de micro-donativos porque nós, enquanto membros da comunidade, estamos conscientes dos potenciais impactos das várias catástrofes que enfrentamos e, com estes fundos, sabemos como adotar uma atividade proativa e não apenas reativa às catástrofes».

Pastor Anderson Bizek, membro do VCPC em Mbeta no distrito de Nsanje, Malawi

Perguntas principais

Para avaliar o carácter inclusivo; analisadas com e por voluntários da comunidade (conforme descrito na Ferramenta 7: Guia de Planeamento de Ações e Aprendizagem):

- Há alguma parte específica da comunidade que tenha um risco elevado de ser deixada de fora? Por exemplo, zonas mais expostas e vulneráveis, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, grupos étnicos, pessoas com diferentes orientações sexuais. Em caso afirmativo, que mais deve ser feito para incluir as mesmas?
- Quais são as potenciais atitudes, estigmas sociais ou tensões que impedem a participação de algumas pessoas em atividades aos níveis local ou comunitário?
- Como é que as questões psicossociais devem ser tidas em conta aquando do planeamento das ações lideradas pela comunidade?

Perguntas principais

Para avaliar se os mecanismos de comunicação do planeamento de cenários e previsões/materiais informativos estão a funcionar e se a informação está a ser utilizada.

- Que canais de comunicação de risco e de alerta precoce estão a ser utilizados conforme previsto? Quais é que não têm sido utilizados? Porquê?
- Quem já comunicou anteriormente informações sobre previsões, comunicação de riscos e materiais informativos? Quem não o fez? Porquê?
- Que outros grupos-alvo foram alcançados e que canais de comunicação foram utilizados?



- Os comunicadores repararam em algum *feedback* dos utilizadores finais (comunidades/ indivíduos e intervenientes do sector) quando recebem e utilizam as previsões, os alertas precoces e os materiais informativos?

Para avaliar o mecanismo de transparência, responsabilização e prevenção de danos; analisadas com e por voluntários comunitários (conforme descrito na Ferramenta 7: Guia de Planeamento de Ações e Aprendizagem):

- Quais são as melhores formas de garantir que a concessão de micro-donativos não causa problemas gerando confusão, desinformação, ciúmes, boatos, tensões ou até mesmo conflitos a nível local?
- Quais são as melhores formas de assegurar a responsabilização a nível local e garantir que todos os donativos são usados corretamente e de acordo com as propostas aprovadas?

- Há tensões, conflitos ou casos de maior insegurança que estão a ser inadvertidamente provocados por alguma intervenção? Em caso afirmativo, o que se pode fazer para resolvê-los e evitar que se repitam no futuro?

Ferramentas

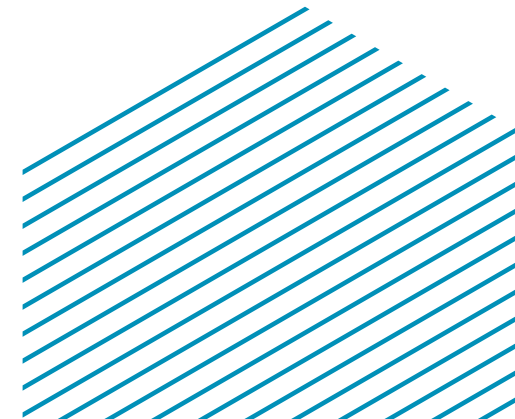
- Ferramenta 7: Guia de Planeamento de Ações e Aprendizagem – para facilitar o processo de planeamento com grupos comunitários, incluindo a avaliação da sensibilização a conflitos (princípio de «não prejudicar»), a inclusão e mecanismos relevantes a nível local para fins de transparência e responsabilização
- Ferramenta 8: Ferramentas de gestão de micro-donativos – ferramentas aplicadas neste passo:
 - MG#4 Formulário de Proposta de Projeto de Micro-donativos
 - MG#7 Modelo de Contrato
 - MG#8 Orientações sobre Compras e Registos Contabilísticos

Passo 3: Projetos financiados por micro-donativos para preparação e ação precoce, quando ativados

Ações

- Recebimento de micro-donativos pelos grupos e mobilização da comunidade e de recursos (fundos) fornecidos por outros intervenientes. Implementação de ações relevantes para a situação (ações de preparação ou, quando o mecanismo de ação de antecipação é ativado, a ação precoce), melhoria das competências (formação), coordenação com as partes interessadas e monitorização dos projetos financiados por micro-donativos (transparência, responsabilização, inclusão, conflitos, etc.)

- Os grupos/comités participam em mecanismos de coordenação relevantes para explorar opções para uma melhor coordenação e mobilização de recursos locais para a preparação, ação precoce ou resposta lideradas pela comunidade
- Envio dos relatórios e recibos de projetos e despesas (MG#12)
- Avaliação dos projetos financiados com micro-donativos concluídos e partilha de lições (na comunidade, entre comunidades e com outras partes interessadas)
- Exploração de opções para uma melhor coordenação e mobilização de recursos locais para a preparação, ação precoce ou resposta lideradas pela comunidade



Caso em destaque

O projeto *Liderança Local para um Impacto Global* (LLIG) ativou o mecanismo de alerta precoce para ciclones e cheias seis vezes durante 2022 e 2023, desembolsando 5000 a 10.000 euros até cinco dias antes do impacto. As ações precoces financiadas por micro-donativos comunitários incluíram o fornecimento de equipamento de socorro e formação de atualização dois dias antes do impacto (SAF/FJKM), assim como a proteção de 75 casas vulneráveis utilizando folhas de plástico compradas um dia antes do impacto (CARD). Os comités locais de proteção civil também forneceram alimentos e utensílios pré-posicionados através de micro-donativos comunitários para a preparação de ações de antecipação imediatamente após o impacto, em vez de serem fornecidos semanas depois, como tinha sido o caso em fenómenos semelhantes anteriores. Uma ação precoce que foi identificada aplicou uma análise preditiva de novos riscos antes da época alta de ciclones: um micro-donativo comunitário foi utilizado para redirecionar um canal de drenagem que tinha sido criado durante os trabalhos de manutenção de uma estrada e que tinha causado um risco acrescido de cheias na comunidade.

Perguntas principais

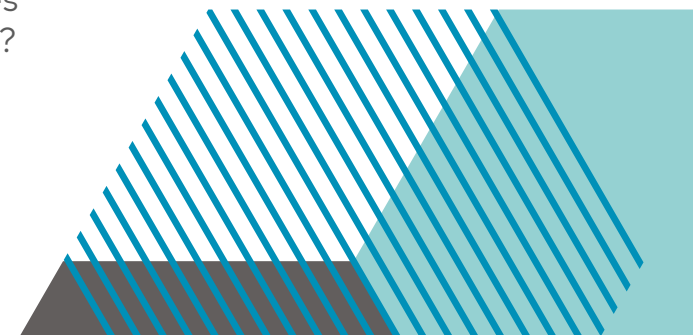
Para prevenir danos e garantir uma abordagem inclusiva na utilização de micro-donativos:

- Há tensões, conflitos ou casos de maior insegurança que estão a ser inadvertidamente provocados por alguma intervenção? Em caso afirmativo, o que se pode fazer para resolvê-los e evitar que se repitam no futuro?
- Há alguma parte específica da comunidade que tenha um risco elevado de ser deixada de fora? Por exemplo, zonas mais expostas e vulneráveis, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, grupos étnicos, pessoas com diferentes orientações sexuais. Em caso afirmativo, o que se pode fazer mais para incluir estes grupos?
- Quais são as potenciais atitudes, estigmas sociais ou tensões que impedem a participação de algumas pessoas em atividades aos níveis local ou comunitário?

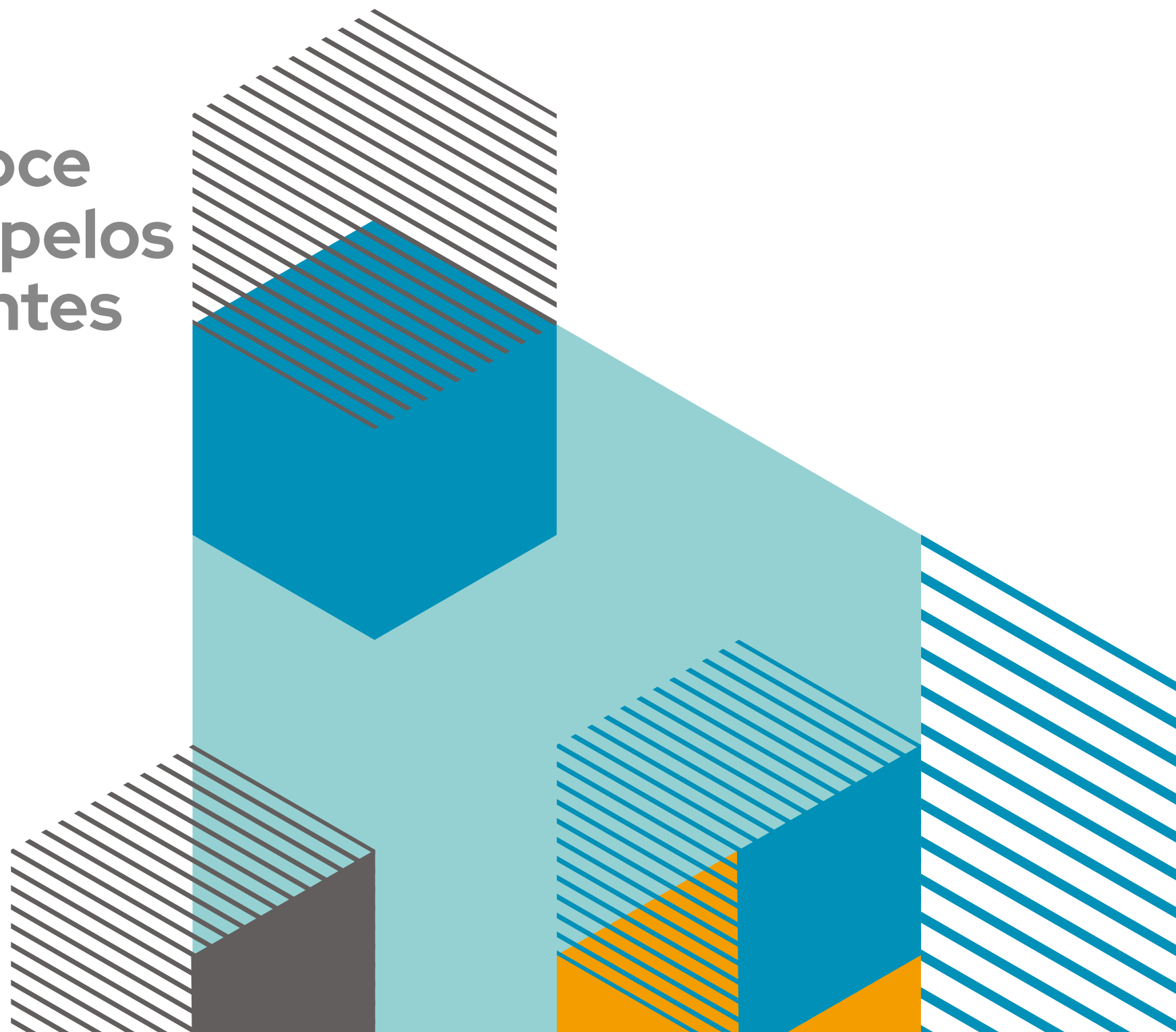
- Há alguns artigos que não seja possível obter nos mercados a preços razoáveis e nas quantidades necessárias?

Ferramentas

- Ferramenta 7: Guia de Planeamento de Ações e Aprendizagem – para facilitar o processo de aprendizagem com grupos comunitários
- Ferramenta 8: Ferramentas de gestão de micro-donativos – ferramentas aplicadas neste passo:
 - MG#9: Lista de Controlo relativa à Transparência e Prestação de Contas dos Micro-Donativos
 - MG#11: Formulário de Monitorização entre Pares
 - MG#12: Formulários do Relatório de Projeto e Relatório de Despesas



7 Fase 3b: Ação precoce conduzida pelos intervenientes locais



Finalidade

A abordagem de ação precoce liderada pelos intervenientes locais permite que estes desenvolvam as suas próprias propostas de ação precoce utilizando as previsões disponíveis ou uma análise rápida dos riscos. Esta abordagem da AA conduzida a nível local baseia-se na iniciativa FOREWARN da Start Network.

Dicas úteis

A ação precoce liderada pelos intervenientes locais pode ser aplicada por si só para que as OSC planeiem e atuem antes de um fenómeno perigoso previsto ou previsível ou de um novo pico de crise. O planeamento de contingência comunitário intensificado, tal como descrito na Fase 2, pode fornecer informações valiosas para reforçar o planeamento das ações precoces por parte dos intervenientes locais, em especial no caso de fenómenos de início rápido, mas não é um pré-requisito obrigatório.

A concessão de micro-donativos para a ação precoce liderada pela

comunidade (Fase 3a) pode ser integrada no desenvolvimento de propostas para a ação precoce liderada pelos intervenientes locais, para utilizar esse mecanismo para disponibilizar também financiamento para grupos comunitários. A realização de PCPI (Fase 3c) em combinação com a abordagem de ação precoce liderada pelos intervenientes locais reforça o planeamento coordenado da ação de antecipação e preparação através da partilha de conhecimentos e do reforço dos mecanismos locais.

Níveis de planeamento e coordenação, liderança e participantes envolvidos

Esta fase liga o planeamento das ações a nível local com o planeamento à escala nacional.

- Organizações da sociedade civil e organizações não governamentais
- Peritos em sistemas de alerta precoce e de previsão (agências de meteorologia, peritos em análise de riscos) para fundamentar a tomada de decisão com vista à ativação

- Agências doadoras/titulares de fundos necessários para a ativação dos mecanismos de financiamento (se necessário em função do tipo de financiamento em vigor)

Resultados principais

Mecanismo de ação precoce, incluindo os procedimentos e as ferramentas utilizadas para decidir quando ativar o mecanismo e as modalidades de financiamento que devem vigorar.

Abordagem	Tipos de fenómenos perigosos para os quais a abordagem é mais indicada	Grau de investimento no planeamento e na preparação prévias	Mecanismos que devem ser pré-estabelecidos	Mecanismos de financiamento
Ação precoce liderada pelos intervenientes locais	Fenómenos previsíveis com um grau de incerteza mais elevado, nomeadamente no que se refere ao início de crises complexas, fenómenos causados por riscos complementares e <i>crises de pequena a média dimensão que passam despercebidas</i>	Baixo ou médio: análises ou previsões locais ou risco acrescido – efetuadas antecipadamente ou à medida que decorre o fenómeno perigoso	Fonte de financiamento única ou Mecanismo de financiamento do risco de catástrofes ou fundo detido a nível local, regional ou internacional	Tomada de decisão consensual entre o interveniente local e os peritos/decisores de financiamento, com referência a eventuais indicadores de ativação ou fatores de risco locais previamente acordados

Passos

1. Estabelecimento do mecanismo de ação precoce
2. Elaboração e aprovação de notas de alerta e propostas de ação precoce, quando ativadas

Recursos de referência

Para todos os passos:

- *Notas de orientação antes do alerta* da Start Network – fornecem pormenores sobre fontes e tipos de informações de previsão que podem ser utilizadas para a análise de fenómenos perigosos previstos ou previsíveis, assim como pormenores sobre ações precoces consideradas eficazes
- *Recursos sobre aprendizagem e mudança* da Start Network – fornecem um leque de recursos úteis ao desenvolvimento de mecanismos de ação precoce

- *Building Blocks* mento apenas estão disponíveis para os membros da Start Network, mas poderão ser disponibilizados a outros no futuro; os membros que pretendam aceder, podem enviar um email para startready@startnetwork.org solicitando a palavra-passe

Dicas úteis

- No caso de fenómenos perigosos de início rápido, é necessário redigir antecipadamente notas de alerta, incluindo os pormenores sobre a previsão, os sistemas de alerta precoce e os indicadores de ativação e limiares que serão utilizados
- Para fenómenos perigosos de início rápido, é necessário elaborar previamente propostas de ação precoce
- Foi incluída a concessão de micro-donativos para ações precoces lideradas pela comunidade (Fase 3a), utilizando assim este mecanismo de ação precoce para fornecer financiamento diretamente às comunidades

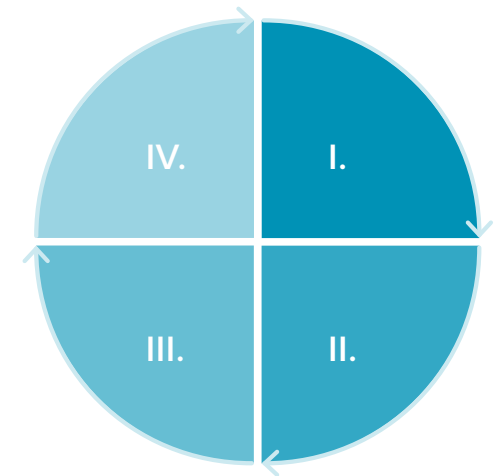
Passo 1: Estabelecer o mecanismo de ação precoce

Ações

- Desenvolver, em colaboração, o processo global e os procedimentos operacionais normalizados para o mecanismo de ação precoce
- Adaptar ou desenvolver as ferramentas: Proposta de Ação Precoce, Ferramenta EA 2: Nota de Alerta de Ação Precoce, Ferramenta EA 3: Perguntas de Aprovação para Alertas de Ação Precoce, Ferramenta EA 4, Modelo de proposta para ação precoce
- Definir as modalidades de financiamento e, se necessário, pré-posicionar o financiamento
- Orientar todo o pessoal e as partes interessadas relevantes sobre os procedimentos e mecanismos criados

Passos do mecanismo de ação precoce

O mecanismo completo para ativar PAP ou emitir Notas de Alerta para Propostas de Ações Precoces é descrito no *Procedimento Operacional Normalizado (SOP)* da Diakonie Katastrophenhilfe: Pequeno Fundo de Emergência para a Ação Precoce.



- I. Protocolo de Ação Precoce (opcional)
- II. Nota de Alerta de Ação Precoce
- III. Proposta para Ação Precoce e Processo de Aprovação/Financiamento
- IV. Avaliação da Ação Precoce

Caso em destaque

A Diakonie Katastrophenhilfe dispõe de um pequeno fundo de resposta a emergências que disponibiliza até 10.000 euros para os intervenientes locais realizarem, de forma rápida, avaliações das necessidades e intervenções de resposta a emergências em pequena escala. No âmbito do projeto *Liderança Local para um Impacto Global*, a Diakonie Katastrophenhilfe consultou os intervenientes locais para definir um mecanismo de financiamento pré-acordado e pré-posicionado para uma ação precoce em caso de ciclones e cheias. Este mecanismo de financiamento de ação precoce foi ativado seis vezes em 2022 e 2023, com uma dotação total de 40.000 euros.

38 Modelo adaptado da FICV (2020) *Moçambique: Cheias – Resumo do Protocolo de Ação Precoce*

39 Start Network (2020) *Start Fund Anticipatory Alert Note*

40 Com base nas perguntas de aprovação da Start Network

41 Com base nas perguntas de aprovação da Start Network

Perguntas principais

Para garantir a eficácia da coordenação e a execução atempada das ações precoces:

- Foi designado um ponto focal para monitorizar os sistemas de previsões para os indicadores de ativação a fim de garantir que são emitidas previsões e materiais informativos em tempo oportuno para permitir a implementação de ações precoces antes da materialização do impacto do perigo?
- Existe financiamento pré-acordado que possa ser desbloqueado para aproveitar ao máximo o tempo disponível (dentro de horas ou um dia para fenómenos de início rápido, ou semana(s) para fenómenos de início lento), de modo a que as ações precoces possam ser implementadas atempadamente?



Ferramentas

- Procedimento Operacional Normalizado da Diakonie Katastrophenhilfe: Pequeno Fundo de Emergência para a Ação Precoce
- Ferramenta EA 1: Protocolo de Ação Precoce³⁸
- Ferramenta EA 2: Nota de Alerta de Ação Precoce³⁹
- Ferramenta EA 3: Perguntas de Aprovação para Alertas de Ação Precoce⁴⁰
- Ferramenta EA 4: Modelo de Proposta de Ação Precoce

Passo 2: Elaboração e aprovação de notas de alerta e propostas de ação precoce, quando ativadas

Ações

- Elaborar e apresentar notas de alerta
- Elaborar propostas de ação precoce

- Participar na monitorização coordenada das previsões, alertas precoces ou fatores de risco com os prestadores de serviços relevantes, comunidades em risco e outros intervenientes
- Coordenar com os decisores, utilizando notas de alerta, para chegar a um consenso quando os limiares de ativação, os indicadores ou as análises de risco mostram que o mecanismo deve ser ativado
- Proposta rapidamente ajustada para ação precoce, se necessário, e submetida à aprovação da agência de financiamento/titular do fundo, tendo em conta o tempo disponível.

Perguntas principais

Para avaliação e aprovação de notas de alerta e propostas de ação precoce (as perguntas são da ferramenta EA 3: Perguntas de Aprovação para Alertas de Ação Precoce: ⁴¹.

- O alerta corresponde a um ou mais perfis de crise para os quais o fundo de ação precoce foi concebido?

- Previsões de crises iminentes
- Picos em crises humanitárias crónicas
- Um perigo cíclico que apresenta um risco anormalmente elevado para as comunidades devido a fatores contextuais (por exemplo, previsão de um nível anormal ou extremo do perigo, maior vulnerabilidade devido ao impacto de crises anteriores, uma mudança na natureza do risco, etc.).
- Tempo de alerta (a duração desde o início da crise até à emissão do alerta): Que impacto tem o momento do alerta na capacidade de agir antes do impacto de um perigo ou do pico de impacto de uma crise? Há tempo suficiente até ao pico previsto de um perigo para implementar atividades de antecipação de crises?
- Fiabilidade da previsão ou da análise de risco: Qual é a fonte da informação (por exemplo, recolha de dados primários por agências de alerta)? Estamos suficientemente perto do pico do perigo para termos uma previsão robusta? Existe alguma classificação da capacidade de previsão que deva ser considerada?
- Qual é a taxa de cobertura que pode ser alcançada com a alocação do fundo? (Uma injeção relativamente pequena de fundos pode ter um impacto na crise prevista a nível comunitário?)
- Qual é o grau de preparação da comunidade para este perigo? Quais as estruturas comunitárias que provavelmente participarão (ou têm potencial para participar) nas atividades de antecipação de crises?

Ferramentas

- Diakonie Katastrophenhilfe, *Procedimento Operacional Normalizado (POP): Pequeno Fundo de Emergência para a Ação Precoce*
- Ferramenta EA 2: Nota de Alerta de Ação Precoce
- Ferramenta EA 3: Perguntas de Aprovação para Alertas de Ação Precoce
- Ferramenta EA 4: Modelo de Proposta de Ação Precoce
- Ferramenta 7: Guia de Planeamento de Ações e Aprendizagem – (utilizar para facilitar o processo de planeamento com grupos comunitários, incluindo a avaliação da sensibilização a conflitos, a inclusão e mecanismos relevantes a nível local para fins de transparência e responsabilização)

Exemplo de matriz de atividades de uma proposta de ação precoce

No âmbito desta matriz, foi incluída a concessão de micro-donativos comunitários a comités e grupos comunitários (tanto para ações de preparação como para ações precoces), utilizando assim o mecanismo de ação precoce para conceder financiamento às comunidades.



Ferramenta EA 4: Modelo de Proposta de Ação Precoce

Este exemplo refere-se a ciclones e cheias com um tempo de antecipação de até cinco dias, razão pela qual o período de tempo anterior ao impacto (o tempo de antecipação) é indicado como sendo uma semana.

Período de tempo (período anterior e posterior à ativação):

- (-1) indica o período anterior à ativação
- (0) indica o período de tempo (entre a ativação e o impacto do perigo)
- 1 a 5 indica as semanas seguintes ao impacto do perigo

Atividades Iniciadas com base numa nota de alerta e na aprovação de uma proposta de ação precoce atualizada		Período de tempo (semanas) Período de tempo anterior e posterior à ativação						
		-1	0	1	2	3	4	5
A	Preparação para uma ação de antecipação (prontidão e pré-posicionamento)							
A1	Ativação de canais de comunicação (sistemas de alerta precoce) e mobilização de voluntários e de comités comunitários de gestão de catástrofes para a realização de atividades de preparação	x	x					
A2	Nova sensibilização das principais partes interessadas a nível distrital (Comité de Desastres, Comité de Agrupamentos)	x						
A3	Mobilização de voluntários ou de estruturas comunitárias	x	x					
A4	Fornecimento de equipamento de emergência (para centros de evacuação, voluntários formados, estruturas comunitárias)	x	x					
A5	Desenvolvimento e comunicação de mensagens de alerta e materiais informativos de alerta precoce através de canais de comunicação ou por voluntários de base/estruturas comunitárias	x	x					
A6	Aquisição e pré-posicionamento de stocks (por exemplo, pacotes de ajuda alimentar; kits WASH, incluindo cloro para água potável; e artigos para abrigos)	x	x					

A7	Validação dos dados do registo dos beneficiários (por exemplo, com as estruturas comunitárias) ⁴²	x	x					
B	Micro-donativos comunitários (para ações de preparação e ações precoces)	x	x	x				
B1	Micro-donativos comunitários – desembolso	x	x	x				
B2	Micro-donativos comunitários – acompanhamento e apresentação de relatórios		x	x	x	x	x	x
C	Ação precoce (ativada pelo indicador de ativação) que pode continuar com ações de resposta precoce							
C1	Apoiar os processos de evacuação		x	x				
C2	Pré-posicionamento/distribuição de pacotes de ajuda alimentar		x	x	x			
C3	Pré-posicionamento/distribuição de artigos WASH (kits, pastilhas de cloro)		x	x	x			
C4	Pré-posicionamento/distribuição de artigos de abrigo			x	x			
C5	Pré-posicionamento/distribuição de kits de dignidade		x	x	x			
C6	Apoio psicossocial prestado por voluntários		x	x	x			
C7	Fornecimento de material médico essencial aos centros de saúde		x	x	x	x		
D	Monitorização e aprendizagem							
D1	Mobilização da equipa de acompanhamento (incluindo para o mecanismo de micro-donativos ou o acompanhamento pós-distribuição (PDM), conforme relevante)	x	x	x	x	x	x	x
D2	Recolha de histórias e provas do impacto da ação precoce						x	x
D3	Avaliação da Ação Precoce (ferramenta EA 5) recolha de informações, nomeadamente junto das partes interessadas	x	x	x	x	x	x	x

42A ação de antecipação visa determinar os beneficiários com base numa previsão baseada no impacto (ou seja, os beneficiários identificados como estando em maior risco antes da ocorrência de uma catástrofe). No entanto, se as ações forem conduzidas como «resposta precoce» e não como «ação precoce», terá de ser realizada uma avaliação rápida das necessidades para as atividades de distribuição.

8 Fase 3c: Planejamento de contingência participativo intensificado



Finalidade

A abordagem de planeamento de contingência participativo intensificado (PCPI) integra a utilização do planeamento de ações com base em previsões (PAbP) no planeamento de contingência com múltiplos intervenientes ligados desde o nível local ao nacional. Esta abordagem baseia-se na abordagem do *financiamento com base em previsões (FbP) da FICV* e nas abordagens aplicadas pelas agências das Nações Unidas, incluindo a OCHA, a FAO e o PAM, para desenvolver protocolos e quadros de AA.

Dicas úteis

O envolvimento, a avaliação da viabilidade e a conceção, tal como descritos na Fase 1, e a avaliação participativa e o planeamento de contingência comunitário intensificado, tal como descritos na Fase 2, são necessários para determinar a colaboração e as capacidades necessárias para assegurar uma participação relevante de todos os intervenientes.

Embora as atividades tenham sido apresentadas aqui como duas etapas, na prática devem decorrer em paralelo para garantir que os planos de contingência a nível local são informados e complementares aos níveis superiores.

A aplicação da abordagem PCPI em combinação com a ação precoce liderada pelos intervenientes locais (Fase 3b) e a ação precoce liderada pela comunidade (Fase 3a) reforça o planeamento coordenado da ação de antecipação e preparação através de uma partilha mais informada de conhecimentos entre as comunidades, os intervenientes locais e os representantes das agências mandatadas e técnicas.

Níveis de planeamento e coordenação, liderança e participantes envolvidos

Esta fase liga a ação liderada pela comunidade e o planeamento conduzido a nível local ao planeamento a nível nacional:

- As principais partes interessadas envolvidas na Fase 1 que contribuirão para ministrar as oficinas do PCPI incluem peritos das autoridades de gestão de catástrofes, representantes das autoridades locais, assim como peritos em previsões e análise de riscos
- Representantes da comunidade envolvidos na Fase 2 (tendo em conta o género, o sexo, a idade, o estatuto socioeconómico, a orientação sexual, a identidade de género e as capacidades físicas), incluindo os comités comunitários de gestão dos riscos de catástrofes, os socorristas e os voluntários
- Organizações de base comunitária
- Grupos comunitários envolvidos na ação precoce liderada pela comunidade (Fase 3a)
- Intervenientes locais envolvidos na ação precoce liderada pelos intervenientes locais (Fase 3b)
- Outras organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e representantes do setor privado
- Partes interessadas e peritos em programação monetária (com especial incidência em micro-donativos comunitários/transferências monetárias para grupos)

Resultados principais

- Planos de ação baseados em previsões consolidadas a nível local (ou seja, a nível distrital)
- Sistemas de alerta precoce melhorados, incluindo indicadores de ativação e materiais informativos práticos
- Os mecanismos de coordenação local são reforçados e são desenvolvidos planos de comunicação que especificam as informações a comunicar às comunidades e quando

Métodos

No que se refere ao processo de planeamento, tal inclui oficinas com múltiplos intervenientes e reuniões entre os membros do grupo de trabalho ou do grupo de trabalho técnico criado para este processo.

Passos

1. Planeamento de contingência participativo intensificado (PCPI) aplicando o planeamento de ações com base em previsões (PAbP)
2. Reforço da coordenação entre o planeamento de contingência a nível local e a um nível superior

Abordagem	Tipos de fenómenos perigosos para os quais a abordagem é mais indicada	Grau de investimento no planeamento e na preparação prévias	Mecanismos que devem ser pré-estabelecidos	Mecanismos de financiamento
Planeamento de contingência participativo intensificado (PCPI)	Fenómenos perigosos de início rápido e previsíveis com uma frequência de ocorrência regular (pelo menos, a cada 5-10 anos)	Alto: contribui para o reforço dos planos de contingência e para a elaboração de PAP	Mecanismo ou fundo de financiamento do risco de catástrofes – detido a nível local ou regional	Normalmente, o financiamento é desbloqueado quando são atingidos um ou mais indicadores de ativação previamente acordados Também pode incluir a tomada de decisões por consenso com base em fatores de risco locais



Recursos de referência

Para o passo 1:

- «4.2 Select Early Actions» no FbF Practitioners Manual da Cruz Vermelha/Crescente Vermelho (2023)
- Centre for Humanitarian Leadership (2023) *Scenario Building in Complex Contexts*.
- Welthungerhilfe (2022) *FbA manual: Early action identification and EAP development – step-by-step guidance*. Ver passo 2: Identificação, priorização e validação da ação precoce
- FAO (2020) *Applying an inclusive and equitable approach to anticipatory action*. Ver passo 2: Sistemas de alerta precoce inclusivos e o passo 3: Identificação e concepção de ações de antecipação (precozes)
- Prepare Center (sem data) *Common Alerting Protocol Implementation*.

Para o passo 2:

- Anticipation Hub (2022) *How can we mainstream anticipatory action in disaster risk-management systems?*
- «4.4 Simulate» no FbF Practitioners Manual da Cruz Vermelha/Crescente Vermelho (2023).

Outros recursos:

- Start Network (sem data) *Accessing and Interpreting Weather and Climate Forecasts for Anticipatory Humanitarian Action*.
- Anticipation Hub (2020) *The future of forecasts: Impact-based forecasting for early action*.
- Start Network (2021) *Information is Power: Connecting Local Responders to the Risk Information That They Need*.

Dicas úteis

- Alinhar o processo com quaisquer processos anuais programados de planejamento de contingência do governo (autoridade local), normalmente antes de épocas de alto risco
- É importante ser específico sobre o fenómeno perigoso prioritário para o qual o PAbP está a ser conduzido. Por exemplo, o tipo de cheia ou que ponto ou fator relacionado com a seca (ou seja, períodos de seca)
- Nem sempre é relevante elaborar diferentes planos de ação (Plano A, B, C) para os diferentes níveis de gravidade. O que deve ser determinado são os detalhes do cenário que definem quando o nível de gravidade de um perigo resulta em impactos na comunidade e requer assistência externa, de modo a que esta informação possa também ser utilizada por todos os intervenientes para determinar ações precoces e planos que sejam coerentes com os planos e as ações das comunidades
- Os facilitadores e o grupo de trabalho ou grupo de trabalho técnico devem dar seguimento ao plano de comunicação elaborado durante a oficina do PCPI (Sessão 5). É possível reforçar a coerência da comunicação de materiais informativos através da utilização de plataformas de redes sociais, como o WhatsApp, para estabelecer uma comunicação bidirecional para informações de previsão, alertas precoces e impactos de catástrofes
- Aquando da determinação do indicador de ativação, é necessário ter em conta os sistemas de previsão regionais e globais, os modelos de risco e os EWS baseados na comunidade, para não se depender apenas dos mecanismos de alerta de gestão de catástrofes existentes
- É necessário assegurar a participação em reuniões de grupos de trabalho sobre o planejamento de ações de antecipação a nível comunitário, local (distrital) e nacional.

Passo 1: Planejamento de contingência participativo intensificado (PCPI) aplicando o planejamento de ações com base em previsões (PAbP)

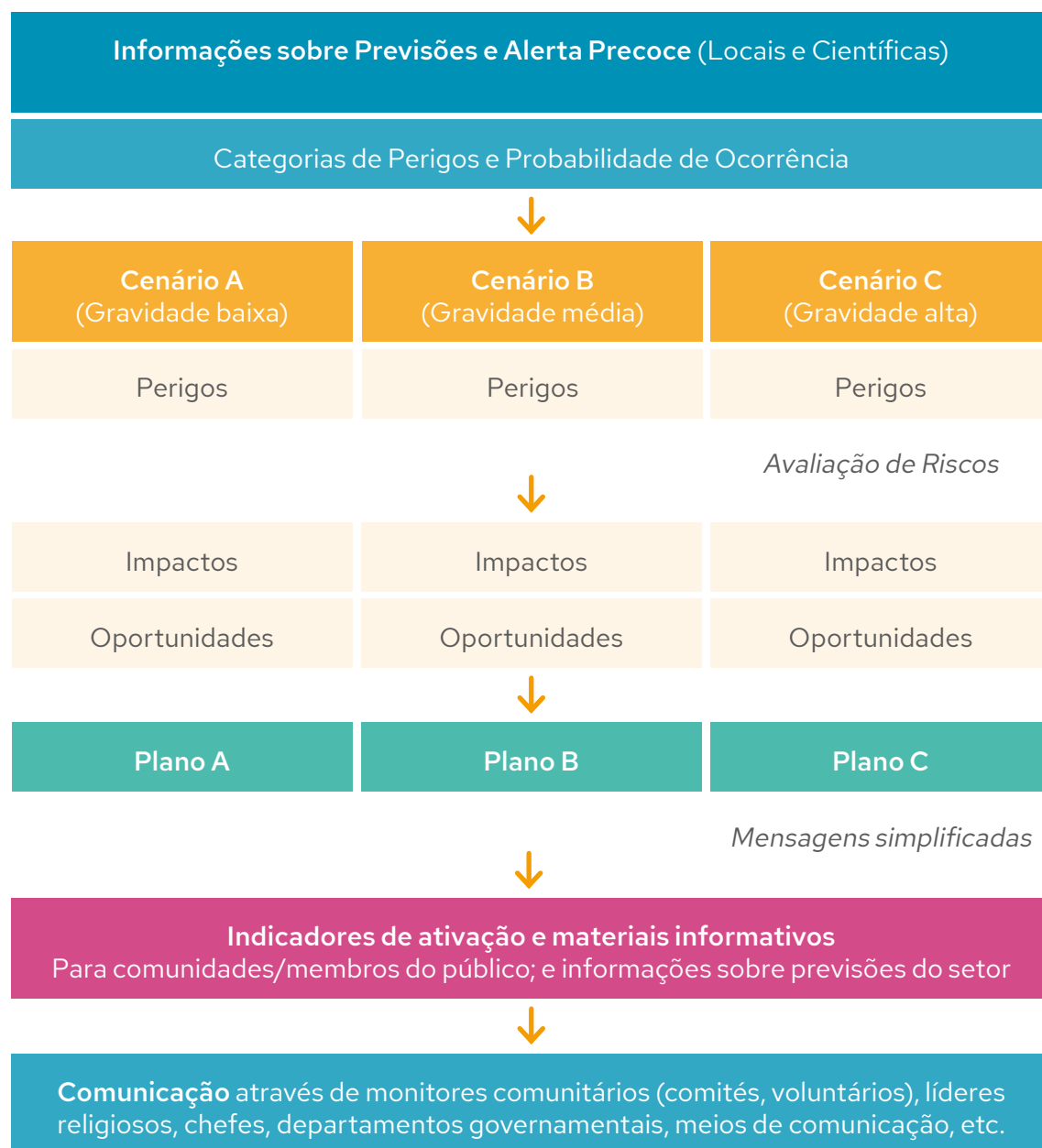


Figura 4: Planejamento de ações baseadas em previsões utilizando cenários

Ações

As oficinas dividem-se em cinco sessões:

Sessão 1: Analisar e refletir sobre as previsões, os alertas precoces e as ações precoces

Analisar e refletir sobre as ocorrências do fenómeno perigoso em causa e as informações de previsão e de alerta precoce disponibilizadas; melhorar os conhecimentos sobre os sistemas de previsão; e avaliar o grau de acessibilidade e utilidade das previsões e dos alertas precoces para os diferentes grupos comunitários e intervenientes locais.

Sessão 2: Elaborar cenários de impacto localizados e identificar informações sobre previsões

Consolidar os conhecimentos locais das comunidades e os conhecimentos técnicos dos peritos para cocriar cenários de impacto e determinar as informações sobre previsões e os indicadores mais importantes que devem ser utilizados para tomar decisões sobre quando implementar uma ação precoce.

Sessão 3: Elaborar cenários de impacto localizados e identificar ações de preparação e ações precoces

Planear as ações a empreender antes do impacto de um fenómeno perigoso, com base nas previsões disponíveis, para evitar perdas e mitigar os riscos.

Sessão 4: Definir indicadores de ativação e desenvolver materiais informativos

Conceber indicadores de ativação relevantes localmente, com base em cenários de impacto identificados a nível local, que proporcionem tempo suficiente para que as comunidades e os intervenientes locais implementem ações de preparação e precoces, assim como desenvolvam materiais informativos para os impactos e riscos que as comunidades consideram prioritários nos cenários definidos.

Sessão 5: Conceber um plano de comunicação para os materiais informativos

Conceber um plano que envolva vários intervenientes para a divulgação atempada e direcionada dos materiais informativos.

Caso em destaque

No âmbito do projeto *Liderança Local para um Impacto Global*, a SAF/FJKM trabalhou na definição de um indicador de ativação para inundações ribeirinhas resultantes de ciclones para comunidades-alvo em Madagascar. Este trabalho incluiu a recolha de informações de alerta precoce de cheias junto de uma agência de gestão de cheias, a APIPA. No entanto, a equipa deparou-se com desafios neste processo, uma vez que não estavam disponíveis modelos de risco de inundação para a zona-alvo da bacia hidrográfica mais pequena e teve dificuldades em aceder a dados históricos do Departamento de Meteorologia referentes às previsões de cheias. Decidiu-se então utilizar uma combinação de previsões e de informações locais recolhidas durante a APVC como base para a definição, de forma consensual, de um indicador de ativação para despoletar uma ação precoce. Isto incluiu uma melhor utilização das previsões de precipitação fornecidas pelo *Advanced Disaster Analysis and Mapping* do PAM, combinada com um alerta precoce baseado na comunidade referente aos níveis dos rios e alturas específicas, ou pontos em diques, que as comunidades consideram que tinham um nível de risco acrescido de cheias.

Ferramentas

- Base de dados de indicadores de ativação do Anticipation Hub. Esta base de dados de indicadores de ativação constitui uma plataforma para os profissionais consultarem os indicadores de ativação que estão a ser formulados e para facilitar uma maior troca de ideias sobre o processo de desenvolvimento de indicadores de ativação.
- OCHA Centre for Humdata Catálogo de modelos preditivos no setor humanitário. Fornece uma panorâmica dos modelos de previsão disponíveis e do seu estado de desenvolvimento.

Sessão 1: Analisar e refletir sobre as previsões, os alertas precoces e as ações precoces

Finalidade

Analisar e refletir sobre as ocorrências do fenómeno perigoso em causa e as informações de previsão e de alerta precoce disponibilizadas; melhorar os conhecimentos sobre os sistemas

de previsão; e avaliar o grau de acessibilidade e utilidade das previsões e dos alertas precoces para os diferentes grupos comunitários e intervenientes locais.

Atividades

Conversa sobre as experiências das comunidades e de outras partes interessadas sobre:

- Informações fornecidas sobre alertas precoces e previsões, materiais informativos sobre riscos e ações propostas, e os canais de comunicação utilizados para comunicar estas informações
- Partilhar informações e experiências sobre o fenómeno perigoso e quaisquer ações precoces empreendidas pelas comunidades e pelos intervenientes locais
- Refletir sobre como as ações das comunidades foram influenciadas pelas informações sobre riscos, conselhos e apoio que receberam

Principais perguntas e considerações

- Avaliar os sistemas de alerta precoce baseados na comunidade, as previsões técnicas disponíveis e as informações de alerta precoce, bem como qualquer comunicação bidirecional
- Comparar previsões anteriores ou fenômenos perigosos previstos com a experiência local efetiva
- Como as comunidades recebem atualizações sobre previsões climáticas e riscos associados? De quais fontes? As informações são exatas?
- Para que é que os diferentes grupos comunitários utilizam as previsões de perigos e os alertas precoces (quais as decisões e ações tomadas)?

Dicas úteis

- As experiências com ações precoces das Fases 3a e 3b podem dar um contributo valioso para esta sessão.

- As discussões em grupos separados podem ser um método de oficina eficaz para realizar análises que integrem as perspectivas de género, idade, deficiência e grupo étnico.
- A primeira oficina centrar-se-á na análise dos sistemas de alerta precoce, das informações sobre as previsões, dos canais de comunicação dos riscos, das ações precoces empreendidas e dos mecanismos de coordenação local existentes antes da realização do PCPI.

As futuras oficinas incidirão sobre o seguinte:

- Até que ponto as comunidades têm respondido e lidado bem por comparação com fenômenos perigosos anteriores? Porquê? Algum problema e solução?
- Existem melhorias a introduzir no que respeita à preparação prevista ou às ações precoces, ou aos materiais informativos, incluindo a sua tempestividade e comunicação?

Sessão 2: Elaborar cenários de impacto localizados e identificar informações sobre previsões

Finalidade

Consolidar os conhecimentos locais das comunidades e os conhecimentos técnicos dos peritos para cocriar cenários de impacto e determinar as informações sobre previsões e os indicadores mais importantes que devem ser utilizados para tomar decisões sobre quando implementar uma ação precoce.

Atividades

- Familiarizar os participantes com o glossário de termos e aumentar os conhecimentos sobre as limitações das previsões
- Os representantes da comunidade apresentam informações aos peritos técnicos sobre as vulnerabilidades e a exposição aos perigos nas zonas historicamente afetadas, com base nos resultados do relatório APVC obtido na Fase 2

- As partes interessadas apresentam, melhoram os conhecimentos e interpretam as informações de previsão, partilhando os resultados do relatório de AbP obtido na Fase 2
- As comunidades e os peritos técnicos discutem para cocriar cenários locais para diferentes níveis de gravidade e informações sobre as previsões e indicadores mais importantes para os cenários com diferentes níveis de gravidade

Perguntas principais

- Há alguns termos técnicos que possam ser simplificados?
- Quais as informações de previsões ou alerta precoce que podem ser fornecidas pelas comunidades? Quais são os principais indicadores de risco observados pelas comunidades?
- Que previsões podem ser disponibilizadas pelas agências de previsões técnicas (agência meteorológica, autoridade de gestão de desastres, etc.) e como é que as comunidades as percebem?

- Qual é a informação de previsão mais importante que as comunidades precisam para os cenários que estão a ser discutidos?
- Qual é o grau de fiabilidade das previsões e quais são as suas limitações?
- Como é que as comunidades e os intervenientes locais interpretam as previsões?

Dicas úteis

Esta sessão não se resume simplesmente a dar às comunidades acesso a informações sobre previsões. Na realidade, aumenta a confiança das comunidades nas previsões, melhorando a sua compreensão das origens dos dados, da forma como são recolhidos e da sua exatidão e fiabilidade.

A partilha entre comunidades e peritos técnicos também pode reforçar os mecanismos de comunicação bidirecional e de *feedback* entre os utilizadores dos serviços de informação sobre previsões e os produtores dos dados.

Sessão 3: Elaborar cenários de impacto localizados e identificar ações de preparação e ações precoces

Finalidade

Planear as ações a empreender antes do impacto de um fenómeno perigoso, com base nas previsões disponíveis, para evitar perdas e mitigar os riscos.

Atividades

- Os participantes elaboram cenários de impacto para diferentes níveis de gravidade
- Comunidades e intervenientes locais de grupos representativos que discutem possíveis ações e decisões importantes para evitar perdas e mitigar riscos

- A recolha de informações é utilizada para identificar ações precoces que podem ser implementadas pelas comunidades e pelos intervenientes locais

Perguntas principais

- Que cenários podem ser gerados com base nas informações de previsões disponíveis?
- Quais são os perigos, riscos e impactos nos meios de subsistência, grupos vulneráveis e infra-estruturas?
- Há margem para reforçar a resiliência às catástrofes em cada cenário?
- Quais são as ações possíveis para os diferentes cenários? Considerando especificamente as ações de preparação e precoces, quais é que podem ser implementadas com base nas informações de previsão disponíveis?
- Para ações precoces, que estratégias sem lamentações ou poucas lamentações podem ser priorizadas para evitar perdas e mitigar riscos?

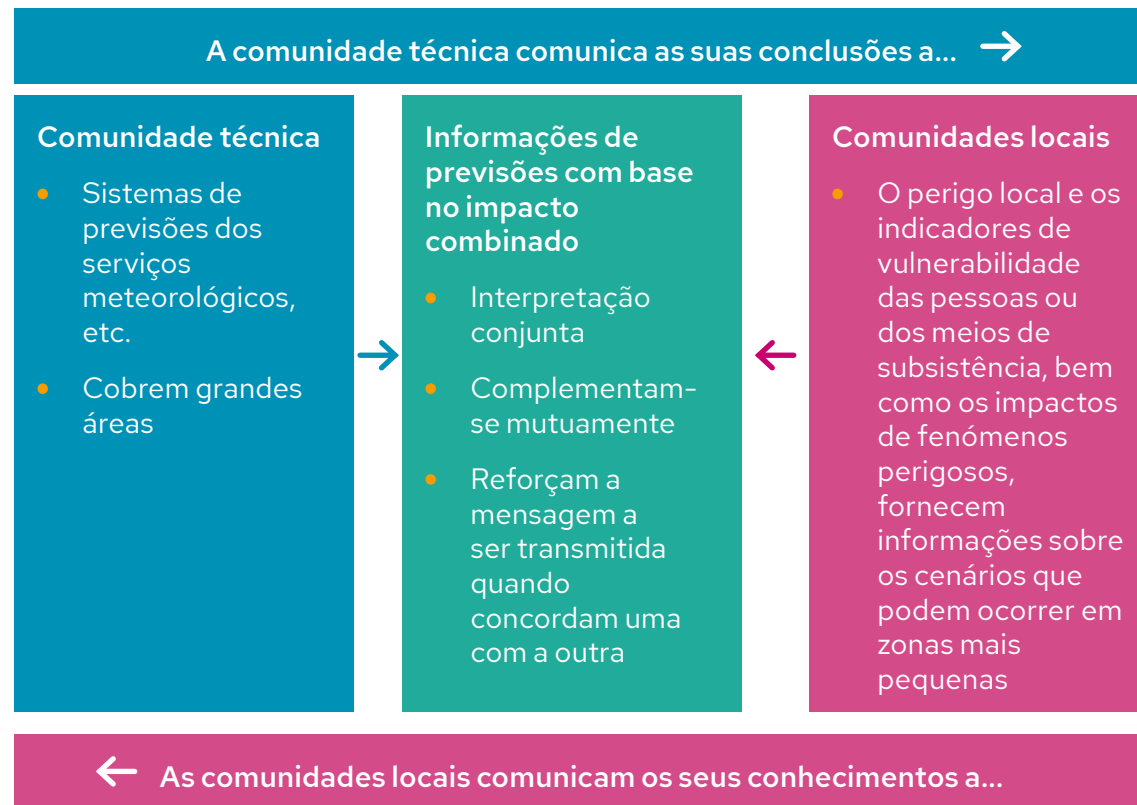


Figura 3: Análise de previsões localizadas combinadas ⁴³

⁴³ Adaptado de CGIAR (2018) *Guia Prático para o Planeamento Participativo de Cenários*

Dicas úteis

Esta sessão incentiva a compreender como gerir a incerteza e como pode ser utilizada para informar as decisões e mitigar os riscos. A aprendizagem coletiva significa que as comunidades tomam conhecimento das experiências de outras comunidades e intervenientes locais no que toca a utilização de sistemas de previsões e alerta precoce para gerir os riscos. Certifique-se de que as ações são específicas e relevantes para o contexto local.

Sessão 4: Definir indicadores de ativação e desenvolver materiais informativos

Finalidade

Conceber indicadores de ativação relevantes localmente, com base em cenários de impacto identificados a nível local, que proporcionem tempo suficiente para que as comunidades e os intervenientes locais implementem ações de preparação e precoces,

assim como desenvolvam materiais informativos sobre os impactos e riscos que as comunidades consideram prioritários nos cenários definidos.

Definição de indicadores de ativação: atividades

Utilizar os cenários e as avaliações de impacto de fenómenos anteriores, bem como a análise dos dados relativos à exposição e à vulnerabilidade, para determinar, com a orientação de peritos técnicos, os indicadores de ativação que devem ser utilizados.

Elaborar um diagrama cronológico que indica os intervalos de tempo para os indicadores de ativação. Em seguida, definir as ações de preparação e as ações precoces em diferentes fases ao longo desta linha cronológica até ao momento do impacto do perigo ou do pico da crise.

Definição de indicadores de ativação: perguntas principais

- Os indicadores de ativação baseiam-se num elevado grau de certeza/probabilidade em relação à ocorrência de impactos a nível humanitário?

- Os indicadores de ativação dão tempo suficiente para que as comunidades e os intervenientes locais implementem as ações de preparação e ações precoces previstas?

Definição de indicadores de ativação: dicas úteis

Existem três tipos diferentes de indicadores de ativação: probabilísticos, preditivos e observacionais. As comunidades podem fornecer informações particularmente valiosas, sobretudo no que toca aos indicadores de ativação observacionais. As agências e os intervenientes técnicos podem dar conselhos sobre os indicadores de ativação probabilísticos e preditivos. Consultar também a *Base de dados de Indicadores de Ativação* do Anticipation Hub para obter informações sobre os indicadores de ativação que foram desenvolvidos para uma série de fenómenos perigosos.

Pode ser estabelecida uma linha cronológica de indicadores de ativação, isto pode passar pela definição de um ponto de ativação

anterior que será utilizado para iniciar ações de preparação, a fim de garantir que as ações precoces são realizadas atempadamente assim que forem ativadas.

Uma vez que se trata de um domínio de trabalho em desenvolvimento, os indicadores de ativação – incluindo as previsões e os modelos utilizados e os limiares estabelecidos – são frequentemente melhorados e revistos com base na experiência adquirida com as ativações.

Desenvolvimento de materiais informativos comunitários/individuais: atividades

Os participantes apresentam os resultados do grupo e criam materiais informativos com base nas informações geradas.

Os participantes analisam os impactos previstos de diferentes cenários e identificam ações de preparação e ações precoces para desenvolver materiais informativos úteis.

Desenvolvimento de materiais informativos comunitários/individuais: perguntas principais

Quais são as melhores combinações de ações ou as mais apropriadas a serem tomadas pelas comunidades/indivíduos em resposta aos impactos previstos para os cenários definidos? Isto inclui conselhos para ações de preparação e ações precoces, tendo em conta: áreas expostas e vulnerabilidades específicas, género, idade, deficiência, grupos específicos de subsistência, minorias étnicas.

Desenvolvimento de materiais informativos comunitários/individuais: dicas úteis

Cocriar opções para as comunidades e as pessoas, em vez de dar «instruções», assim como desenvolver materiais informativos baseados nos impactos e nos riscos que as comunidades consideram prioritários tendo em conta os cenários definidos.

Esta sessão constitui um espaço para o intercâmbio de conhecimentos e, portanto, o facilitador deve criar oportunidades para que as

comunidades e os intervenientes locais identifiquem e partilhem as suas próprias experiências de utilização de práticas bem-sucedidas e apresentem os desafios que precisam de ser superados.

Desenvolvimento de materiais informativos específicos de um setor: atividades

Elaborar resumos técnicos de fenómenos e impactos previstos com informações para setores específicos.

Desenvolvimento de materiais informativos específicos de um setor: perguntas principais

Com base nos impactos que as comunidades são incapazes de gerir sozinhas, quais são os impactos prioritários para os quais os diferentes setores necessitam de informação, tendo em conta as necessidades de diferentes grupos vulneráveis?

Utilizadores específicos do setor: Que informações técnicas de previsão e impacto são necessárias para setores específicos no que respeita aos diferentes fenómenos previstos?

Desenvolvimento de materiais informativos específicos de um setor: dicas úteis

Os desafios e problemas enfrentados por setores específicos que os impedem de empreender ações precoces são abordados no passo seguinte.

Orientação: Os materiais informativos precisam de ser elaborados tendo em consideração o limiar do indicador de ativação e os cenários elaborados para os diferentes níveis de gravidade. Os materiais informativos são elaborados incluindo uma explicação de:

O que é que vai acontecer?	Resumo dos impactos dos perigos, evitando termos técnicos
Quando é que vai acontecer?	<ul style="list-style-type: none"> Quando começarão a sentir-se os impactos? Quando é que se deixarão de sentir os impactos? Horário e localização
Quão graves serão os impactos e onde?	Uma explicação clara e simples dos riscos, centrada nos impactos
Que ações podem ser tomadas pelas comunidades/indivíduos para reduzir os impactos?	Conselhos e orientações sobre as medidas que podem ser tomadas para efeitos de ações precoces/antecipação e ações de resposta (lidar e recuperar); apresentar estas atividades de forma sequencial utilizando uma cronologia clara

Quadro: Modelo para Materiais Informativos Comunitários/Indivíduos ⁴⁴

Sessão 5: Conceber um plano de comunicação para os materiais informativos

Finalidade

Conceber um plano que envolva vários intervenientes para a divulgação atempada e direcionada dos materiais informativos

Atividades

Identificar a língua e o estilo preferidos para comunicar os materiais informativos: formato papel, SMS, voz ou imagens.

Determinar quem, o quê, quando e como para a comunicação de materiais informativos.

Determinar as outras informações do processo PCPI que devem ser comunicadas à comunidade mais alargada e planear como e por quem devem ser comunicadas.

Perguntas principais

- Quem será o público-alvo?
- Quem irá comunicar as informações?
- O que comunicar? Incluindo os níveis de gravidade que serão usados para definir quais os materiais informativos que serão comunicados: informações de previsões, conselhos sobre as ações a empreender, conhecimento dos autocuidados, informação sobre os serviços disponíveis.
- Como comunicar?
- Quando comunicar? (Incluindo os intervalos de tempo para emissão de materiais informativos com base nas previsões disponíveis)
- Onde comunicar? Através de estruturas comunitárias, através de mecanismos de coordenação local, com setores específicos.

Dicas úteis

Esta etapa garante que os materiais informativos são efetivamente comunicados e não simplesmente divulgados. No âmbito do PCPI, a comunicação deve ser tratada como um processo bidirecional, permitindo aos representantes da comunidade não só ouvirem a informação, mas também terem confiança para questionar a mesma.

É importante compreender o comportamento dos utilizadores aquando da receção e partilha de informação, assim como os mecanismos de comunicação e a rapidez da comunicação necessária, com vista a identificar os canais de comunicação mais adequados. Os canais de comunicação irão variar significativamente em função do local (cartazes, reuniões de grupos comunitários, reuniões de aldeia, altifalantes, WhatsApp, Facebook, quadros de aldeia, mecanismos de coordenação local, etc.).



Passo 2: Reforço da coordenação entre o planejamento de contingência a nível local e a um nível superior

Ações

- Fornecer informações da Ferramenta 4: Análise de Lacunas e Políticas
- Facilitar a participação dos representantes da comunidade e dos intervenientes locais no planejamento de contingência a nível provincial e a níveis superiores
- Reuniões com as agências de gestão de catástrofes e os departamentos de meteorologia para partilhar e discutir as conclusões e os planos
- Coordenar com outros intervenientes que se dedicam a ações de antecipação
- Participar ou realizar simulacros para testar e melhorar os mecanismos criados

Perguntas principais

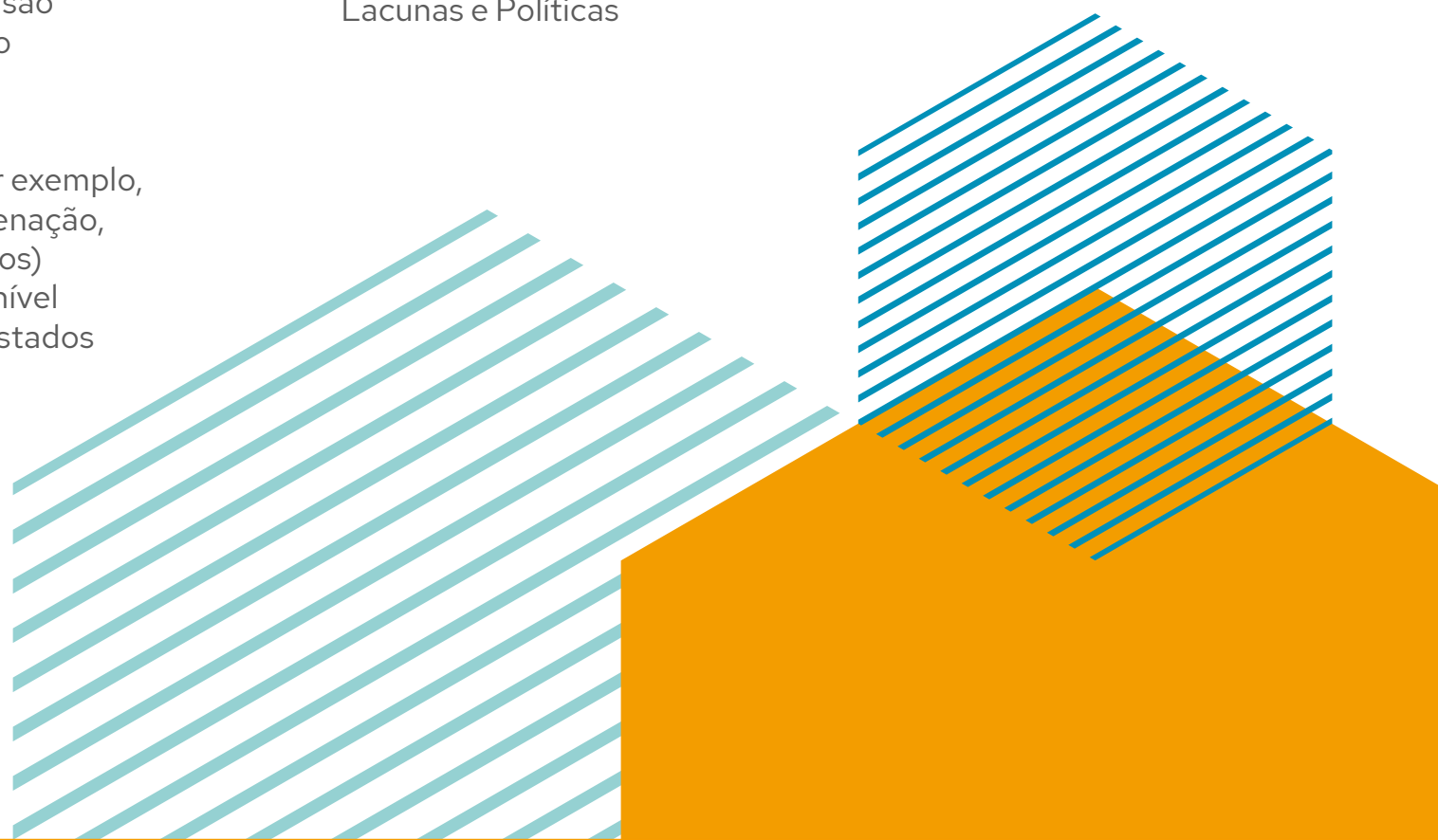
Reforço da coordenação entre o planejamento de contingência a nível local e a um nível superior:

- Que iniciativas de planejamento ou afins estão a ser levadas a cabo por outros intervenientes e como podem ser melhoradas com ações locais baseadas em previsões e informações sobre planos de contingência intensificados?
- Que capacidades e conhecimentos locais são ignorados no processo de planejamento a um nível superior?
- Que mecanismos (por exemplo, alerta precoce, coordenação, mobilização de recursos) entre o nível local e o nível superior devem ser testados ou reforçados?

- Qual é o valor acrescentado de uma articulação entre o planejamento local e o planejamento a um nível superior?
- Que recursos estão disponíveis a níveis superiores e como é que os recursos disponíveis para a preparação devem ser atribuídos para permitir uma AA conduzida a nível local?

Ferramentas

- Ferramenta 4: Análise de Lacunas e Políticas



9 Fase 4: Monitorização, avaliação, *feedback* e *advocacy* coordenados



Finalidade

Permitir a melhoria contínua do processo de AA conduzida a nível local, do PCPI e da partilha de aprendizagens.

Informar os membros do grupo de trabalho técnico sobre quem está a utilizar que informação e de que forma, e que novas informações devem ser divulgadas.

Recolher informações sobre o envolvimento do grupo-alvo e das partes interessadas, incluindo os papéis de género e a inclusão de grupos vulneráveis.

Monitorizar os resultados, os impactos e os produtos do processo da AA conduzida a nível local e do PCPI em termos da resiliência das comunidades a catástrofes.

Defender mudanças nas práticas e influenciar políticas para o estabelecimento de mecanismos e sistemas que permitam a integração e a expansão de abordagens bem-sucedidas.

Níveis de planeamento e coordenação, liderança e participantes envolvidos

Envolve representantes da comunidade e partes interessadas locais e liga a aprendizagem a nível local à política local e nacional:

- Populações em risco envolvidas em ativações de ação precoce e populações em risco que não estiveram envolvidas em ação precoce quando ocorreram fenómenos perigosos
- Representantes da comunidade (tendo em conta o género, o sexo, a idade, o estatuto socioeconómico, a orientação sexual, a identidade de género e as capacidades físicas), incluindo os comités comunitários de gestão dos riscos de catástrofes, os socorristas, os voluntários e as organizações de base comunitária
- Grupos comunitários envolvidos na ação precoce liderada pela comunidade (Fase 3a)

- Intervenientes locais envolvidos na ação precoce liderada pelos intervenientes locais (Fase 3a)
- Principais partes interessadas, incluindo peritos das autoridades de gestão de catástrofes, representantes das autoridades locais de diferentes níveis e peritos em sistemas de previsão e análise de riscos
- Outras organizações da sociedade civil, organizações não governamentais, representantes do setor privado, etc.
- Partes interessadas e peritos em programação monetária (com especial incidência em micro-donativos comunitários/transferências monetárias para grupos)

Resultados principais

Documentos de aprendizagem e planos de *advocacy*

Métodos

Grupos de discussão, oficina de captura e partilha de aprendizagens, entrevistas com partes interessadas, observações de campo de agências facilitadoras (histórias de impacto/estudos de caso, relatórios de atividades submetidos por grupos e comités que recebem micro-donativos, relatórios de monitorização de respostas comunitárias), Revisões de Ações Precoces (RAP), futuras oficinas do PCPI (Fase 3c: Sessão 1); e, se realizados, oficinas de *feedback* com o governo local, planeamento de ações de *advocacy* e monitorização da influência política.

Passos

1. Capturar e comunicar as aprendizagens
2. Realizar *advocacy* a partir do nível local para os níveis nacional e internacional

Recursos de referência

- Welthungerhilfe (2021) *MDG Trigger Evaluation*.
- FAO (2021) *Applying an inclusive and equitable approach to anticipatory action*. Ver passo 4: Avaliação do impacto e das aprendizagens
- Vários *grupos de trabalho* enunciados no sítio Web do Anticipation Hub
- GNDR (2016) *Kit de Ferramentas Nacional de Advocacy*
- *Welthungerhilfe, Forecast-based Action in an NGO Setting – Theory of change for Early Action*.

Dicas úteis

A aprendizagem e os êxitos obtidos com a aplicação dos processos concebidos a nível local – incluindo as ferramentas aplicadas – devem ser comunicados às agências e aos intervenientes a nível nacional, a fim de contribuir para a melhoria dos sistemas de planeamento, monitorização e avaliação da AA conduzida a nível local.

As plataformas de partilha de conhecimentos e as redes sociais devem ser utilizadas para comunicar histórias de sucesso/impacto.

A comunicação das lições aprendidas através de mesas redondas nacionais permite um intercâmbio que pode contribuir para o desenvolvimento de parcerias, o reforço da coordenação e a exploração de opções para ultrapassar os obstáculos e identificar potenciais vias de progresso.

Com base nos conhecimentos e competências locais, devem ser identificados eventos regionais e internacionais de ação de antecipação e apresentadas candidaturas para eventos paralelos destinados a comunicar as aprendizagens. É igualmente necessário identificar os recursos precisos para ultrapassar os obstáculos que se colocam aos intervenientes locais, como as questões linguísticas.

Além disso, os PAP e os indicadores de ativação devem ser melhorados com base na aprendizagem obtida sempre que um PAP é ativado e sempre que devia ter sido ativado, mas não foi.

Passo 1: Capturar e comunicar as aprendizagens

Ações

- Avaliar a ação precoce liderada pela comunidade financiada com micro-donativos
- Conduzir avaliações de ações precoces para as propostas de ação precoce ou PAP ativados/inativados
- Realizar grupos de discussão, entrevistas com pessoas-chave ou uma oficina de partilha de aprendizagens com um público mais alargado
- Levar a cabo a colheita dos resultados e identificar as mudanças mais significativas
- Capturar as aprendizagens utilizando o modelo dos estudos de caso/histórias de impacto
- Elaborar um relatório das lições aprendidas, que compila as aprendizagens, as melhores práticas e os estudos de caso

- Publicar documentos e recursos em plataformas de aprendizagem na internet (p. ex. *Anticipation Hub*) e redes sociais
- Realizar webinars ou apresentações para comunicar as aprendizagens (por exemplo, *Plataformas de Diálogo sobre Ação de Antecipação*)
- A monitorização, avaliação e a obtenção de *feedback* dos utilizadores também podem ser realizadas nas próximas oficinas do PCPI (Fase 3a: Sessão 1) com as partes interessadas relevantes

Caso em destaque

Os recursos e as aprendizagens do projeto LLIG foram disponibilizados a outros intervenientes através da utilização do Google Drive e foram comunicados através de redes, incluindo através da utilização da Plataforma da Comunidade da GNDR. Tiveram lugar reuniões do grupo de trabalho colaborativo realizadas entre os intervenientes dedicados à AA conduzida a nível local em Madagáscar, Malawi e Moçambique, que contaram com a presença de especialistas e a participação de membros de toda a GNDR e de outras redes globais. A Abundant Grace Female Foundation, no Gana, participou nestas reuniões do grupo de trabalho e, na sequência do seu envolvimento, reproduziu uma das sessões do grupo de trabalho e convidou agências noticiosas. Estas agências noticiosas publicaram então artigos subordinados ao tema As organizações da sociedade civil devem iniciar o planeamento de ações precoces.

Perguntas principais

Para determinar a eficácia do processo e dos resultados:

- Os materiais informativos, as recomendações sobre os planos de contingência e os PAP são acionáveis?
- Disponibilidade: Os alertas precoces e os materiais informativos são comunicados ao público utilizando diversos formatos (mapas, cartazes, SMS)?
- Acessibilidade: Os grupos e comunidades vulneráveis são capazes de aceder a informações mais relevantes de previsões e riscos, recursos e apoios (para preparação/mitigação/adaptação/prontidão/ação precoce/alívio) através das estruturas comunitárias e agências locais?
- Tempestividade: As comunidades recebem previsões e informações de alerta precoce atempadamente para que possam tomar decisões e medidas atempadas, incluindo ações precoces?

- Compreensibilidade: Os materiais informativos são adequados e acessíveis a mulheres, homens, jovens, pessoas com deficiência e minorias étnicas? As comunidades estão envolvidas na melhoria dos materiais informativos, do planeamento da contingência, do PAP e dos indicadores de ativação para melhor satisfazerem as suas necessidades?
- Utilidade/Impacto: A informação fornecida e as medidas tomadas contribuem para reduzir as perdas ou melhorar a coordenação e a mobilização de recursos (ou são vistas como podendo contribuir)? São mais apropriadas às necessidades da comunidade e dos grupos vulneráveis? O comportamento das comunidades e de outros intervenientes mudou?

Para a colheita de resultados e identificação das mudanças mais significativas:

- Quem fez o quê de forma diferente?
- Quão significativa é esta mudança?
- Qual foi o contributo do programa para esta mudança?

Ferramentas

- Ferramenta EA 5: Avaliação da Ação Precoce
- *Saferworld, Learning Paper – Doing things differently: Rethinking monitoring and evaluation to understand change. Page 5 Outcome Harvesting step by step*
- Relatório sobre as lições aprendidas⁴⁵
- Modelo de estudos de caso/histórias de impacto⁴⁶

Avaliação da ação precoce⁴⁷

Monitorização da ativação

Mecanismo de financiamento:

- Todos os recursos financeiros foram desembolsados conforme previsto?
- Todos os fundos estavam disponíveis para a implementação imediata das ações?
- Foram encontradas irregularidades na gestão dos fundos do Pequeno Fundo de Emergência/Micro-Donativos/PAP?

Implementação de ações precoces e outras atividades:

- Tempo de execução (em relação ao indicador de ativação/alerta)
- Algum constrangimento na implementação? (por exemplo, logística, acesso, sensibilidade a conflitos, etc.)
- *Feedback* ou reações dos beneficiários/comunidades afetadas

Avaliação do impacto

- O que teria acontecido se a comunidade não tivesse recebido assistência através de micro-donativos para ações precoces/ações de resposta?
- Foi possível evitar os impactos que ocorreram em crises semelhantes por causa dos projetos de micro-donativos para a preparação/a ação precoce/a ação de resposta?
- Como resultado dos projetos de micro-donativos, a comunidade evitou ou mitigou alguns impactos da crise por comparação com outras comunidades?

Avaliação do indicador de ativação

- Aprendemos algo novo sobre os elementos que estão na base do indicador de ativação? (Um dos elementos é diferente do que era quando os indicadores de ativação foram inicialmente definidos? Alguma coisa mudou nos conjuntos de dados que justifique uma revisão dos indicadores de ativação?)
- Sabemos mais sobre a precisão dos modelos de previsão utilizados? (Qual foi a precisão da previsão em comparação com o evento real? Os modelos de previsão utilizados ainda são os melhores modelos disponíveis?)
- As probabilidades e os níveis de impacto do indicador de ativação original foram adequados?

⁴⁵ Com base em: Lessons Learned Document and Process. The Salvation Army Sweden and Latvia Territory – International Development Department – Project Support Manual.

⁴⁶ Extraído do projeto Liderança Local para um Impacto Global – Kit de Ferramentas para o Quadro MEAL

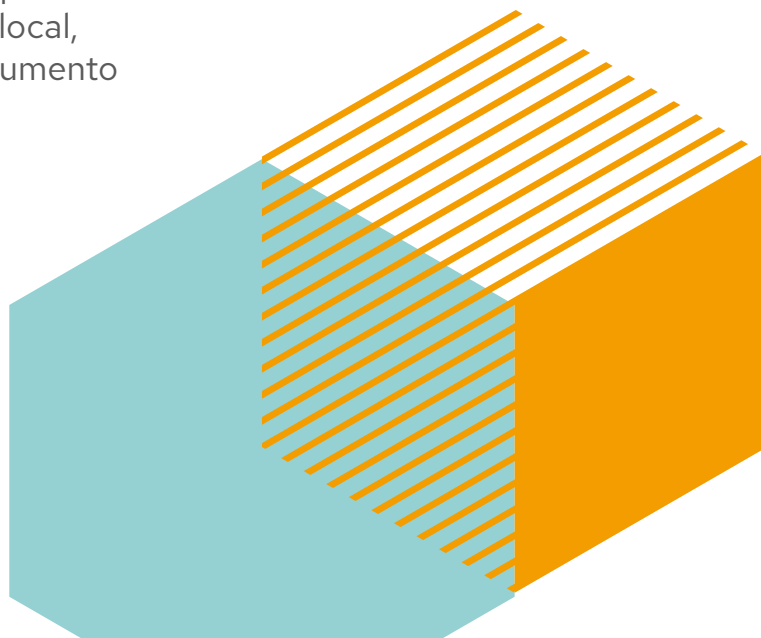
⁴⁷ Extrato do Early Action Review da Start Network

Passo 2: Realizar *advocacy* a partir do nível local para o nacional e o internacional

Ações

- Elaborar um plano de ação de *advocacy*
- Estabelecer alianças para incorporar abordagens bem-sucedidas na prática e persuadir outros intervenientes a adotar e integrar abordagens bem-sucedidas em mecanismos e sistemas
- Analisar políticas relevantes
- Documentar lacunas fundamentais que incapacitam a AA conduzida a nível local, sob a forma de um documento de «apelo à ação»

- Realizar mesas redondas para identificar recomendações de políticas
- Publicar resumos de políticas para apresentar as lacunas prioritárias e as principais recomendações
- Acompanhar a influência sobre as políticas



Caso em destaque

No âmbito do projeto LLIG, foi desenvolvido um documento de «apelo à ação» intitulado *Ampliação da ação de antecipação conduzida a nível local, para que ninguém fique para trás*. Este documento foi utilizado em eventos internacionais e nacionais, incluindo numa mesa redonda internacional que decorreu em formato híbrido, e numa mesa redonda organizada pela SAF/FJKM em Madagáscar. Em ambos os eventos, os representantes das comunidades partilharam as suas experiências de AA conduzida a nível local e participaram em debates com vários intervenientes. O evento presencial contribuiu para o reforço da colaboração entre as organizações locais e internacionais, a autoridade nacional de gestão de catástrofes (BNGRC), as agências das Nações Unidas (incluindo a OCHA e o PNUD) e o Centro FOREWARN da Start Network em Madagáscar. Na sequência deste evento, a Humanity and Inclusion assumiu a responsabilidade de criar um fórum multilateral para melhorar o planeamento coordenado da elaboração de protocolos de ação precoce (PAP).

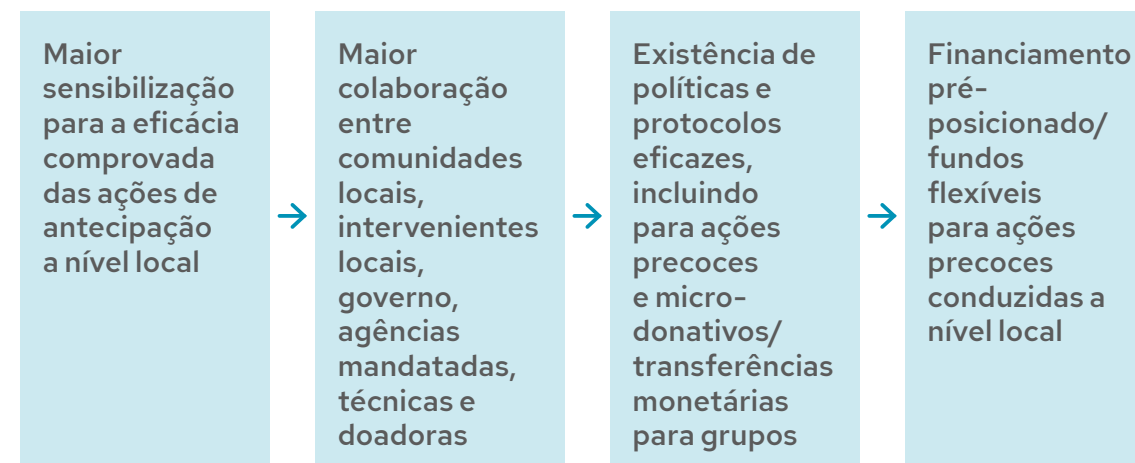
Perguntas principais

Desenvolver um plano de ação de *advocacy* e determinar se as ações são eficazes:

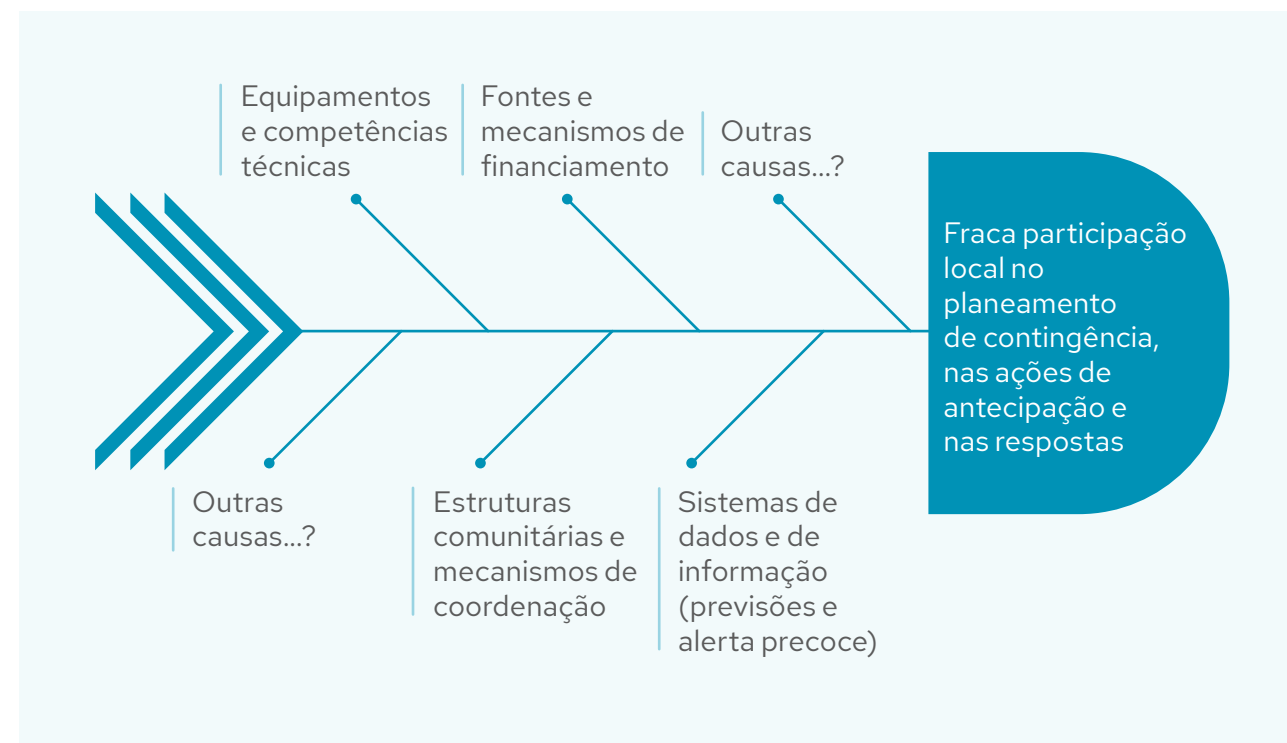
- Qual é a mudança geral pretendida?
- Quais são os objetivos de *advocacy* a curto, médio e longo prazo?
- Quais são as mensagens principais que pretendem comunicar, isto é, o que querem que mude? Estas mensagens precisam de ser comunicadas a quem, quando e como?
- O que funciona bem? Quais as ações de *advocacy* eficazes?
- Quais foram os obstáculos encontrados?
- O que fariam diferente da próxima vez?

Ferramentas

- GNDR (2023) *Ampliação da ação de antecipação conduzida a nível local, para que ninguém fique para trás.*
- Orientações para a Mesa Redonda
- Teoria da mudança da AA conduzida a nível local (ver à direita)
- Análise de espinha (ver à direita)



Acima: Teoria da mudança da AA conduzida a nível local



Acima: A análise da espinha ajuda a categorizar as causas e a identificar os problemas essenciais que, se forem solucionados, resolvem o problema principal. Tente terminar com um máximo de seis categorias gerais.

10 Fase 5: Desenvolvimento colaborativo de Protocolos de Ação Precoce



Finalidade

Para fenômenos perigosos recorrentes relevantes de modo a permitir o desenvolvimento em colaboração de protocolos de ação precoce a nível local articulados com protocolos ou quadros de nível superior e o estabelecimento de mecanismos de financiamento previamente acordados.

Níveis de planeamento e coordenação, liderança e participantes envolvidos

Articula o planeamento dos intervenientes locais com o planeamento a nível nacional e os doadores/titulares de fundos:

- Peritos das autoridades de gestão de catástrofes, representantes das autoridades locais, peritos em sistemas de previsão e análise de riscos
- Grupos comunitários envolvidos na ação precoce liderada pela comunidade (Fase 3a)
- Intervenientes locais envolvidos na ação precoce liderada pelos intervenientes locais (Fase 3b)

- Agências doadoras/titulares de fundos necessários para estabelecer acordos de financiamento de risco previamente acordados

Resultados principais

Protocolo de ação precoce (PAP) elaborado de forma colaborativa a nível local, incluindo mecanismo de financiamento do risco de catástrofes para financiamento pré-acordado ligado a PAP de nível superior (ou, no caso das agências da ONU, protocolos de ação de antecipação).

Métodos

Para o processo de planeamento, isto inclui reuniões e oficinas, incluindo reuniões entre os intervenientes que implementam a AA conduzida a nível local e os titulares de fundos/agências doadoras.

Passos

1. Desenvolvimento colaborativo de protocolos de ação precoce e mecanismos de financiamento

Recursos de referência

- Welthungerhilfe (2022) *FbA manual: Early action identification and EAP development – step-by-step guidance*. Ver passo 3: Elaboração, validação e operacionalização de PAP
- *Building Blocks: Our guide to building out disaster risk financing systems and accessing start ready* da Start Network

Dicas úteis

- Os PAP devem ser desenvolvidos antes de qualquer época de alto risco para garantir a criação atempada de mecanismos de financiamento, o pré-posicionamento de recursos e a aprovação da ativação
- Deve existir pré-financiamento acordado – e quando necessário, financiamento pré-posicionado – para assegurar que as ações precoces podem ser implementadas sem demora
- São essenciais mecanismos eficazes de coordenação local para que os PAP sejam ativados e implementados atempadamente
- Materiais informativos (desenvolvidos na Fase 3: Passo 1) e os mecanismos e ações precoces definidos nos PAP devem ser coerentes entre si, para que as comunidades saibam que ações serão empreendidas, quando e por quem



Passo 1: Desenvolvimento colaborativo de Protocolos de Ação Precoce

Ações

1. Consolidação dos planos, mecanismos e aprendizagens desenvolvidos e recolhidos durante as fases e etapas anteriores, incluindo:

- Resultados da Fase 1: Pormenores do planeamento, incluindo acordos de parceria e métodos para o envolvimento de «toda a sociedade»
- Resultados da Fase 2: Planos de contingência comunitários intensificados
- Resultados da Fase 3: Planos desenvolvidos para fontes únicas de financiamento de ações precoces («combustível») das Fases 3a e 3b; planos PAbP consolidados, materiais informativos e planos de comunicação desenvolvidos no âmbito do PCPI da Fase 3c

- Realizações da Fase 4: Aprendizagem obtida com as ativações que utilizam fontes únicas de financiamento de ações precoces («combustível») das Fases 3a e 3b, a partir da revisão do planeamento do PCPI, centrada na eficácia dos materiais informativos
2. Participação no desenvolvimento colaborativo de protocolos de ação precoce (PAP)
 3. Estabelecimento de modalidades de financiamento previamente acordadas

Caso em destaque

READY Pakistan é um centro de liderança local que, em 2022, contava com 120 organizações membro e criou um programa de financiamento do risco de catástrofes (FRC) sólido e bem estabelecido. Para mitigar os perigos no Paquistão (por exemplo, cheias, ondas de calor e secas) o programa FRC do READY Pakistan modela o risco, elabora planos e pré-posiciona fundos que respondem a previsões de alta confiança relativas a esses perigos. Os membros do centro podem então responder rápida e proativamente às necessidades antes e durante as fases iniciais das crises. Em 2021, o sistema FRC do centro foi acionado cinco vezes: quatro vezes devido a ondas de calor e uma vez devido a uma seca. Este centro e o programa FRC obtiveram o reconhecimento das autoridades nacionais, bem como de organizações multilaterais e internacionais, tendo colaborado com as mesmas. O centro investiu no reforço da participação, da sensibilização e da ação coletiva com as autoridades nacionais.



Acima: Adaptado de «Set up a FbF Programme» em FICV (2023) *FbF Practitioners Manual*.

Passo 1: Elaboração do PAP	Passo 2: Validação do PAP	Passo 3: Monitorização das Previsões
Um Protocolo de Ação Precoce (PAP) define as funções e responsabilidades de cada organização participante e descreve os níveis de impacto mutuamente acordados que desencadearão as ações precoces.	O PAP proposto é revisto e aprovado por todas as partes envolvidas, incluindo agências meteorológicas, governo local e nacional, bem como parceiros humanitários.	As previsões são monitorizadas e, se os níveis de impacto identificados forem atingidos ou excedidos, o financiamento é automaticamente libertado e as ações precoces são implementadas.

Acima: Desenvolvimento do Protocolo de Ação Precoce (PAP)

Perguntas principais

Garantir a eficácia da coordenação e a aplicação atempada dos PAP:

- Existem plataformas de coordenação relevantes a nível local que contam com a representação de todos os grupos de partes interessadas relevantes?
- Quem participou nas plataformas de coordenação a nível local? Que partes interessadas não o fizeram? Porquê?
- Foi designado um ponto focal para monitorizar os sistemas de previsões para os indicadores de ativação a fim de garantir que são emitidas previsões e materiais informativos em tempo oportuno para permitir a implementação de ações precoces antes da materialização do impacto do perigo?
- Existe financiamento pré-acordado que possa ser desbloqueado para garantir a prontidão necessária (dentro de horas ou um dia para fenómenos de início rápido, ou semana(s) para fenómenos de início lento), de modo a que as ações precoces possam ser implementadas atempadamente?

Ferramentas

- Ferramenta EA 1: Protocolo de Ação Precoce⁴⁸

i. Descrição do processo de desenvolvimento do PAP, incluindo os principais intervenientes envolvidos	ii. Análise de risco, incluindo perigos e riscos prioritários	iii. Processo de desenvolvimento do indicador de ativação
iv. Justificação para as ações precoces selecionadas	v. Potenciais beneficiários e processo de seleção	vi. Orçamento para ativação do PAP, atividades de preparação
vii. Capacidade de implementar as ações precoces	viii. Processo para ativação do PAP	ix. Descrição da monitorização, avaliação, prestação de contas e aprendizagem do PAP
	x. Processo de aprovação do PAP	

Exemplo de mecanismo de financiamento para a ativação do protocolo de ação precoce

Mecanismo criado pela Diakonie Katastrophenhilfe para um protocolo de ação precoce em caso de ciclones e cheias de início rápido:

1. A aprovação de um protocolo de ação precoce (PAP) constitui a base para a assinatura de acordos de cooperação com ONG parceiras locais com vista à transferência de financiamento. Um valor máximo para o financiamento disponível para os parceiros locais é fixado para a época de alto risco para o(s) perigo(s) coberto(s) pelo PAP. O financiamento máximo disponível para os parceiros para uma época de alto risco é de [inserir montante] por parceiro.

2. Os parceiros locais desenvolvem um pacote de ação precoce com base neste PAP, incluindo propostas de ação precoce e orçamento (Ferramenta EA 4) e propostas de notas de alerta (Ferramenta EA 2). Cada parceiro pode afetar até 25% dos fundos disponíveis à preparação (ações de prontidão e de pré-posicionamento). O orçamento é dividido em duas parcelas:

- A primeira parcela destina-se à preparação (prontidão e pré-posicionamento) e aos micro-donativos comunitários que são utilizados imediatamente pelos parceiros após a aprovação de uma nota de alerta.
- A segunda parcela destina-se às ações precoces (incluindo também micro-donativos comunitários) que são utilizadas quando o limiar do indicador de ativação é atingido. É aplicado um mecanismo de paragem no caso de se verificar uma redução significativa da gravidade prevista do impacto do perigo para a zona-alvo selecionada.

⁴⁸ Modelo adaptado da FICV (2020) *Moçambique: Resumo do Protocolo de Ação Precoce para Cheias*

Acima: Índice do PAP

3. Os acordos de cooperação são estabelecidos diretamente com os parceiros locais e, após a receção de um pedido de fundos, os primeiros [inserir montante] são transferidos e pré-posicionados junto do parceiro local.

4. Quando um parceiro emite uma nota de alerta, esta é analisada (Ferramenta EA 3) juntamente com as revisões necessárias da proposta e do orçamento do parceiro para uma ação precoce (Ferramenta EA 4). Após a aprovação, e após a receção de um segundo pedido de fundos, são transferidos para o parceiro fundos até um montante adicional de [inserir montante].

5. Os fundos que não forem utilizados podem:

- a. Permanecer com o parceiro para a implementação deste PAP na época de alto risco seguinte
- b. Ser redirecionados para atividades de preparação
- c. Ser devolvidos

6. Dependendo da disponibilidade de fundos no fundo de ação precoce, de um pacote de ação precoce atualizado dos parceiros locais e da incorporação das aprendizagens obtidas com as revisões da ação precoce (Ferramenta EA 5), os parceiros podem apresentar outro pedido de fundos (antes da próxima época de alto risco) para repor o saldo orçamental do PAP até um máximo de [inserir montante].



Global Network of Civil Society Organisations for Disaster Reduction (GNDR)

Instituição de beneficência n.º 1141471.

Sociedade limitada por garantia, registada em Inglaterra e
no País de Gales sob o n.º 07374358

Sede: 8 Waldegrave Rd,
Teddington, London, TW11 8HT, UK

+44 (0)2089 777726 | info@gndr.org | gndr.org

Autoria:

Diakonie 
Katastrophenhilfe

Implementação:



Global Network of
Civil Society Organisations
for Disaster Reduction

Financiamento:



german
cooperation
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

[Glossário](#)

[Introdução](#)

[Ação de
antecipação](#)

[Ação de
antecipação
conduzida a
nível local](#)

[Visão geral
do kit de
ferramentas](#)

[Fase 1](#)

[Fase 2](#)

[Fase 3a](#)

[Fase 3b](#)

[Fase 3c](#)

[Fase 4](#)

[Fase 5](#)